



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – ICHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGH

THIAGO ROCHA DE QUEIROZ

O HUMORAL

**HUMOR E ABERTURA SOCIAL NAS CHARGES DE MIRANDA
(1972 - 1974)**

MANAUS

2013



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – ICHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH

THIAGO ROCHA DE QUEIROZ

O HUMORAL

**HUMOR E ABERTURA SOCIAL NAS CHARGES DE MIRANDA
(1972 - 1974)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Otoni Moreira de Mesquita

MANAUS

2013

FICHA CATALOGRÁFICA

QUEIROZ, Thiago Rocha.

O Humoral: Humor e abertura social nas charges de Miranda (1972-1974)
/ Thiago Rocha de Queiroz. Manaus: [s.n.], 2013, 160p., ilustrado.

Orientador: Otoni Moreira Mesquita
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Instituto de Ciências Humanas e Letras, Programa de Pós Graduação em História.

1. História social; 2. Nova História Política; 3. História da Imprensa; 4. Humor e Imprensa.

5. Amazonas – Sociedade e Cultura

6. Amazonas – Política e Governo

7. Amazonas – História – 1972-1974

I. Mesquita, Otoni Moreira

II. Universidade Federal do Amazonas

III. Título.

THIAGO ROCHA DE QUEIROZ

O HUMORAL: HUMOR E ABERTURA SOCIAL NAS CHARGES DE MIRANDA
(1972 – 1974)

Área de concentração: História Social

Linha de Pesquisa: Cultura e Representação

Banca examinadora:

Presidente / Orientador: Otoni Moreira de Mesquita

Instituição: Universidade Federal do Amazonas

Prof. 1: Marilene Corrêa da Silva Freitas

Instituição: Universidade Federal do Amazonas

Prof. 2: Luis Balkar Sá Peixoto Pinheiro

Instituição: Universidade Federal do Amazonas

Resultado: APROVADO

Manaus, ____22____ / ____02____ / ____2013____

*A meu pai pela herança, à
minha mãe pelo apoio e à
Élia e Valentim, pela força e
inspiração durante estes
últimos anos.*

Dedico.

AGRADECIMENTOS

O trabalho intelectual, como qualquer produção, talvez seja uma das expressões mais reveladoras de um estágio da vida profissional e social do sujeito. É de longe, apesar de individualmente engendrado, um produto conduzido por múltiplas forças e escolhas. Entretanto, apesar de socialmente visto como um produto particular, meu olhar diante desta produção me leva, neste momento, a vários risos, que em sua ambiguidade relembram momentos felizes e trágicos. Ao chegar a este ponto, que não passa de mais um estágio dentro de uma longa jornada, levo comigo muitas lembranças positivas e, dentro das dificuldades, muitas ferramentas que me ajudarão contra novos e inevitáveis erros que a vida certamente me apresentará. Dentro dos momentos felizes, me preocupei em fazer um breve resgate daqueles que certamente merecem registro dentro desta pesquisa, pois foram fundamentais não apenas neste produto, mas sim na minha construção pessoal, pois sem ela nada disso seria possível.

Inicialmente gostaria de agradecer a minha mãe, Maria da Conceição Rocha de Queiroz, pelo apoio, paciência e também por observar, acima de todas as nossas dificuldades, um tipo de felicidade. No âmbito acadêmico, a meus amigos Atila Almeida, Fabiano Franco, Genilson Lima, Rafael Melgueiros, Rafael Cesar, Macário Lopes, Tiago Atroch, Suelen Barroso, Davi Avelino, Bruno Avelino, Raquel Filizolla e Pedro Braga, pelos longos debates intelectuais e as amistosas reuniões. Este grupo de amigos certamente foi responsável por uma condição favorável de crescimento conjunto, onde todos, apesar dos modelos informais, aprendiam mutuamente. A partir deles consegui observar o valor do conhecimento para além das teorias. Dentro de piadas que, muitas vezes, apenas circunscreviam a nossa mesa, guardo na lembrança os valores construídos e os fortes laços, que apesar de distantes, continuam registrados na memória desse grupo como um dado imortal.

Dentro do ICHL, gostaria também de registrar agradecimento àqueles que forneceram as ferramentas teóricas que me ajudaram a moldar, em parte, o perfil profissional que exerço no cotidiano. Aos professores Doutores: Antônio Emílio Morga, pela amizade e por me ajudar a observar o valor da sensibilidade dentro do trabalho histórico. A Sinval Carlos, por proporcionar um espaço intelectual que me ajudou a mergulhar em mentalidades e imaginários tão distantes e, ao mesmo tempo, tão

próximos do nosso dia-a-dia. A Auxiliomar Ugarte, pelas ferramentas teóricas e metodológicas que me ajudaram a construir este trabalho. A ele também agradeço a enorme paciência em ouvir minhas dúvidas rotineiras (que muitas vezes interrompia seu trabalho como coordenador) e por seus conselhos inspiradores que me fortaleciam a continuar nesta “tribo” intelectual. A Luiz Bitton Telles, por seu apoio teórico neste projeto, pois suas indicações dentro do campo da semiótica me ajudaram bastante a condicionar meu olhar para as charges humorísticas de Miranda. A Almir Diniz de Carvalho Jr, pela ajuda conceitual e abertura para debater temas diferenciados dentro do campo da História Cultural, também fundamentais para a modulação do olhar diante do objeto desta pesquisa. A Aloísio Nogueira, pela inspiração docente e por me ajudar nas ferramentas teóricas do campo político e econômico que fazem parte deste tema. A Patrícia Melo Sampaio, pelas colaborações teóricas dentro do campo da Etnicidade e pelo carisma docente que inspira muitos enquanto perfil didático. A Marcia Eliane Mello, pela inspiração metodológica de construção do trabalho histórico e a Marcos César Borges, que apesar de integrar recentemente esta pequena história, foi sempre muito aberto a discutir temas localizados dentro do campo da História política e Social.

Em especial, gostaria de publicar minha gratidão aos professores que, além de inspiração, foram diretamente responsáveis, formal ou informalmente, no processo de construção desta dissertação. Aos professores doutores: Luiz Balkar de Sá Peixoto, por servir como um grande apoio intelectual e pessoal nos diversos momentos críticos dessa pesquisa. A este agradeço também o apoio por acreditar neste projeto quando nem sequer eu acreditava nele. A Maria Luiza Ugarte, pela inspiração intelectual e pelas grandes conversas, regadas por vários cafezinhos coletivos, que me fortaleciam a seguir acordado esta longa jornada acadêmica. A ela devo também a oportunidade de ter observado nas palavras humildes de um simples artigo, um potencial de trabalho que me proporcionou um convite para integrar seu grupo de pesquisadores. E finalmente, fechando o grupo de docentes, um agradecimento especial a meu orientador Otoni Mesquita, pela amizade, paciência e pela colaboração intelectual que, para além dos livros, me fez observar na arte uma linguagem capaz de acessar outras dimensões possíveis para um objeto, aparentemente, tão simples.

Vale registrar também um rápido agradecimento a Capes-CNPq, por me conceder em 2011 uma bolsa de 10 meses para pesquisa, dando assim suporte para conclusão deste trabalho, e aos funcionários (as) do IGHA (Instituto Geográfico e

Histórico do Amazonas), que gentilmente me forneciam os jornais para a pesquisa e fotografia das fontes.

Por fim, e não menos importante, agradeço a minha esposa Élia de Paula por ler, corrigir e debater temas que surgiram ao longo desta pesquisa. A ela registro meu amor e gratidão, sentimentos que continuamente fortaleciam e inspiravam a conclusão deste trabalho. A Hosenildo Gato Alves pelo apoio intelectual e por me encaminhar leituras e fontes que auxiliaram nesta jornada. As Escolas IDAAM, por compreender meu estágio de pesquisa e conceder uma redução de carga que me proporcionou estudar e pesquisar com maior tranquilidade meus temas em 2012.

Para além de todo este mundo acadêmico, não poderia também deixar sem registro a importância de meus amigos Gustavo Pereira, Adalberto Junior, João Renato Soares, Leonardo Soares, Leandro Navegante, Luana Amazonas, Renato Amorim, Alexandre Sales, Casé Mar, Rodrigo Aquino, Rodrigo Mosca, Marlon Lacerda, Diego Lopes Pires, Igor Neves e Bruno Giorgio Lopes, que, apesar de ocuparem outro âmbito da minha vida, proporcionaram no espaço musical e cotidiano, a condição de paz e felicidade que permitiu a conclusão saudável deste projeto.

A todos vocês, minha eterna gratidão. Obrigado.

RESUMO

A presente dissertação tem como objeto de estudo as charges do desenhista João Miranda de Queiroz, ex-funcionário do Jornal A CRÍTICA. O recorte temporal utilizado nesta pesquisa concentrou-se nas publicações referentes aos anos de 1972 a 1974, anos de transição política que serviram como espaço temático para a seleção e aprofundamento do cotidiano que envolve estas produções. Objetiva-se em analisar as representações artísticas do chargista, buscando obter, através do humor, uma dimensão do imaginário social circulante dentro do contexto de distensão política do Estado Militar no Amazonas. O trabalho também traz uma investigação documental, levantada a partir de materiais e editoriais do jornal A CRÍTICA, coletadas durante a pesquisa de campo. Busca-se com esta pesquisa construir tanto um levantamento biográfico da vida e obra deste artista, tendo em vista seus quase 30 anos de serviço ao periódico, quanto revelar, a partir das suas obras, um modelo de leitura sobre o imaginário social manauara durante o período de regime militar. Sobre este espaço temático, situei sua produção dentro de um episódio social, a “Eleição de 1974 no Amazonas”, buscando assim fazer um exercício inverso, partindo não apenas da piada, mas sim da abertura que os espaços de recepção propunham para determinado conteúdo humorístico, o que faz da charge uma espécie de “janela” para compreender, através da produção direcionada do jornal, um pouco daquela ambiência política que se encontrava em processo de transição. A partir das charges e do episódio irônico que resulta deste evento, foi possível tatear parte do imaginário social dos leitores deste contexto, além de identificar, a partir da ironia, os efeitos das revoluções culturais que atingiram a cidade e que minavam os modelos de comportamento desta geração.

Palavras chave: Humor visual, Eleição, ditadura militar.

ABSTRACT

This thesis has as its object of study the cartoons designer João Miranda de Queiroz, a former official journal of A CRÍTICA. The time frame used in this study focused on publications for the years 1972 to 1974, years of political transition that served as thematic space for selection and deepening everyday involving these productions. The purpose is to examine the artistic representations of the cartoonist, trying to get through humor, a dimension of social imagination within the context of current political détente in Amazonas State Military. The work also brings a desk research, lifted from A CRÍTICA newspaper editorial materials collected during field research. Searching with this research build both a biographical survey of the life and work of this artist, given its almost 30 years of service to the journal, reveal how, from their works, a model of reading about the social imaginary in Manaus during period of military rule. About this themed space, the production was situated within a social episode, the "Election 1974 in Amazonas," thus seeking to reverse an exercise, based not only on the joke, but the opening reception of the spaces proposed for certain humorous content , which makes the charge a sort of "window" to understand, through the production of targeted newspaper, some of the political ambience that was in transition. From the cartoons and the ironic episode that results from this event, it was possible to feel part of the social imagination of readers of this context, and identify, from the irony, the effects of cultural revolutions that hit the city and undermining the behavioral models of this generation.

Keywords: Dictatorship, Humor, Election.

SUMÁRIO

Considerações iniciais.	12
Cap. 01. Para a graça do leitor: o contexto político e social das charges.	17
1.1 Políticas e transformações, um país em convulsões.	18
1.2 Imprensa e poder, de “braços dados” sem temer.	43
Cap. 02. Avanços na Publicidade, um novo olhar sobre a cidade.	54
2.1. Informação visual, Miranda e a Comunicação em Manaus.	55
2.2. Do autor ao leitor, compartilhando espaços pelo humor.	71
Cap. 03. A eleição de 1974 em Manaus. O episódio irônico de uma piada sem graça.	90
3.1. Desenhando o candidato, quem tem perfil para o mandato?	91
3.2. Henoch e a nomeação, o herdeiro de uma transição.	98
3.3. Preparativos para a eleição. Uma imagem do riso em circulação.	106
3.4. É tempo de eleição! Adaptação ou vitória da oposição?	123
Considerações finais.	150
Bibliografia.	156
Fontes consultadas.	161
Anexos.	165

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este trabalho faz uma análise sobre o processo de abertura política e social ocorrido em Manaus durante os anos 70 e tem como objetivo central proporcionar uma dimensão do panorama histórico em que se enquadrou a prática de João Miranda de Queiroz, primeiro chargista do periódico amazonense A CRÍTICA.

Diante de tantas possibilidades temáticas, foi difícil elencar o que era mais ou menos importante para a pesquisa. Particularmente, esta experiência me mostrou que a visita regular ao arquivo faz o trabalho de qualquer historiador virar um problema inverso. Uma quantidade grande de fontes requer um tratamento tão atencioso quanto à escassez de materiais, que pela dificuldade às vezes leva a imaginação a transcender imagens sobre o objeto. Portanto, a escolha de um material geralmente leva a renúncia de outro, e todo registro de memória, como bem lembra Benedict Anderson¹, é na mesma medida um trabalho de esquecimento. Comentarei então sobre aqueles que decidi lembrar.

Para resolver essa questão, procurei enquadrar os materiais de Miranda que seguissem uma narrativa possível, buscando organizar de maneira inteligível os temas que melhor respondessem ao seguinte questionamento: como se expressou as representações do processo de abertura política em Manaus, uma cidade que, na década de 70, tornou-se um polo de atração em virtude das políticas militares que davam seguimento ao projeto de integração política e econômica da região ao restante do país?

Assim montei um breve roteiro. Primeiramente foi necessário visualizar um panorama geral da política que envolve o contexto em questão. Os governos militares não foram homogêneos, como nenhum governo o é. Geralmente, o mandato do presidente Ernesto Geisel, em 1974, estabelece oficialmente para os pesquisadores um ponto de partida para os estudos sobre abertura política e social do Brasil. Entretanto, é difícil e tendencioso apontar, em termos de origem, um movimento aparentemente tão dinâmico. Podemos então, para esta pesquisa, apenas estabelecer que neste momento o impulso de uma vontade coletiva ganhou maior intensidade, tendo força suficiente para agregar os

¹ ANDERSON. Benedict R. Memória e esquecimento. In *Comunidades imaginadas* / Benedict Anderson; tradução Denise Bottman. – São Paulo: Companhia das Letras, 2008. P. 256-280.

determinados setores que já estavam em processo de convergência. Assim, o ano de 1974 apresenta-se neste trabalho não como o início, mas como um marco oficial de um processo em andamento. Outro ponto que justifica o interesse por este recorte está no fato de que os eventos políticos deste ano acompanharam também um ambiente de comemorações, festividades oficiais que relembravam os 10 anos da revolução ou golpe militar de 31 de março de 1964.

Já com a dimensão da pesquisa em mente, concentrei meu interesse em estudar as charges de Miranda dentro de um tema de caráter coletivo: *A eleição de 1974 em Manaus e seus irônicos resultados*. Por proporcionar uma boa ambiência para o estudo das charges, decidi então utilizá-la em virtude dos efeitos que este tipo de evento causa no comportamento dos sujeitos e personagens históricos. Assim, o espaço de discussão estava lançado, proporcionando a pesquisa um ambiente rico em temas.

Vale comentar que o fato de registrar apenas dois anos diz respeito apenas à narrativa sequencial do evento, sendo que o recorte geral situado para a pesquisa inicia em 1967, com as primeiras publicações de Miranda, e finaliza em dezembro de 1974 com os resultados finais do processo eleitoral. A partir desse recorte, foi possível observar tanto a evolução do artista dentro do jornal, quanto a própria expansão do A CRÍTICA na cidade.

Situando um evento comum, o passo seguinte foi fazer um levantamento histórico sobre os fatos políticos locais e nacionais daquele período. Além de um trabalho de contextualização, indispensável em qualquer pesquisa histórica, foi igualmente necessário inserir os prováveis laços de poder existentes entre Imprensa e política local, publicados pelo jornal A CRÍTICA ao longo do processo. Portanto, uma das minhas preocupações esteve em analisar como foi representado esse jogo de relações, buscando obter uma dimensão do espaço onde as obras de Miranda eram produzidas.

Mas por que analisar uma eleição se o seu objeto são as charges? O fato de esta eleição ter sido a primeira com o uso da televisão pesou bastante na escolha temática. Durante a pesquisa foi perceptível através dos jornais que o certo clima de liberdade política fornecido pelo governo e os novos meios de comunicação que foram utilizados durante as campanhas, revelaram uma nova modalidade de representação da vida pública, possibilitando aos eleitores, na mesma medida, moldar opiniões diferentes sobre seus

representantes comuns. Uma análise sobre o papel social deste *medium*², por exemplo, foi de grande valor para a pesquisa. Ainda no projeto, imaginei que este seria um terreno muito fértil para as criativas pinceladas de Miranda. A ideia se confirmou gradualmente ao longo da pesquisa e as fontes disponíveis foram, com o passar dos meses, me apresentando um panorama bastante curioso.

Além desta breve contextualização, foi indispensável também lançar dados biográficos sobre o chargista em questão, a fim de localizá-lo dentro deste recorte em estudo. A primeira parte desta pesquisa contém um tópico mais concentrado neste conteúdo, entretanto, ao longo da redação, outras informações foram sendo anexadas na medida em que ilustravam a relação entre produtor, produto e contexto.

Em virtude da peculiar situação, onde a televisão foi utilizada enquanto meio publicitário de promoção dos candidatos ao pleito de 1974 em Manaus, achei viável contextualizar a emergência deste meio de comunicação em massa no Brasil em relação a política dos projetos militares, principalmente aqueles ligados a divulgação da Doutrina de Segurança Nacional. A partir desta articulação, que revela ter a televisão mais uma função política do que de entretenimento gratuito, foi possível trazer, a partir dos materiais publicitários do jornal A CRÍTICA, um dimensão de como este aparelho foi sendo introduzido em Manaus e quais os fenômenos resultaram do contato com esta nova ferramenta, que apesar de não ser hegemônica, diante deste pleito, causou um impacto no modo de representação do perfil público dos candidatos, servindo assim de tema humorístico para as pinceladas de Miranda.

Ainda dentro deste campo publicitário, recortei rapidamente uma charge relacionada a este tema e desenvolvi um trabalho de análise dos elementos que compunham sua estrutura. A proposta está em oferecer mais um caminho metodológico de como trabalhar este modelo de objeto, demonstrando, entre os “ditos e não ditos” as possibilidades de uso deste material dentro do estudo deste espaço temático que envolve a ditadura militar em Manaus.

A terceira e última parte desta pesquisa foi dividida em quatro tópicos, a fim de tornar possível a observação de como se construiu, gradativamente, a derrota do partido

² JOLY, Martine. *Introdução a análise da imagem*. Lisboa, Edições 70. 2001. A autora usa o termo para diferenciar televisão de publicidade. Para Joly, a televisão é um suporte que apenas faz a mediação dos conteúdos.

de apoio ao governo em Manaus no ano de 1974. Primeiramente, os perfis de candidato que Miranda construiu ao longo desse processo traduziam, através do humor, um modelo de perspectiva em emergência. Considerando-se que os perfis apresentados podiam estar direcionados a candidatos específicos, o trabalho concentrou-se em oferecer uma leitura inversa, tentando alcançar os espaços de recepção a partir do que era proposto ao riso. A manutenção de um tipo de piada também revela, em parte, a aceitação e circulação de determinadas ideias, o que nos ajuda a tatear uma dimensão dos efeitos que esse tipo de publicidade causa em seus admiradores.

Com a nomeação do governador Henech Reis, um mês antes do evento eleitoral, foi relevante inserir este acontecimento como mais um dado que reflete esse processo transição desencadeado por Ernesto Geisel pelo país. Vale ressaltar que não foi preocupação dessa pesquisa revelar valores sobre estes determinados atores sociais, sejam eles de situação ou oposição. O que foi possível constatar é que um modelo de política começava a entrar em crise, modelando-se a partir das crises econômicas e políticas do contexto, e favorecendo assim o surgimento de novas alianças. Diante desta hipótese, a ideia desta discussão foi revelar a ambiência política que esteve oferecida a João Miranda, permitindo, nos tópicos seguintes, observar com mais familiaridade as charges relativas a este tema.

A parte final desta pesquisa procurou, sob a perspectiva desse humor de quase 30 anos de serviços ao respectivo jornal, fazer um cruzamento entre a comicidade das ilustrações e os episódios desta já comentada derrota política do partido de apoio ao governo. Primeiramente ofereci um panorama dos preparativos do evento, apresentando os materiais publicados por Miranda como um reflexo da ebulição política que fazia ferver a opinião pública deste contexto. Posteriormente apresento os resultados dessa irônica derrota e os efeitos risíveis que, através de Miranda, refletiam a condição cômica deste episódio político no Amazonas. Sendo assim, a ironia das charges serviu aqui como um indicativo possível de algumas das representações do governo circulantes na sociedade, demonstrando indícios locais de como reverberou e se desenvolveu as ideias de abertura da política e social no Amazonas.

De antemão, justifico que diante da carência de produções historiográficas sobre este recorte em Manaus, o caminho utilizado para uma leitura mais abarcadora sobre o contexto foi o estudo sobre alguns editoriais publicados pelo periódico ao longo de 1974,

mais precisamente de fevereiro a novembro deste ano. Durante a pesquisa, foi talvez o caminho mais confortável que encontrei para articular, de uma só vez, o conteúdo das charges, o contexto político local, alguns fatos nacionais e a opinião do próprio jornal diante dos acontecimentos que envolvem o processo em questão. Certamente deixei passar muitos dados e outros tão valiosos materiais, porém, dentro dos limites possíveis, o cruzamento realizado a partir deles foi capaz de fornecer elementos substanciais, que nos ajudam a traduzir e dar nova vida a um passado, que embora recente, ainda necessita de narrativas alternativas sobre sua memória no presente.

Sendo assim, o objetivo desta pesquisa foi obter, através das charges, uma dimensão política e social do contexto histórico do Amazonas entre 1972 a 1974, através das relações que o Estado estabeleceu oficialmente com um jornal de forte expressão popular da cidade. Através da análise dos debates, resenhas e demais matérias publicadas ao longo desse ano, foi possível retirar um perfil daqueles fatos e acontecimentos que ganharam opinião, em formato de charge, pelas mãos de Miranda.

Assim, este breve levantamento, que confesso - ainda carece de pesquisas mais profundas - fornece uma leitura histórica sobre como se representou no Amazonas, através do humor gráfico, o imaginário das práticas políticas e sociais emergentes durante o período de distensão, iniciado, como projeto, no governo Ernesto Geisel. Quanto a Miranda, suas charges nos servem aqui como uma janela do tempo, um caminho possível para ter contato com aquilo que Robert Darnton chamou de *uma dimensão social das ideias*³, buscando através de um método inverso, tatear a opinião pública deste espaço e tempo.

³ DARNTON, Robert. *O Grande Massacre dos Gatos*. E outros episódios da História Cultural da França. 4ª Edição. SP: Graal, 1986.

CAPÍTULO I

Para a “graça” do leitor: O contexto político e social das charges de Miranda.

“Para compreender o riso, impõe-se, sobretudo, determina-lhe uma função útil, que é uma função social”⁴. Após a leitura desta passagem, situada no clássico ensaio do filósofo francês Henri Bergson⁵, o olhar lançado àqueles rabiscos amarelados começou a identificar outras dimensões possíveis para uma fonte aparentemente tão simples. Em um primeiro momento⁶, era difícil me familiarizar com um objeto tão distante, e mais complicado ainda, foi tentar rir de algo que eu não compartilhava. A fim de me familiarizar com as obras, e consumido até por certa “inveja” de ver senhores de idade rindo daquelas caixas de texto, procurei um caminho para também me inserir, dentro dos limites, naquele longínquo espaço temporal, buscando entender o que havia de tão engraçado naqueles rabiscos de Miranda. A História talvez fosse, naquele momento, a melhor caminho possível para cair, enquanto leitor, na graça da piada.

Com o objetivo de compreender, através da comicidade, um processo de abertura social, que acredito ter se desenrolado oficialmente em Manaus a partir do processo eleitoral de 1974, achei útil elencar alguns pontos comuns. Este primeiro capítulo faz um levantamento histórico de alguns fatos que achei relevante na busca de obter essa dimensão do espaço político e social em que esses leitores, em grande parte eleitores, se situavam. Juntamente com esses fatos, uma breve análise das relações estabelecidas entre poder e imprensa foi necessária para captar em que ambiente a produção das charges de Miranda se localizavam.

Espero com isso ter alcançado, ou ao menos tateado, parte deste clima político e social em questão, tentando entender, sobretudo, como se desenrolou esse processo de abertura política e social em Manaus entre os anos de 1972 e 1974. Um velho ditado comenta que *a conquista de um riso também sinaliza o compartilhamento de uma*

⁴ BERGSON, Henri. *O Riso: ensaio sobre a significação do cômico*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1983. P. 14.

⁵ BERGSON, Henri. *O Riso: ensaio sobre a significação do cômico*. Op. Cit.

⁶ O primeiro contato que tive com as obras do chargista corresponde ao período de graduação, onde executei em 2010, sob a orientação do professor Dr. Luis Balkar de Sá Peixoto, um projeto de PIBIC intitulado como *João do Riso: Sátira política e crítica de costumes nas charges de Miranda – 1974 – 1978*.

dimensão. Espero assim que os leitores desta pesquisa também se divirtam como eu me diverti.

1.1 Políticas e transformações, um país em convulsões.

Desde Abril de 1964 iniciou-se no país a prática de um poder de Estado diferente, mas não desconhecido enquanto modelo de governo. As intervenções militares não são inéditas ao longo da história da República brasileira, entretanto sua longa duração de 21 anos e a institucionalização praticada através dos Atos⁷ que efetivaram temporariamente o fim do Estado de direito, classifica o regime de exceção no Brasil como um dos mais extensos e repressivos da História da América Latina⁸.

Ironicamente “democrático”, o governo “revolucionário” que se instalou no país naquele instante, ao olhar militar, deveria, em tese, ser entendido literalmente como um “regime” militar, como uma medida temporária para “sanar as Instituições democráticas da doença comunista” que ameaçava contaminar o país⁹. Após essa intervenção, que deveria ser rápida em virtude das medidas de combate exercidas através dos Atos Institucionais, o poder seria entregue aos civis comprometidos com ideais democráticos, dando então seguimento para o projeto encaminhado pelos revolucionários em 1964.

A História registrou que esse projeto, apoiado por considerável parte da sociedade brasileira, não seguiu bem esse desígnio¹⁰. Para sustentar a ideia de que a

⁷ FICO. Calos. *Além do golpe: Além do Golpe: A tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar* / Carlos Fico. – Rio de Janeiro: Record, 2004. Apesar do olhar concentrado sobre o AI-5, o pesquisador faz um levantamento histórico sobre os Atos Institucionais, apontando o registro oficial de 17 Atos que fundamentaram as políticas do governo Militar entre os anos de 1964 a 1985.

⁸ MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi L. de. *Contra os inimigos da ordem: a repressão política da ditadura militar (1964-1985)* / Marco Aurélio Vannucchi L. de Mattos, Walter Cruz Swersson Jr. – Rio de Janeiro: DP&A, 2003. P.9.

⁹ TAVARES. Aurélio de Lyra. *O Brasil de minha geração: Mais dois decênios de lutas*. Biblioteca do Exército. 1977. A partir da perspectiva deste militar de alta patente foi possível resgatar o discurso que sustenta a posição ideológica das correntes militares. As campanhas de Jango pelas Reformas de Base foram, após a referendação que em 1963 lhe conferiu poderes plenos para assumir a presidência, amplamente combatidas e taxadas como antidemocráticas pelas instituições militares e civis. A história registra que os financiamentos internacionais colaboraram intensamente com a distorção do programa de João Goulart, favorecendo assim a instalação do golpe de Estado a partir de um amplo apoio da máquina publicitária.

¹⁰ GASPARI. Elio. Introdução IN *A ditadura envergonhada*. / Elio Gaspari. – São Paulo : Companhia das letras, 2002. P. 31-35. Desde a instituição do regime militar, a sequencia de governos foi executada

revolução deveria se prolongar para além dos limites estabelecidos, foi efetivada uma ampla campanha publicitária¹¹ a fim de referendar a manutenção de um regime, que de tanta pressão e decepção, parece ter acionado “a fome” revolucionária, organizada nos anos 80 para destituí-los dessa função regulamentadora.

Sem extremas resistências no seu início, algo deveria justificar o não estranhamento da sociedade brasileira com esta intervenção militar. Segundo o cientista político Alfred Stepan, existiu até 1964 uma função “moderadora” que estabelecia a relação entre civis e militares. A estes últimos, caberia a função histórica de intervir, depor e posteriormente entregar o poder aos grupos políticos civis, por identificar claramente sua incapacidade legítima para assumir o controle da nação. Esta postura “administrativa” militar só foi adquirida a partir do desenvolvimento dos programas internos exercidos pela Escola Superior de Guerra (ESG), que através da Doutrina de Segurança Nacional inspirou os militares a assumir o papel de “salvadores da nação”, elevando assim seu nível de confiança perante os setores da sociedade¹². O historiador Carlos Fico questiona esta tese pela tentativa generalizante de homogeneizar grupos tão distintos. Entretanto, ressalva a importância de Stepan em observar os aspectos de interação social, existentes entre civis e militares ao longo do recorte republicano.

Passados alguns anos, o período de tensão encontrou em 1968 seu auge de expressão, em virtude da conjuntura internacional e do combate exercido pelo governo através dos atos Institucionais. Ao mesmo tempo em que os focos revolucionários de esquerda radicalizaram suas medidas de contestação, na mesma proporção os militares encontravam nessas atitudes sua justificativa para então determinar os mais diversos procedimentos de “cura” para esta suposta “anomalia social”¹³.

como uma constante sequência de golpes internos. Costa e Silva teria se imposto sobre Castelo, Emílio Médici sobre Costa, e Geisel sobre Médici. Diante da instabilidade, o projeto de reabertura não foi apoiado pelo general Sylvio Frota, que descontente com a ideia de distensão resolveu encabeçar um movimento interno para retirar Ernesto Geisel do poder.

¹¹ GRAF. Marília G. *Propaganda de lá para cá*. Marília G. Graf, São Paulo: IBRASA, 2003. P. 104.

¹² STEPAN. Alfred C. *Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975, p. 140. In FICO, Carlos. *Além do golpe: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar*. Op. Cit. Pg. 31.

¹³ TAVARES. Aurélio de Lyra. *O Brasil de minha geração: Mais dois decênios de lutas*. Segundo o ex-militar, as medidas tomadas pelo AI-5 surgiram em virtude do recrudescimento da desordem que deixava a nação temerosa e intranquila, comprometendo seu trabalho realizador diante da vocação democrática. P. 181; FICO, Carlos, *Como eles agiam / Carlos Fico* – Rio de Janeiro: Record, 2001. Carlos Fico aponta que a quase totalidade dos militares e civis que apoiaram a ditadura afirma que o AI-5 surgiu como uma reação contra aqueles que pretendiam derrubar o regime através do terrorismo

Para combatê-la, a censura foi instaurada e os direitos civis cortados temporariamente a partir do Ato Institucional Nº5. Candidaturas foram inviabilizadas e a caça aos elementos da oposição iniciada. Ao mesmo tempo, os grandes projetos de desenvolvimento do país foram inaugurados, rompendo com as antigas questões políticas que desarticulavam os sucessivos governos e que impossibilitavam uma possível coerência administrativa do país.

Inserindo a temática no contexto da região norte, vale registrar que a historiografia sobre o período de regime militar no Amazonas é demasiadamente escassa. Um dos poucos trabalhos que contribuem com a perspectiva do período em Manaus encontra-se na recente pesquisa de Cleber Bezerra, que dissertou sobre as representações dos jornais amazonenses diante do golpe militar de 1964. Fornecendo fontes que evidenciam a articulação política existente entre os militares e o jornal A CRÍTICA, o autor utiliza como objeto as matérias publicadas pelo periódico durante o período de instalação do regime, situando o governo de Arthur Cezar Ferreira (1964 – 1966) Reis como o marco político de difusão do projeto revolucionário no Estado do Amazonas¹⁴.

Utilizando de caminhos semelhantes, a trajetória para abarcar o contexto histórico desta pesquisa encontrou na Imprensa um caminho possível para tatear este panorama social do Amazonas nos anos 70. Ao recorrer a ela como documento histórico foi necessário também entendê-la como objeto, como elemento de representação do pensamento e de convicções políticas daqueles que a produzem. Entretanto, como bem ilustra Marialva Barbosa, deixando traços significativos da sociedade cujos passos e acontecimentos mais representativos pretendeu retratar, a Imprensa é também objeto de auto referência, pois fornece informações que comentam sobre o cotidiano político e cultural das sociedades onde se difundem, tornando possível assim a construção de todo um circuito da comunicação da época¹⁵.

armado. P.57. O autor defende ainda que em 1968, ao transformar sua revolução em uma ditadura, o governo Costa e Silva marcou definitivamente sua entrada na história como responsável por inúmeros crimes hediondos. P. 63.

¹⁴ BEZERRA. Cleber de Lima. *A Imprensa amazonense: Dos preparativos do golpe à instituição do AI-5 (1963-1968)*. Dissertação de mestrado. P. 147.

¹⁵ BARBOSA. Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil, 1800 a 1900* / Marialva Barbosa. – Rio de Janeiro: Mauad X, 2010. P.11.

Diante desta possibilidade, os registros de época fornecidos pelo periódico situam a inauguração do jornal em estudo no ano de 1949. Contudo, a partir da década de 70, curiosamente o jornal já se auto-intitula como “o mais moderno do Estado”, exibindo uma estrutura que o enquadra também entre um dos maiores da região norte. Em matéria comemorativa de 25 anos, o A CRÍTICA publicou um fascículo contendo várias informações sobre sua instalação na cidade. A vanguarda de jornalistas registrada na edição era composta pelo secretário Áureo Melo¹⁶; Flaviano Limongi e Oscar Carneiro, responsáveis pela coluna de esportes; Belmiro Vianez, administrador da coluna radiofônica e o grupo de reportagem, formado por Joaquim Antônio da Rocha (vulgo Jara), Francisco Queirós, Gutemberg Omena, Wilson de Queirós Garcia, Sérgio Tulio Nina, Almino Afonso, Miranda Braga, Nelson Braga e Arlindo Porto¹⁷. A direção geral ficava a cargo do diretor e fundador Humberto Calderaro Filho.

Na mesma edição um tema curioso foi exposto. Sob o título de “*As boas lutas que travamos*” o assunto circula sobre os diversos atentados que o jornal sofreu ao longo de sua instalação. Comentando que o “*o negócio antes era mais perigoso*”, a matéria segue citando que por motivos políticos, jornais como “O momento”, que contava com a direção de Geraldo Costa, foram empastelados pelo governo. Sofrendo ameaças e agressões, o jornal A CRÍTICA argumentou que foi alvo de várias perseguições durante maior parte dos anos 50.

Por mais de uma vez trabalhamos com patrulha do Exército dentro da redação, pra garantir nossas vidas; quantas vezes trabalhamos com armas em cima da mesa, na redação e nas oficinas, à espera, a qualquer momento, de um ataque. E muitas vezes tentaram¹⁸.

Entretanto, qual seria a origem desses perseguidores? A matéria segue narrando que no dia 24 de agosto de 1954, após a morte de Getúlio Vargas, o Partido Trabalhista Brasileiro fizera uma concentração na avenida que leva o nome do falecido presidente. Entendendo que o jornal merecia um “corretivo”, certamente por se posicionar a favor do governo que destituiu Vargas, os manifestantes decidiram destruir a sede do jornal na Lobo D`Almada. Avisados do motim, a matéria comenta que os

¹⁶ O primeiro secretário do jornal foi Ulysses Paes de Azevedo Filho.

¹⁷ Fonte: Jornal A CRÍTICA. 4 de novembro de 1973. Edição especial de 25 anos. P. 11.

¹⁸ Fonte: Jornal A CRÍTICA. 4 de novembro de 1973. Idem.

diretores do jornal providenciaram do Exército uma patrulha que, “por azar”, se deslocou para a antiga sede, na Eduardo Ribeiro. Armados com espingardas e garrafas de vinho cheias de gasolina, os jornalistas se organizaram a espera dos manifestantes, fato que não ocorreu. Entretanto, segundo complementa, nem sempre esses opositores do jornal se mantiveram no campo das ameaças. Em 20 de janeiro de 1959 o jornal foi supostamente vítima de um grave atentado. Uma bomba foi lançada na gerência do periódico, espaço que se situava bem abaixo do gabinete do diretor Humberto Calderaro Filho. Apesar dos grandes estragos, não houve nenhuma vítima fatal¹⁹.

Interessante analisar que, diante do episódio publicado, por algum motivo os manifestantes do partido trabalhista²⁰ (certamente os membros que apoiaram o governo João Goulart em Manaus) já observavam, antes do golpe, a postura de extrema direita do jornal. Ao expressar no auge da morte de seu maior representante, a vontade de destruir e saquear o jornal, é possível supor que a representação do periódico diante da oposição foi construída como a “imagem e semelhança” das aspirações governistas no Estado, antes até da revolução de 1964. O amplo apoio que o jornal possuiu de empresários e membros políticos do governo talvez fundamente o processo de intenso crescimento que ele apresentou em menos de 20 anos, como registra a matéria comemorativa da edição em análise e que será exposto mais adiante. Percebe-se também que a possível bomba lançada sobre o jornal certamente tinha um foco: O diretor Humberto Calderaro, grande responsável pelas articulações que o jornal exerceu ao longo dos governos instituídos. Sua habilidade política e administrativa o marca talvez como o maior representante da Imprensa amazonense na segunda metade do século XX. O diretor comandou o jornal por 46 anos, falecendo em 16 de junho de 1995, vítima de uma embolia cerebral²¹.

¹⁹ Fonte: Jornal A CRÍTICA. 4 de novembro de 1973. Edição comemorativa dos 25 anos do jornal. P. 11.

²⁰ GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. In FICO, Carlos. *Além do Golpe: A tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar* / Carlos Fico. – Rio de Janeiro: Record, 2004. P.17. Autor citado por Carlos Fico, Jacob Gorender argumenta que os projetos de Jango representavam *uma interpretação trabalhista da linha política do PCB*, não devendo ser confundido com motivações anticapitalistas ou de tendências plenamente comunistas. Este via as reformas de base como uma orientação tática ajustada à realidade concreta e coerente, cabendo a João Goulart decidir-se sobre qual dos lados deveria se posicionar. Entretanto, é fato comum entre as obras levantadas por esta pesquisa que a grande força do presidente Jango era sua influência diante da máquina sindical trabalhista, representada naquele contexto pela CGT.

²¹ PORTO, Arlindo. *Umberto Calderaro Filho: Legenda de trabalho e amor pelo Amazonas*. / Arlindo Porto e Outros. – Manaus: editora Valer / Governo do Estado do Amazonas, 2007. P.21.

Localizado este contexto de convulsões políticas e culturais, devemos agora situar onde se encontravam os trabalhos do chargista em questão. O manauara João Miranda de Queiroz nasceu em 8 de julho de 1929 e durante a pesquisa registrou-se que, oficialmente, trabalhou por três décadas no periódico em análise, aposentando-se oficialmente apenas em agosto de 1994. Antes de trabalhar regularmente para o jornal A CRÍTICA, os documentos mais remotos de Miranda referem-se apenas a registros publicitários e demais serviços de propaganda²². Vale ressaltar que sua entrada oficial no periódico acompanhou o processo de modernização do próprio jornal, como veremos a diante. O portfólio de contato dos trabalhos de Miranda geralmente seguia estes formatos.

Fig. 01²³

Fig. 02²⁴

Fig. 03²⁵

Fig. 04²⁶



Observa-se nas imagens, além de um traço comum que as interliga, o processo de transição dos meios de comunicação publicitária em Manaus, pelo menos aqueles que foram utilizados pelo chargista. De cartazes a propagandas de televisão, devemos

²² Segundo fontes familiares, concedidas a partir de uma entrevista com Maria da Conceição Queiroz, viúva do artista, Miranda foi responsável por diversos trabalhos publicitários para empresas e produtos da cidade. Entre eles podem ser citados as logotipo das lojas S. Monteiro, Belmiro's, Guaraná Tuchauá, Lojas Sortidão, 22 paulista, etc.

²³ Fonte: Jornal A CRÍTICA. 5 de dezembro de 1967. P. 04

²⁴ Fonte: Jornal A CRÍTICA. 10 de dezembro de 1967. P. 04

²⁵ Fonte: Jornal A CRÍTICA. 5 de setembro de 1968. P.06

²⁶ Fonte: Jornal A CRÍTICA. 10 de outubro de 1968. P.06

considerar que os anos 60 e 70 foram profundamente marcados pela revolução tecnológica da comunicação. Segundo Zuenir Ventura²⁷, o mundo estabeleceu a partir dali um novo método de romper fronteiras, de atravessar limites, de conhecer novos horizontes políticos, sociais e culturais. A globalização emergente lentamente seduzia os espíritos diante do valor moral do novo, do moderno, do progresso, da ciência. A conquista da lua no final da década anterior a de sessenta (1969) não era apenas uma vitória da técnica. Era a expressão mais clara de um rompimento dos limites do próprio Homem diante da natureza.

Fig. 05²⁸



Acompanhando o desenvolvimento do próprio jornal, foi possível localizar durante a pesquisa que os registros caricaturais²⁹ mais antigos do chargista Miranda remontam a 24 de outubro de 1967, data de um dos seus primeiros serviços ao jornal A CRÍTICA (Fig.05). A charge traz a caricatura do jogador Augusto, atacante do clube amazonense Sul América e tece alguns

²⁷ VENTURA, Zuenir. Os anos 60: A década que mudou tudo. Revista Veja. 1970. P.13

²⁸ Fonte: Jornal A CRÍTICA. 24 de outubro de 1967.

²⁹ FONSECA, Joaquim. *Caricatura, a imagem gráfica do humor*. Porto Alegre, Artes e Ofícios, 1999. Para uma melhor compreensão, devemos estabelecer a particularidade que define os dois modelos de representação abordados por esta pesquisa. Segundo Joaquim da Fonseca aponta, caricatura e charge se tornaram ao longo da história verdadeiros comentários sociais que, velados pela ironia e sarcasmo, mostram com simples figuras o que não poderia ser dito com mil palavras. Segundo ele, a “caricatura” é uma representação plástica ou gráfica de uma pessoa, tipo, ação ou ideia interpretada voluntariamente de forma distorcida sobre seu aspecto ridículo ou grotesco. Em relação à “charge”, cita o trabalho de Vinicius Libel que a define como uma representação artística que faz um corte transversal no tempo ao expor elementos que provocam alguma ruptura na normalidade histórica e, por isso, mereceram alguma espécie de crítica ou registro em desenho. Para alcançar esta linguagem, a charge utiliza da caricatura para melhor representar seu real foco de sátira. Em outras palavras, a Caricatura se baseia sobre um personagem específico, ressaltando seus aspectos mais elementares. Já a charge se baseia sobre algum acontecimento político, cultural ou social e sua informação abrange geralmente algum aspecto mais amplo. Um estudo mais amplo sobre essas formas foi levantado nos capítulos seguintes.

comentários³⁰ sobre seu desempenho no campeonato estadual do respectivo ano³¹.

Oficialmente, enquanto desenhista do periódico, o registro contratual de Miranda (carteira de trabalho - CLT) ocorreu em 1 de janeiro de 1972. Inicialmente observou-se que Miranda era responsável apenas por ilustrar as colunas esportivas, geralmente ligadas ao campeonato amazonense de futebol e suas extensões nacionais. Em pesquisa, registrou-se que, diante dos clubes regionais, Miranda deu forma às representações circulantes criadas nos anos 50 pelo editor esportivo de O JORNAL, Irisaldo Godot, primeiro presidente da ACLEA (Associação dos Cronistas e Locutores Esportivos do Amazonas). Segundo Carlos Zamith³², desde a criação da federação que profissionalizou a modalidade no Estado em 1964, muitos clubes adotaram os ícones idealizados anteriormente por Godot. É possível constatar que as representações dos apelidos dos times não são criações de Miranda, porém, em virtude de já pertencerem ao imaginário popular, tais imagens foram apropriadas pelo desenhista e, a partir da década de 70, ganharam definitivamente então os formatos apresentados na charge abaixo.

Fig. 06³³



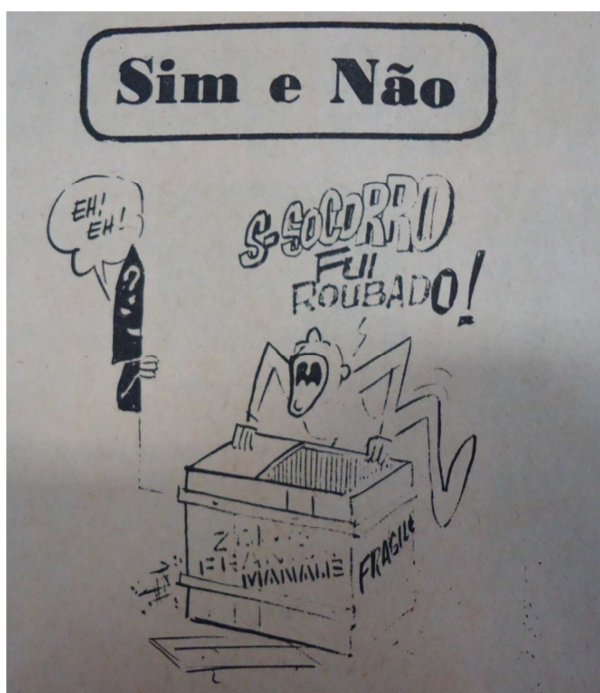
³⁰ A charge traz ainda o seguinte comentário: AUGUSTO – “Sempre foi craque de meio campo, e isso ele mostrou e demonstrou em jogadas dos campeonatos passados, formando com Joãozinho um excelente duo de meia cancha. Depois que o inventaram, como homem da linha de ataque, nunca mais o Sul América se encontrou”. Segundo Zamith, Augusto era jogador do Sul América desde agosto de 1965.

³¹ Em entrevista concedida no dia 10.08.2012, o responsável pela sede do Clube amazonense de futebol Sul América Luis Queiroz Laan afirmou que durante os anos 60, Miranda foi, além de torcedor, presidente do clube de futebol, localizado no bairro de São Raimundo, Manaus.

³² Fonte: Jornal Amazonas em Tempo. Matéria publicada no dia 27 de dezembro de 2009. O Jornalista Carlos Zamith é responsável por um importante levantamento sobre a História do futebol Amazonense, publicado em 2008 pela editora Valer como o nome de *Baú velho*.

³³ Fonte: Jornal A CRÍTICA. 2 de janeiro de 1973. P. 07. Da esquerda para direita, mascote e seu respectivo clube: “O Diabo”, América; “Tigre”, Libermorro; “O Rolo compressor”, Fast; “O Galo Carijó”, Rio Negro; “O Leão”, Nacional; “A Formiga”, Rodoviário e “o Lobo”, Sul América, que depois ficou conhecido como “Trem da colina”.

Fig. 07³⁴.



Após estudo do traço comum que envolve a estrutura de suas obras, foi possível observar outra extensão de seus trabalhos. Ainda em 1968, informalmente, Miranda iniciou a ilustração das colunas “*Sim e Não*” e “*Opinião*”, geralmente situadas na página 4 do jornal A CRÍTICA.

Vale notar que após entrar neste tema “político e social”, as charges pararam temporariamente de serem assinadas, talvez em motivo da censura instaurada sobre os órgãos de imprensa

pelo Ato Institucional Nº 5³⁵, exercido no ano de 1968 durante o governo Costa e Silva. A charge a cima (Fig.06) foi produzida exatamente neste contexto de implementação do Ato, e diante da pesquisa levantada, revela um dos primeiros trabalhos do chargista dentro de temas que envolvem diretamente os problemas sociais da coletividade.

Sendo responsável por ilustrar as respectivas colunas, em 1972 João Miranda de Queiroz regularizou-se oficialmente como Desenhista do Jornal³⁶ A CRÍTICA e a partir deste ano a quantidade de ilustrações aumentou consideravelmente. Vale adiantar que a coluna “*Sim e Não*” é considerada pelo próprio jornal³⁷ como a mais antiga do periódico, nascendo junto com o tabloide em 1949.

Espaço privilegiado, pois expunha a opinião do jornal, a coluna inicialmente era apenas um informativo de opinião pública: Comentava assuntos como pagamentos

³⁴ Fonte: Jornal A CRÍTICA. 10 de outubro de 1968. O tema faz uma crítica a onda de furtos a mercadorias que saíam da Zona Franca de Manaus e não alcançavam o seu destino.

³⁵ FAUSTO. Boris, História do Brasil / Boris Fausto. – 12. Ed., 2 reimpr. – São Paulo; Editora da Universidade de São Paulo, 2007. – (Didática, I). P. 480. Segundo o autor, a partir do AI-5 o núcleo militar do poder concentrou-se na chamada comunidade de informações. Abriu-se então um novo ciclo de cassação de mandatos, perda de direitos políticos e expurgos no funcionalismo. Além disso, estabeleceu-se a prática da censura aos meios de comunicação e a tortura passou a fazer parte integrante dos métodos de governo.

³⁶ Dados retirados da carteira de Trabalho de João Miranda de Queiroz. Acervo Pessoal.

³⁷ Fonte: Jornal A CRÍTICA, 4 de novembro de 1973. P. 6. Caderno especial de 25 anos do periódico.

ou plantão de farmácias. Com o passar dos anos transformou-se, tornando-se uma página completa com Editorial e notícias comentadas, além de rápidas informações noticiosas. É neste espaço que, mais tarde, durante a década de 70, João Miranda ganhava terreno para expor seus trabalhos.

Contudo, é apenas em 13 de setembro de 1973 que, sob o título de “*Miranda e o Copão*” (Fig. 07), o desenhista ganhou definitivamente um espaço na página 4 do periódico. Vale ressaltar que a definição da coluna como “*A charge do Miranda*” só viria em 30 de setembro de 1974. Antes disso, o nome da coluna acompanhava um título composto, não regular, mas que geralmente se relacionava ao tema em questão. Entre os diversos temas encontrou-se, por exemplo: *Miranda e o Transito*³⁸, *Miranda e a cidade*³⁹, *Miranda e a tanga*⁴⁰ entre outros. Ainda dentro deste recorte estudado, o chargista participou da coluna “*Ri-Só*”, a partir de dezembro de 1974, compartilhando com outros funcionários um espaço de piadas, palavras cruzadas e tirinhas. Mais tarde, como complemento do caderno VIDA, em 6 de fevereiro de 1977, estreou na página 16 uma nova coluna intitulada como “*Humoranda*”, também direcionada a temas sobre o cotidiano e os problemas da cidade.

Fig. 08⁴¹



Fig. 09⁴²



³⁸ Fonte: Jornal A CRÍTICA, 14 de setembro de 1973. P.04

³⁹ Fonte: Jornal A CRÍTICA, 17 de setembro de 1973. P.04

⁴⁰ Fonte: Jornal A CRÍTICA, 20 de setembro de 1973. P.04

⁴¹ Fonte: Jornal A CRÍTICA, 13 de setembro de 1973. P.04

⁴² Fonte: Jornal A CRÍTICA, 06 de fevereiro de 1977. P.01. Esta imagem faz parte da capa do jornal neste dia. Registra-se o comentário: “o nosso chargista Miranda oferece-nos, a partir de hoje, nas páginas de VIDA uma coluna que intitula de “Humorada”. Mais uma vez teremos o seu traço implacável, a traduzir num humor muito especial o comentário do quotidiano”.

Apesar dos temas conterem assuntos de divertimento popular, em nível nacional, o Brasil atravessava graves problemas de ordem econômica, dissidentes em sua grande maioria pela crise mundial energética do petróleo em 1973. Ao mesmo tempo, o crescimento ilusório do conhecido “milagre econômico”, emergente no governo Garrastazu Médici (1969 – 1974), também evidenciava nas prateleiras dos supermercados que as estatísticas do governo cresciam, ironicamente, na mesma medida que os preços dos alimentos populares.

Enquanto isso, em Manaus, o discurso político de “progresso e desenvolvimento” embutidos nos projetos de integração, remanescentes do governo Juscelino Kubitschek, enchia de orgulho os discursos dos materiais publicitários⁴³ estampados nos grandes periódicos de alcance popular. Para ilustrar um pouco desta perspectiva, vale aqui o registro de um pequeno recorte publicado no início de 1973 pela Construtora Andrade Gutierrez:

Quando caiu a última árvore, na presença do ministro Andreazza, cravamos na floresta o nosso reconhecimento ao governo João Walter de Andrade. E esperamos, hoje, a oportunidade de publicar o sentimento que brotou puro na estrada. Afinal, nesse dia homens nossos - amazonenses, mineiros, cearenses – encontravam-se no marco. E abraçavam-se alegres com a junção das duas frentes. A de lá e a de cá, interligadas fisicamente, *no último reduto vazio do hemisfério*. A obra, extensa e desafiadora, antecipava-se no calendário da Amazônia. Só porque o governo estadual provou a sua importância, defendeu a sua prioridade e conseguiu incluí-la no plano de Integração Nacional. Coincidência de ter sido com o mesmo engenheiro que, na SUDAM, como superintendente, liberou as parcelas que custearam o estudo da sua viabilidade, o conhecimento prévio de que era possível na prática, atender ao anseio integracionista. E foi por culpa desse apoio da fé e do trabalho que nossas máquinas aceleraram a penetração. Transformaram-se em lócus selvagens e venceram com o Governo na distância continental, a grande corrida contra o tempo. A meta um ano antes do prazo⁴⁴.

⁴³ “Parabéns ao governo que venceu a corrida contra o tempo”. O texto foi ilustrado com várias máquinas em processo de destruição da mata. A matéria é uma homenagem aos funcionários que trabalharam na construção da Transamazônica, e marca no periódico a data da inauguração em 8 de novembro de 1972.

⁴⁴ O Jornal A CRÍTICA de 2 de janeiro de 1973. Recorte publicitário.

Dentro deste contexto de forte intervenção política, os projetos de integração do país a região norte nos servem como os registros históricos mais marcantes desse período. Em um escala local, Manaus atravessava neste momento grandes transformações em virtude do desenvolvimento da Zona Franca de Manaus, implantada em 1967 durante o mandato Castelo Branco e expandida entre os governos de Costa e Silva e Emilio Garrastazu Médici⁴⁵.

Na década seguinte, os anos 70 na Amazônia caracterizavam-se por trazer uma efetiva política industrial de referência no país pelo estímulo à substituição de importações de bens finais e formação de um mercado interno⁴⁶. Em virtude da enorme expectativa do mercado e do discurso progressista direcionado a região, o crescimento demográfico foi intenso, como aponta o censo demográfico do IBGE entre 1950 e 1970⁴⁷:

Fig. 10

Censo Demográfico		Fonte: IBGE
Ano	População no Amazonas	População de Manaus
1950	514.099	139.620
1960	714.774	173.703
1970	960.934	314.197

Como é possível observar na tabela a cima, o número de habitantes em menos de 20 anos no Estado quase dobrou. Segundo Marilene Correa, em seu trabalho, *Metamorfoses da Amazônia*⁴⁸, a necessidade de ajustar a região à economia internacional criou zonas de enclave onde se “transplantaram” modos de organização da produção e da circulação de mercadorias, compatíveis - técnica e socialmente - com a nova divisão

⁴⁵ BATISTA, Djalma. *O complexo da Amazônia – Análise do processo de desenvolvimento*. Djalma Batista. 2.ª Ed. – Manaus: Editora Valer, Edua e Inpa, 2007. P.345. Segundo o autor, o projeto, de autoria do deputado Pereira da Silva é de 1957. Com a finalidade de constituir um entreposto de mercadorias estrangeiras para o abastecimento de mercados vizinhos, criou-se um sistema de franquias especiais para a importação de mercadorias, materiais e matérias primas etc. Segundo Batista, desde que começou a funcionar em agosto de 1967 a vida em Manaus se transformou radicalmente.

⁴⁶ BENTES, Rosineide. Um novo estilo de ocupação econômica da Amazônia: os grandes projetos. In: Estudos e problemas amazônicos: história social e econômica e temas especiais. Belém: Secretaria de Estado de Educação/CEJUP, p. 89-114, 1992.

⁴⁷ AGUIAR. José Vicente de Souza. Manaus, Praça, Café, Colégio e Cinema nos anos 50 e 60. / José Vicente de Souza Aguiar. – Manaus: Editora Valer / Governo do Estado do Amazonas, 2002.

⁴⁸ SILVA, Marilene Corrêa da. *Metamorfoses da Amazônia*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2000.

internacional do trabalho e com as relações de mercado mundiais. Manaus possuía assim, nos anos 70, uma nova configuração que alterou não apenas um modo de produção econômico, mas também uma nova forma de produzir a vida em sociedade.

Como na propaganda a cima citada, o discurso militar de integração que previa a ocupação do *último reduto vazio do mundo*⁴⁹, faz parte de um argumento maior que procurava definir a região a partir de uma falsa ideia de “vazio demográfico”, responsável por estimular esta migração de famílias para a região em busca de melhores oportunidades de vida. Sem capacidade para suportar esse crescimento súbito, Manaus sofreu, em pouco tempo, uma acelerada transformação urbana, que naturalmente, apresentaria as rachaduras de uma cidade impotente diante do próprio monstro que ajudava a criar.

Rosineide Bentes⁵⁰ aponta que, até a década de 50, a Amazônia era vista, no nível da economia nacional, apenas como fornecedora de produtos extrativos. Entretanto, no final dos anos 60, em virtude das articulações internacionais decorrentes do governo Juscelino Kubitschek, direcionou-se a região uma política de valorização, organizada, sobretudo, através da criação da SPVEA, superintendência do plano de valorização econômica da Amazônia. A partir do estímulo oferecido pelo Estado Militar, direcionaram-se para a região norte grandes projetos de infraestrutura, tais como Rodovias, ferrovias e hidrelétricas, a fim de dar base para a política de Integração econômica do governo.

Em 1966 este projeto foi acentuado em virtude da transição política. A denominada “*Operação Amazônia*”, agora dentro dos governos militares, transformou a SPEVEA em SUDAM (Superintendência do desenvolvimento da Amazônia), incentivando ainda mais a iniciativa privada a partir de créditos concedidos pelo BASA⁵¹. Em 1967, criou-se a SUFRAMA com o objetivo de implantar centros comerciais, industriais e agropecuários na região, além de estabelecer uma área de livre comércio de importações e exportações. A partir daquele momento, a Amazônia, diante da alta crise

⁴⁹ Vide matéria exposta na página 28.

⁵⁰ BENTES, Rosineide. *Um novo estilo de ocupação econômica da Amazônia: os grandes projetos*. Op. Cit. 12.

⁵¹ Conhecido como Banco da Amazônia, o BASA existe desde o fim da segunda guerra mundial. Anteriormente conhecido como Banco de crédito da Borracha. Em 1966, os militares alteraram o nome para estimular o financiamento e deliberar crédito a iniciativas privadas. Recebendo isenção fiscal de 10 anos, a redução de impostos foi um grande atrativo para os empresários que desejavam instalar-se sobre a região.

econômica que acompanha o Brasil desde o governo JK⁵², receberia total atenção dos governos militares, sendo assim um polo de grande atração para as diversas regiões do país.

Além destes efeitos, vale lembrar que a política de Integração Nacional (PIN), acentuada nos anos 70, acompanhou o governo Emílio Garrastazu Médici e permaneceu durante seu sucessor. Projetos como a Transamazônica e o PROTERRA, programa que previa a redistribuição de terras na região norte, estimulou fortemente a agroindústria através da instalação de polos agropecuários e agro minerais na região. Sob o argumento de “preenchimento de um vazio”, os governos militares iniciaram sua ocupação atravessando comunidades indígenas e incitando graves conflitos fundiários em virtude da alta concentração de terra nas mãos de alguns latifundiários. Além destes conflitos que estimulam, até os dias atuais, reivindicações por reformas agrárias, os prejuízos ecológicos, segundo Rosineide Bentes, foram certamente as piores lembranças deste episódio. E eliminação de espécies, o desmatamento, a erosão e sedimentação dos rios, a compactação dos solos (Em virtude do peso dos equipamentos) e a poluição dos rios são apenas alguns exemplos críticos citados pela autora, nos servindo aqui como objetos de reflexão que localizam os custos que este projeto de Integração proporcionou às diversas formas de vida que ocupavam a região⁵³.

Contudo, dentro da região norte, Manaus localiza-se nesse contexto como uma das cidades centrais que abarcaram grande parte do contingente populacional imigrante do restante do país. Diante destas transformações, o rápido processo de urbanização que transformou a cidade “de um burgo sonolento à cidade barulhenta”, como aponta os estudos sobre as origens da poluição sonora em Manaus⁵⁴, proporcionou a Miranda temas diversos que traduzem, em certa medida, e em formato de piada, as convulsões que Manaus atravessou durante o período de distensão. Em matéria de 4 de setembro de 1973, o A CRÍTICA já apontava para o descaso das Instituições públicas em resolver o

⁵² GASPARI, Elio. A ditadura envergonhada. Pg. 48. Segundo o autor, na década de 60 a inflação fora de 50% em 1962 para 75% no ano seguinte. Os primeiros meses de 1964 projetavam uma taxa de 140%, considerada por muitos como a maior do século XX. Comenta ainda que foi a primeira vez, desde o fim da 2ª guerra mundial que a economia registrava dados de grave contração de renda na sociedade brasileira. Gaspari, apoiado nos trabalhos de Alfred Stepan e Leigh A. Payne comenta que os gastos do governo eram enormes e a arrecadação tributária muito pequena, o que gerou um déficit de 504 bilhões de cruzeiros, equivalente a mais de um terço do total de despesas.

⁵³ BENTES, Rosineide. *Um novo estilo de ocupação econômica da Amazônia: os grandes projetos*. Op. Cit.

⁵⁴ SILVA, Solange Teles da; DANTAS, Fernando A. de Carvalho (Coord.). *Poluição sonora no meio ambiente urbano* / Solange Teles da Silva / Fernando Antonio de Carvalho Dantas (Coord). – Manaus: EDUA/UEA, 2004. (Série: Grandes temas em pequeno formato). P. 56.

problema de limpeza e saneamento da cidade. Comentando sobre suas transformações, o jornal chega a publicar que Manaus já se encontrava como uma das capitais mais sujas do país. Independente da balança que mede tais argumentos, podemos apenas enquadrá-los dentro de supostos indícios de um movimento mais amplo. O registro desta charge, a ponto de revelar que a situação já saiu de um tema sério para adentrar no campo do humor, pode nos apresentar tanto uma dimensão circulante quanto reafirmar o poder que o jornal possuía em “alfinetar” determinados pontos da Instituição pública. A vinculação das charges com os problemas de ordem pública (Ruído, trânsito, chuva, gasolina adulterada e preços de alimentos e bebidas) nos servem como proposta “sintetizante” para localizar o espaço de ironia onde os leitores do A CRÍTICA descarregavam suas energias⁵⁵ diante de problemas tão crônicos.

Fig. 11⁵⁶



Outra fonte que reforça a existência destes efeitos em Manaus encontra-se na matéria do dia 15 de junho de 1973⁵⁷, onde a coluna “Cidade” fez uma reportagem comentando sobre a poluição gerada pelas indústrias que se concentravam no bairro de

⁵⁵ FREUD, Sigmund. *O chiste e sua relação com o inconsciente*. Obras Psicológicas completas de Sigmund Freud Vol. VIII. Rio de Janeiro. IMAGO 1977. Sigmund Freud argumenta em seu trabalho que o riso possui uma função de descarga emocional das energias reprimidas pelo consciente. Para o autor, diante de um obstáculo, o efeito se apresenta muito mais como um caráter de tragédia do que de paz interior.

⁵⁶ Fonte: Jornal A CRÍTICA, 13 de dezembro de 1973. P.04

⁵⁷ Fonte: Jornal A CRÍTICA, 15 de junho de 1973. P.06

Santa Luzia, zona sul de Manaus. O título “*Manaus já é poluída sim senhor*”, registrou que, apesar de não ser uma megalópole, a cidade já apresentava em 1973 efeitos semelhantes aos grandes centros do país. Exibindo através dos fornos das fábricas uma fumaça que invadia as residências dos habitantes da zona, a irregularidade segundo os moradores, era antiga e até aquele momento não possuía nenhuma estratégia de resolução por parte do poder público.

É perceptível, ao longo desta rápida contextualização, que Manaus, enquanto capital do Estado, possuía uma indubitável importância não apenas econômica, mas também política dentro dos projetos desenvolvimentistas que foram sendo exercidos durante os sucessivos governos militares.

Politicamente, os Atos institucionais⁵⁸ estabelecidos já mostravam com clareza a relação inquestionável que deveria existir entre os governos estaduais e o poder Executivo federal. No mês de fevereiro, o *A CRÍTICA* apresentou uma pequena publicação intitulada “*Coerência e participação*”, onde é possível tatear parte desse panorama. O tema geral circula sobre as listas encaminhadas ao governo, compostas pelas possíveis indicações a chefia do Estado organizadas pelo ARENA local. O editorial comenta que:

O homem não se contenta com viver o presente e procura sempre perscrutar os dias vindouros, ainda que sua previsão não reflita mais que desejos ardentes e interesses pessoais. E assim se formam extensas listas, toda vez que a ocupação de cargos dirigentes é cogitada... Evidentemente, a própria sistemática revolucionária exige que o governo estadual mantenha alto grau de coerência com a administração central, condição essencial a manutenção do equilíbrio na balança do poder central... Seria supina tolice acreditar que essa participação poderá toldar a autoridade governamental ou extrapolar

⁵⁸ FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. Op. Cit. P. 474. O AI-2 extinguiu o pluripartidarismo em 20 de novembro de 1966 e estabeleceu uma nova legislação partidária, fixando a existência de apenas dois partidos políticos: *Aliança Renovadora Nacional (Arena)* e *Movimento Democrático Brasileiro (MDB)*. Entre os 17 atos institucionais que foram aplicados, o nº 3, instituído no mesmo ano por Humberto Castelo Branco, foi talvez um dos mais importantes em virtude do seu caráter instrumental. A partir dele determinou-se a realização de eleições indiretas no país sob o argumento de que era imprescindível que se *estendesse também aos governadores* de cada Estado o mesmo processo instituído para a eleição de presidente da República, medida essa que foi legalizada a partir da constituição de 1967. O ato ainda aplicou que os prefeitos das capitais e das cidades não seriam mais eleitos, e sim *indicados* por nomeação dos governadores com aprovação das assembleias legislativas. Por fim, estabeleceu-se ainda nele um novo calendário eleitoral, com eleição do executivo em 3 de outubro e para o Congresso em 15 de novembro.

dos limites severamente controlados pela administração federal. De nada adianta a elaboração de listas e nenhum valor terá a manifestação de desejos e interesses pessoais, se for esquecida a variável mais importante – a coincidência de pontos de vista entre os governadores e o próximo governo central⁵⁹.

Vale ressaltar que estes fragmentos foram retirados da coluna editorial do jornal em análise. Eles compartilham o mesmo espaço onde se encontram as charges de Miranda após sua formalização, e mesmo que não apresentem autoria publicada, nos servem para a reflexão de alguns pontos comuns, pois geralmente levantam em síntese questões que estão em circulação.

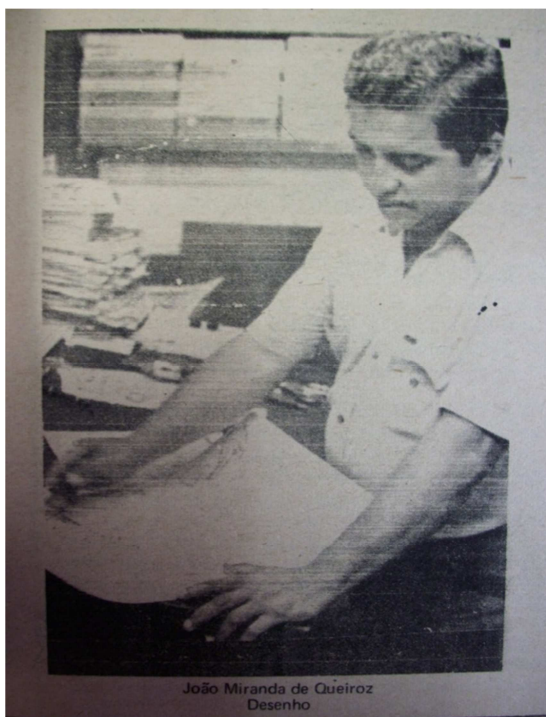
Apenas para título de registro. Apesar de não haver dados completos na resenha, a editoria do jornal foi exercida entre 1949 e 1973 pelas seguintes chefias: Editoria geral, Flavio Farias; Editoria da cidade, José Flavio Assem; Editorial Nacional, Francisco Marinho; Editoria internacional, Roberto Carneiro; Editoria de polícia, Mario Monteiro; Editoria de esportes, Belmiro Vianez. Por fim, registra-se que o departamento artístico era chefiado por João Miranda, chargista em estudo⁶⁰.

Voltando então ao conteúdo da última citação, é bem nítido em seu conteúdo que o jornal compartilhava com o governo do Estado o discurso nacionalista militar onde o interesse pessoal não podia ser colocado acima dos projetos de toda uma nação. Naquela conjuntura, os partidos estavam propondo listas de possíveis nomes para os governos Estaduais, entretanto, como podemos analisar, o jornal deixava claro que de nada adiantava um levantamento complexo, visto a necessidade de certa “coincidência” entre aqueles determinados “pontos de vistas”, ou seja: *Ausência de oposição*. A partir dessas constatações, vale então iniciar neste momento uma breve análise sobre a relação política estabelecida entre o jornal e o poder público instituído.

⁵⁹ Fonte: Jornal A CRÍTICA, 26 de Fevereiro de 1974. P. 04.

⁶⁰ Fonte: Jornal A CRÍTICA, 4 de novembro de 1973. P. 08.

Fig. 12⁶¹



Diante da citação, parece evidente que a função de vereadores e deputados, teoricamente representantes dos interesses do povo, não denotava nenhum caráter de oposição política ao governo. Diante do único acesso popular aos governantes, a política estabelecia claramente que até mesmo para esses cargos, os representantes eram eleitos de forma indireta.

Em relação a este tipo de fonte, deve se considerar que estes artigos editoriais respondem a opinião do periódico, e não possuíam registro de autoria. Situado na

página 4, geralmente a cima dos trabalhos de Miranda (Fig.11), é possível observar através da diagramação do próprio jornal⁶², a importância destes constantes artigos, que apesar de nem sempre se articularem diretamente com as charges, parecem direcionar-se a um público comum. Não afirmo que eles seriam condicionantes de ampla formação de opinião, porém é importante colocar a possibilidade de que pudesse haver um desejo latente do jornal em expor, naquele pequeno espaço, de maneira acessível (porém cuidadosa) a situação do país e do Estado, mesmo que não correspondesse com clareza à consubstancialidade dos fatos.

É importante destacar que o A CRÍTICA⁶³ passou, ao longo da década de 70, pelas mesmas transformações que muitos jornais brasileiros sofreram, após as revoluções tecnológicas emergentes no final dos anos 60. O trabalho de Alzira Alves de Abreu⁶⁴ traz uma boa contribuição na medida em que analisa, neste recorte, a problemática da competitividade entre os vários tipos de mídia insurgentes, o que ocasionou “por tabela”

⁶¹ Fonte: Jornal A CRÍTICA, 4 de novembro de 1973. P. 08. Foto do chargista.

⁶² A diagramação do jornal era executada por Fátima Vaz de Menezes, segundo consta matéria especial de 25 anos do jornal, datada de 4 de novembro de 1973.

⁶³ Em matéria datada de 4 de novembro de 1973, o jornal A CRÍTICA expusera em seus cadernos que seu nível de publicação já se encontrava entre os jornais mais modernos da região norte.

⁶⁴ ABREU, Alzira Alves de. A modernização da imprensa, (1970 – 1980) / Alzira de Abreu. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2002 (Descobrimo o Brasil).

um novo comportamento no jornalismo produzido nesta década. Para a autora, as inovações técnicas tiveram um lado bastante positivo no sentido em que, barateando os custos, aumentaram as vendas, o público e expandiram a concorrência. Entretanto, os jornais iniciaram neste contexto uma perda de identidade, visualizada principalmente na uniformização das notícias, que gradualmente perdiam peso ideológico e se tornaram uma mercadoria de opinião comum.

Para esta pesquisa, a importância desde dado pode ser atribuída à força popular que a opinião do jornal apresentou neste contexto. A charge de Miranda possui, como qualquer outra coluna, um peso ideológico, dividindo juntamente com os demais espaços um modelo de opinião. Destaca-se assim que a opinião pública popular, neste contexto, pode ser talvez mensurada a partir da quantidade de temas comuns que são direcionados pelo jornal aos seus leitores. Longe de atribuir uma estrutura a este argumento, apenas o levanto como uma possibilidade de visualizar a dimensão deste público, no interesse de entender a sua identificação com os diversos temas que circulam pelas charges.

Através de um movimento inverso, que parte do pressuposto de que a grande oferta de temas pode corresponder à demanda de assuntos atrativos aos leitores, podemos localizar Miranda com uma espécie de mediador cultural entre o discurso oficial do jornal e a linguagem popular dos seus possíveis leitores. Diante das claras limitações, certamente não é possível mensurar a quantidade de pessoas que riram. Porém, se situarmos o local, tempo e o espaço onde se compartilhava essa dimensão, e é claro, sensibilizar-se com a regularidade de símbolos e temas que emergem através da comicidade de seus mais variados temas, será possível tatear os modelos de sátira mais interessantes, ou que fizeram maior sucesso entre os leitores de *A CRÍTICA*.

Ainda dentro deste espaço que envolve a imprensa e suas articulações políticas, vale ressaltar que, desde março de 1969, a estrutura legal que respaldou a repressão violenta desencadeada contra qualquer tipo de oposição ao regime vinha sofrendo alterações. A partir do decreto lei 510/69, os militares implantaram novas medidas junto à Lei de Segurança Nacional, intensificando o combate contra os opositores do regime. Diante da imprensa regulamentou-se a censura aos principais meios de comunicação do Brasil. Segundo Marco Aurélio Vannuchi, as redações passaram a ser constantemente invadidas por policiais que, diante de suspeita, levavam presos vários jornalistas e demais funcionários. O autor cita ainda em seu trabalho que a repressão governamental se voltou

até mesmo contra seus antigos aliados. Um bom exemplo foi o processo direcionado a Niomar Bittencourt, proprietária do jornal “Correio da Manhã” (Vannuchi cita o jornal da diretora como um dos principais órgãos conspiradores que agiram a favor do regime) acusada de manter posições críticas em relação aos abusos autoritários do regime⁶⁵.

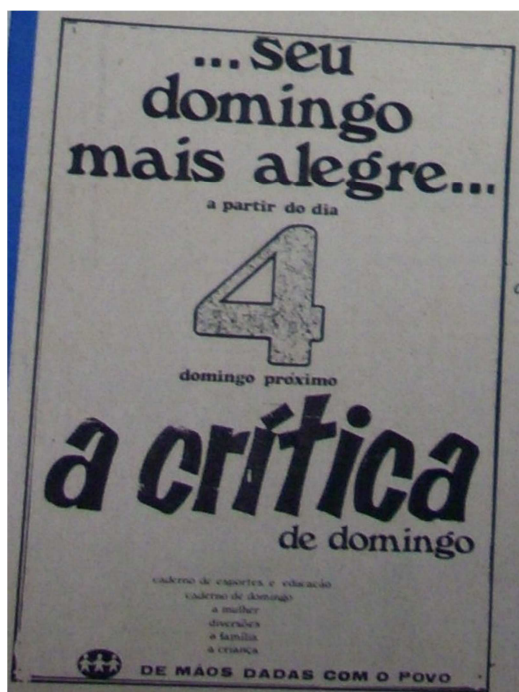
Entretanto, este perfil parece não se aplicar tão claramente ao jornal onde trabalha João Miranda. Em homenagem aos 25 anos de empresa, datada do dia 4 de novembro de 1973 o jornal A CRÍTICA lançou uma matéria especial, retratando parte da sua trajetória histórica no Amazonas. A importância desta matéria não se concentra exclusivamente sobre a homenagem. *A edição desta data é a primeira a ser publicada em um dia de domingo.* Diante da informação, é possível que a circulação e alcance desta edição tenha sido superior às demais.

A matéria citada continua com o título “*Com as mãos na roda*” seguindo um tom populista que sempre alerta para mensagens como “*o A CRÍTICA é forte, hoje em dia porque se alimenta do povo*”⁶⁶. Ressaltando que sua preferência geral *é correspondente aos 88.000 centímetros mensais gastos em publicidade*, o jornal, dentro desta matéria, segue afirmando que sua circulação abrange naquele contexto a grande maioria dos lares amazonenses, situando-se como o maior e mais moderno jornal do Amazonas.

⁶⁵ MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi L. de. *Contra os inimigos da ordem: a repressão política da ditadura militar (1964-1985)* / Marco Aurélio Vannucchi L. de Mattos, Walter Cruz Swensson Jr. – Rio de Janeiro: DP&A, 2003. P. 34.

⁶⁶ Fonte: Jornal A CRÍTICA, 4 de novembro de 1973. P.2

Fig. 13⁶⁷



A matéria segue na página 3 com o título “O Criador”, tecendo elogios poéticos sobre seu idealizador, Humberto Calderaro Filho. Contudo, dentro da mesma página, encontram-se imagens do jornalista junto a empresários como Moisés Israel, Industrial considerado pela matéria como “gente da casa”, e o político Álvaro Maia, também citado como um grande “amigo” do jornal. Para complementar, uma solenidade: Humberto Calderaro recebeu das mãos do governador Danilo de Mattos Areosa a “medalha de mérito”, em um evento ocorrido em 1970 no palácio Rio Negro.

O que podemos considerar a partir destes dados? De um tabloide que em 1949 possuía apenas uma “Marinoni de ferro”⁶⁸, e que classificava seus móveis ironicamente aos tempos de Johannes Gutemberg, inventor alemão da prensa móvel no século XV, o salto de modernização que o Jornal deu nesta década pode talvez ser mensurado em razão dos seus tão explícitos reconhecimentos, mostrando que sua vinculação com o poder econômico e político já se localizava em outras épocas.

Entre políticos, empresários e demais personalidades, o A CRÍTICA, em virtude até de seu tom populista, transparece compartilhar, se não oficialmente como um Jornal de cunho militar, de todos os caracteres que formatam o perfil de um jornal comercial que representa, em diversos momentos, um espaço confortável para a amplificação da voz do Estado. A linguagem que utiliza em suas matérias também configura a direção para onde se encaminha seus noticiários. Entre jargões e expressões populares, o alcance de seu público, observado pelo tipo de formatação de suas redações, também pode assegurar o poder de circulação que periódico possuía diante das classes populares. Outra hipótese

⁶⁷ Fonte: Jornal A CRÍTICA, 31 de outubro de 1973. P.1. A ilustração faz parte da capa do jornal desta edição.

⁶⁸ Segundo o site <http://www.imultimedia.pt>, a máquina foi criada em 1866 por Hippolyti Marinoni, inventor que revolucionou o processo de impressão ao imprimir 10.000 exemplares/hora e necessitando apenas de três operários. A primeira rotativa de Marinoni foi instalada em 1866 no jornal francês “Liberté”, dirigido por Emile de Girardin.

pode ser igualmente relevante: A chegada de imigrantes para a região possibilitou que o A CRÍTICA se apresentasse de maneira diferente, distanciando-se em parte do rigor marcante, exposto pelo Jornal do Comércio e O JORNAL, e adaptando um limite de coloquialidade em seus termos, a fim de expandir seu público e influência.

Seguindo nesse trajeto, ressalta-se que a população manauara deste contexto já registrava mais de um 1 milhão de habitantes e, diante das eleições de 1974, já respondia a um novo presidente da República: O general Ernesto Beckmann Geisel, do partido ARENA. Com o compromisso de iniciar o projeto de *lenta e gradual abertura política*, o novo presidente buscou um resgate dos princípios “Castelistas” dentro daquilo que foi interpretado como uma “Democracia Conservadora”, tentando, sobretudo, neutralizar internamente os “Linhas duras” e restabelecer a hierarquia no próprio domínio das forças armadas⁶⁹.

Nos primeiros meses do ano de 1974, o jornal A CRÍTICA apresentou as primeiras matérias sobre o perfil deste novo chefe do executivo. A matéria de 7 de março intitulada como “*otimismo Amazônico*” traz em seu conteúdo os seguintes comentários:

A posse do novo presidente, mais que um simples ato de rotina é esperada como a fase de um início histórico pela qual há muito tempo a nacionalidade está ansiosa. Daí justificar-se o otimismo com que cem milhões de brasileiros vêem a subida ao poder de um militar escolhido como o que reunia condições excepcionalmente favoráveis a perseguição de uma posição de destaque no concerto internacional... Particularmente, a Amazônia alimenta fundadas esperanças de que seu desenvolvimento econômico e social... Terão a partir de hoje novas forças e novas motivações. Mas a determinação com que o presidente Geisel pretende explorar produtos como o petróleo – para citar apenas o exemplo mais flagrante – e outros deixados no esquecimento por interesses antinacionais, é que garante o clima de geral otimismo que todos alimentam... Acima disso está a certeza de que chegou a nossa hora e de que a conjuntura internacional favorece um tratamento mais adequado aos 2/3 do Brasil onde há brasileiros de todos os quadrantes, empenhados na árdua batalha de nosso desenvolvimento⁷⁰.

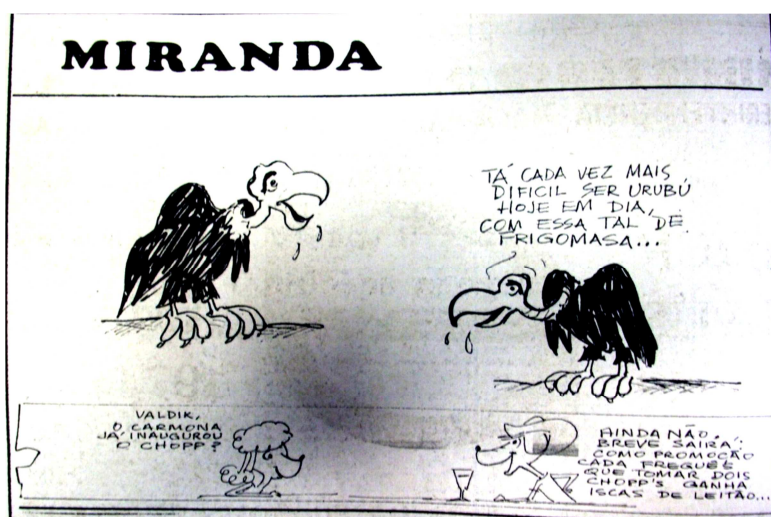
⁶⁹ FAUSTO. Boris. *História do Brasil*. Op. Cit. P. 490.

⁷⁰ Fonte: Jornal A CRÍTICA, 7 de março de 1974. P. 04.

Comentário parece bastante afinado à política do Desenvolvimento nacional, este modelo de discurso norteou o ufanismo militar por quase todo o seu regime de governo. Ernesto Geisel teve que, além da comentada missão de equilibrar as forças internas do Congresso, dar seguimento ao crescimento de um país que apresentava crises acumuladas de seu antigo sucessor. O governo optou por evitar importações e estimular o crescimento industrial através de empréstimos a bancos internacionais. O projeto baseava-se em buscar financiamentos para um programa de substituição de importações, procurando produzir no país máquinas e equipamentos que possibilitassem ao Brasil o alcance de uma real autonomia ou de um crescimento mais sólido do que o anterior⁷¹.

Revelando através da comicidade os efeitos da crise econômica Nacional em Manaus, Miranda forneceu também objetos cômicos que podem traduzir a dimensão social das ideias que circulavam na cidade durante este período de crise econômica que antecede a eleição de 1974. A charge a seguir serve apenas para ilustrar como é possível associar seus temas junto às convulsões que afetaram o país durante este período de distensão. O assunto entre os urubus situa-se especificamente entre os problemas de abastecimento de carne na cidade neste ano de eleição.

Fig. 14⁷²



- Tá cada vez mais difícil ser urubu hoje em dia, com essa tal de frigomasa.

Anexo:

- Valdik, o Carmona já inaugurou o chopp?

- Ainda não. Breve sairá como promoção. Cada freguês que tomar dois chopp's ganha iscas de leitão

Qual seria a relação possível destes simples rabiscos com a conjuntura econômica local e nacional? Como comentado, em 1974, a crise na inflação crescia vertiginosamente, afetando o preço de alimentos básicos por todo o país em virtude da crise econômica divulgada pelo governo nos anos anteriores.

⁷¹ GRAFF, Marília G. *Propaganda de lá pra cá* – Marília G. Graff, São Paulo: IBRASA, 2003. P. 110.

⁷² Fonte: Jornal A CRÍTICA, sábado, 9 de março de 1974. P. 04

Em Manaus o Estado teve como alternativa intervir diretamente nos preços, estipulando uma tabela fixa que ficou sob a responsabilidade da FRIGOMASA, um frigorífico responsável pela distribuição de carne no município. Em 29 de março, o jornal A CRÍTICA anunciou possíveis resoluções para essa questão. Em uma reunião entre o Ministro da fazenda e da agricultura com os fornecedores de carne, divulgou-se no A CRÍTICA nota estabelecendo uma nova tabela provisória do alimento, com a liberação dos preços para as chamadas “carnes nobres”. No mesmo artigo foram pleiteados novos preços para o arroz, feijão e milho, alimentos básicos que compunham a dieta popular e que em nada correspondem com os progressos anunciados pelo discurso oficial. A crise de carne que afetou o município escondia outras causas e motivos chegando até, tempos depois, a ser caso de polícia durante a eleição, como veremos mais adiante.

Para além desse contexto histórico, é igualmente importante para a pesquisa traduzir neste momento os signos que compõem as estruturas temáticas das charges. O uso de animais, por exemplo, é um método comum na literatura ficcional, que ao utilizar-se da linguagem poética, tem por objetivo dar nova vida às palavras, criando efeitos de estranhamento. Segundo Patrícia de Fátima Abreu Costa⁷³, o poeta tem por papel condicionar o destinatário da obra literária a pensar na essência da sua condição humana, refletindo em outra dimensão sobre os problemas da verdade, da justiça, do tempo, etc. O contraste que surge junto ao impacto de ver um animal com aspectos humanos faz com que o personagem sirva de espelho para questões que, apesar de óbvias, estão para além do nosso olhar, possibilitando assim um exercício de reflexão. Vale ressaltar ainda que quando colocamos as charges como objeto de estudo, coloca-se também em análise características do imaginário de grande parte da sociedade. O filósofo Henri Bergson chama atenção para este fato, situando o lugar do riso onde,

Não há comicidade fora do que é humano. Uma paisagem poderá ser bela, graciosa, sublime, insignificante ou feia, porém jamais risível. Riremos de um animal, mas porque teremos surpreendido uma atitude de homem ou certa expressão humana. Riremos de um chapéu, mas no caso o cômico não será

⁷³ COSTA, Patrícia de Fátima Abreu Costa. *Os Contos de Fadas: de narrativas Populares a Instrumentos de intervenção*. 2006.73p. (Dissertação – Mestrado em Letras). Universidade Vale do Rio Verde – UNINCOR – Três Corações – MG.

um pedaço de feltro ou palha, senão a forma que alguém lhe deu, o molde da fantasia humana que ele assinou⁷⁴.

Assim, nem sempre a realidade ficcional se separa da realidade objetiva, visto que, segundo Salvatore⁷⁵, *ninguém pode criar a partir do nada*. As estruturas linguísticas, sociais e ideológicas fornecem ao artista o material sobre o qual ele constrói o seu mundo de imaginação. A caricatura de um urubu exposto por Miranda pode, por exemplo, ser representado por uma determinada condição social de certo público leitor que talvez se identifique, ou não, com o contexto. Discriminado e desprezado, o animal que vive dos restos e do lixo social pode representar aqui mais do que uma simples fome de alimento: Pode evidenciar um apetite voraz por direitos, saúde e melhores condições de vida.

Em anexo a imagem principal, temos um animal um pouco mais destacado: o Cão Valdik. É possível deduzir que este personagem acompanhou Miranda com certa função de porta voz particular. Valdik é possivelmente uma analogia ao cantor Valdick Soriano, artista bastante popular em Manaus naquele período e que em 1972 lançou pela RCA o EP “*Ele também precisa de carinho*” contendo a música nacionalmente conhecida como *Eu não sou cachorro não*. Fã do gênero musical⁷⁶, para Miranda, Valdik talvez pudesse ser uma projeção pessoal que, utilizando-se deste meio, teria mais flexibilidade para expor suas convicções e protestos, o que certamente seria também compartilhado entre seus leitores que ao rirem, talvez sentissem certo pertencimento a causa de um mesmo problema.

As relações entre ambiente, contexto, opinião pública e particular podem ser melhor articuladas se compreendemos que tipo de abertura o jornal possuía diante do poder público. O tópico seguinte busca ilustrar os laços estabelecidos entre a política local e o periódico em estudo, o que será essencial para entender, mais adiante, os limites que Miranda teve diante deste veículo de comunicação social.

⁷⁴ BERGSON. Henri. *O riso: ensaio sobre a significação do cômico*. Op. Cit. P.12

⁷⁵ D’ONOFRIO, Salvatore. *Teoria do texto I – prolegômenos e teoria Narrativa*. São Paulo: Ática, 1995.

⁷⁶ * O dado foi fornecido em entrevista concedida por familiares do chargista, ocorrida em 22 de fevereiro de 2011.

1.2 Imprensa e poder, de “braços dados” sem temer.

Tratando neste momento mais especificamente sobre o espaço de produção das charges de Miranda, um estudo sobre as relações entre imprensa e poder foi relevante na medida em que levantou dados importantes que registram uma associação clara e pública entre o jornal em questão e a política local. Em 18 de abril de 1974 o jornal A CRÍTICA recebeu uma curiosa homenagem da Assembleia Legislativa do Estado por seus 25 anos de serviço ao povo amazonense. O diretor Humberto Calderado recebeu os parabéns, em nome da equipe do Jornal, de ambas as partes do governo. O chefe da oposição, o vereador Fabio Lucena do MDB traz um depoimento intrigante para uma época em pleno vigor do Ato Institucional número 5:

O jubileu de prata de A CRÍTICA é mais que isto: É uma festa da liberdade de imprensa. Que seu diretor, Umberto Calderaro Filho continue a honrar as tradições de gloria do seu jornal. Que jamais faça ao que nunca fez: tripudiar sobre os vencidos, e que nunca se transforme em corifeu dos vencedores. Que com o Amazonas cresça mais o seu jornal. Que cresça como imprensa livre!⁷⁷.

Fig. 15⁷⁸



Como comentado anteriormente, é no mínimo estranho que um jornal tenha crescido tanto em menos de 20 anos, sendo considerado, em pouco tempo, como o periódico de “maior circulação do Estado”, desbancando assim o Jornal do Comércio, no mercado de periódicos desde 2 de janeiro 1904. Em pleno Ato Institucional N° 5, que legitima a repressão dos direitos civis e democráticos, ter em seu perfil um lema de “independência” em relação aos dirigentes do governo, nos leva questionar sobre a sua

⁷⁷ Fonte: Jornal A CRÍTICA, 18 de abril de 1974. P. 05.

⁷⁸ Fonte: Jornal A CRÍTICA, 4 de novembro de 1973. P. 11. Sede do A CRÍTICA na Lobo D`Almada.

real posição frente à censura do Estado maior. Agradando a “gregos e troianos”, até mesmo o seu slogan “*de mãos dadas com o povo*” parece soar tão ambíguo quanto o seu nome. Ao mesmo tempo em que pode ser também “acrítico”, o fato de estar de “*mão dadas*” não quer dizer necessariamente que o jornal esteja apenas “ao lado do povo”. Não afirmo, neste instante, que o jornal tem ligação oficial com o Estado, porém, de acordo com uma leitura possível sobre seu conteúdo até este momento, é possível localizar que ele caminhou por “trânsitos bem confortáveis” entre as duas alas do governo.

Como já posto, em termos históricos, o A CRÍTICA localiza sua data lançamento na passagem para segunda metade do século XX, em 1949, porém só ganhou uma mínima estrutura de jornal em 1951, quando Humberto Calderaro adicionou sua primeira Linotipo ao periódico. Localizando-se, até então, na Avenida Eduardo Ribeiro, em 1953 passou a habitar um prédio na Lobo D`Almada (Ver Fig. 15).

Segundo a matéria expõe, o A CRÍTICA foi o primeiro jornal do Norte e Nordeste a possuir “cliqueire” eletrônica (máquina de fotogravura), radiofoto e teletipo. Em nível estadual foi o primeiro jornal a ter uma Off set (New Kings Collors) em cores e um sistema de composição IBM⁷⁹. Vale ressaltar que com a entrada destes últimos equipamentos, existiram mudanças na diagramação do jornal (A própria “Off set” permitiu que toda ilustração fosse fotografada junto com a chapa), tornando mais eficiente a impressão de outros tipos de publicidade, onde se inclui por exemplo, as charges de Miranda. Como informou o periódico em matéria⁸⁰, o A CRÍTICA inaugurou o sistema em solenidade no palácio Rio Negro, às 10 da manhã do dia 5 de setembro de 1971, contando com a presença do governador João Walter de Andrade e o ministro das comunicações, Higino Corsetti. Independente do pioneirismo concedido pela informação composta na matéria⁸¹, e diante do perceptível crescimento do periódico na passagem para os anos 70, é possível sugerir a hipótese de que a entrada de Miranda no jornal enquanto colunista foi determinada a partir da inserção destes novos modelos técnicos, alcançados a partir desta década.

⁷⁹ Fonte: Jornal A CRÍTICA, 4 de novembro de 1973. P. 06.

⁸⁰ Fonte: Jornal A CRÍTICA, 5 de setembro de 1971. P. 03

⁸¹ É possível que outros periódicos, como o próprio Jornal do Comércio, já estivessem modernizado suas estruturas antes do A CRÍTICA. Entretanto, a informação coletada nos serve aqui apenas como um indicativo que demonstra a relação entre a modernização do jornal junto a emergência de novos cadernos e colunas, onde podemos situar as charges de João Miranda como um resultante deste processo.

Dando seguimento a análise da fonte, no mesmo mês de abril, o A CRÍTICA publicou sob o título de “*Portela pede passagem*” um artigo que comentou a grande possibilidade do sucessor do governador João Walter Andrade fosse uma pessoa de fora do Estado, em virtude das enormes divergências internas ocorridas no ARENA amazonense. O senador Petrônio Portela, que tinha como missão delegar nacionalmente atividades ligadas às sucessões estaduais, encontrou em Manaus grande dificuldade em elencar uma lista comum de nomes, visto que o ARENA local sugeria quantidades proporcionais aos interesses discordantes que ali existiam. O editorial do jornal se posicionou nos seguintes termos:

O que interessa é que hoje já surgem hipóteses que em nada lisonjeiam o Amazonas e sua gente, quanto à capacidade dos homens públicos regionais colocarem de lado suas ambições e interesses. Quando se esperava que o Senador Petrônio Portela pudesse delinear com clareza o quadro sucessório e indicar tranquilamente um nome à altura das funções de mando de que se cogita, eis que aparece em cena atores que se haviam guardados para a hora decisiva. Com isso o processo ganhou novas tonalidades, infelizmente todas elas de cinza carregado o suficiente para toldar a visão do senador e permitir conjecturas que chegam, inclusive, a permitir uma solução extra-amazônica⁸².

Enquanto o presidente nacional do ARENA, Senador Petrônio Portela, procurava equacionar o problema amazonense, em 14 de maio o A CRÍTICA lançou um artigo de 1ª página versando sobre uma “pesquisa” com o título de “*vontade da coletividade*” no qual destaca os nomes de Frank Lima e Paulo Pinto Nery, políticos que anteriormente já haviam atuado como prefeitos da cidade. É possível deduzir a partir do conteúdo da matéria que o jornal estivesse fazendo neste momento uma ampla campanha popular para que o nome a ser escolhido fosse da região, estipulando ainda que,

De uma coisa, porém, todos podemos estar certos: o nome que Geisel fará submeter à decisão da Assembleia Legislativa para governar o Amazonas, se caracterizará pela identificação com os anseios de todos os amazonenses e pelo conhecimento de nossos mais graves problemas. Será sem nenhuma

⁸² Fonte: Jornal A CRÍTICA, 25 de Abril de 1974. P. 04.

dúvida o nome de um Amazônida consciente do grande papel que o nosso Estado desempenhará na vida econômica do país⁸³

Ao longo do processo, nomes como o de José Lindoso, vice líder do governo no Senado, foram inclusive afirmados, (este último publicado pelo deputado Vinicius Câmara na 1ª página do dia 23 de maio), mostrando novamente a possibilidade de estar ocorrendo uma campanha particular através do jornal com o objetivo de referendar um nome local a partir da opinião pública. O tema da sucessão virou piada constante nas capas do periódico, e na medida em que os Estados pelo resto do país foram conhecendo seus líderes, o clima de tensão aumentava gradativamente na capital.

Piadas como “*o governador do dia é*” ou “*povo cria bolão de apostas*” foram publicadas ao longo de todo do mês de maio. O temor aumenta no mês seguinte, quando em Junho de 1974, o artigo intitulado “*Rumor inaceitável*” comentou:

Novos rumores surgem na Guanabara, levantando a triste hipótese de o próximo governador deste Estado ser escolhido a margem das relações até hoje elaboradas e ignorando totalmente os nomes até agora indicados. Não se trata, logicamente, de notícia oficial – como de fato não se poderia esperar – mas o meio que a divulgou – O jornal do Brasil – é dos veículos de comunicação mais acreditados e respeitáveis do país. Poder-se-ia acreditar que ser mais uma hipótese como tantas que têm surgido, diante da desinformação oficial, se ela partisse de fonte sem credibilidade e merecesse divulgação em veículo destituído de qualquer importância⁸⁴.

É possível supor, a partir da nota, que os rumores inaceitáveis localizam a decepção do periódico no conteúdo dos boatos externos vindos do Rio de Janeiro. Entretanto, a fato de escolher “a margem das relações até aquele momento elaboradas” talvez não quisesse responder que Geisel instituiria o governo sucessor do Amazonas da mesma forma.

⁸³ Fonte: Jornal A CRÍTICA, 14 de maio de 1974. P. 04.

⁸⁴ Fonte: Jornal A CRÍTICA, 2 de junho de 1974. P. 04.

Em 5 de junho de 1974, iniciou-se o término da Crise. Para a surpresa de todos, o ministro Henoch Reis do Supremo Tribunal Federal de recursos, um amazonense de Manacapuru, foi oficialmente indicado como sucessor do governador João Walter Andrade. Apesar de ainda não ser de fato eleito, o peso da indicação oficial era um dos indícios mais claros da futura escolha de ocupação do cargo. O ministro foi recebido com aprovação, inclusive pela oposição democrata, que, no entanto, o viu como um “*tapa na ARENA*”.

O vereador Fábio Lucena, na época, líder do MDB na câmara municipal, comentou em nota através da mesma edição que a não aprovação dos 14 nomes indicados pelo partido demonstrava *certo descrédito por parte do governo em relação ao ARENA* no Estado. Apesar de não conter nenhum teor “democrático”⁸⁵, para o partido de oposição, o fato de não ter sequer um nome cogitado internamente pelo partido de apoio ao governo, pode ser considerada a primeira vitória do partido neste ano de eleição. Portanto, analisando o conteúdo da matéria, nota-se a evidência em destacar que o referido candidato era natural do Estado, visto que em outros momentos da história do Amazonas, vários governadores como o próprio João Walter de Andrade provinham de outras localidades, desconhecendo assim os problemas mais amplos da região. O “*basta aos forasteiros*”, publicado pelos deputados da época, pode ser encarado talvez como um dos primeiros resultados do processo de abertura política iniciada pelo presidente Ernesto Geisel no Amazonas.

Após a decisão presidencial que pôs fim as expectativas de todo o Estado sobre quem o governaria, o editorial intitulado “*compromisso maior*” apenas reafirmava ainda mais essa ideia, a partir do seguinte trecho onde argumenta que:

Se não pode ser encarado como síntese das opiniões gerais dos meios amazonenses, pode constituir-se numa primeira abertura no sentido da desejada pacificação de todas as áreas em litígio... Então não há como fugir à realidade se o futuro do governador amazonense não tinha seu nome

⁸⁵ É sempre importante destacar que o conceito de “democracia”, dentro do regime militar, foi amplamente divulgado e defendido pelo governo a seu modo, possuindo assim um caráter específico a sua época. Apesar da deturpação do conceito, é importante frisar que, para o governo, a democracia, enquanto “vontade coletiva”, estava sendo protegida a partir da intervenção do Estado, que a assegurando ao cidadão através da força, permitia a ele, nestas condições, exercer sua opinião, mesmo que sob a tutela do governo. Na prática, a ditadura militar brasileira, além de ser uma das mais longas intervenções militares da história brasileira, registrou um dos momentos de maior violência contra os direitos constitucionais do cidadão, afetando assim diretamente o princípio da liberdade de expressão.

relacionado em nenhuma lista levadas ao presidente da república, nem se viu envolvido pelas disputas que se travaram entre os políticos. Foi por causa do comportamento destes que pode assumir o mais importante papel, no palco onde se desenrolava o drama sucessório. Aí está, portanto, algo que demonstra terem os políticos muito que ver com a escolha presidencial, quase limitada à falta de alternativas, diante de tudo quanto já é sobejamente conhecido por todos⁸⁶.

Pensando em seu futuro governo, Henocho Reis necessitou rapidamente definir seus parceiros políticos, visto que sua indicação foi externa a qualquer nome sugerido pelos partidos locais. Se por um lado o A CRÍTICA estendia um dos seus braços ao povo, a partir da matéria “*Sinal de Apreço*”, datada do mês de julho, é possível ter alguma clareza de quem segurava firmemente o outro lado:

A visita que o futuro governador do Amazonas, professor Henocho Reis, fez aos jornais retrata firmemente o apreço que sua excelência tem para com a imprensa e, sobretudo, da simpatia com que olha o trabalho dos jornalistas da sua terra. Talvez muita gente se pergunte por que razão Henocho Reis tenha preferido passar alguns momentos na redação de um veículo de comunicação social, ao invés de percorrer as dependências de outras entidades durante sua curta passagem por Manaus... A nós não corre a ideia de que a escolha de Henocho tenha sido motivada apenas pela amizade que o liga ao diretor deste jornal... Assim, sua visita a A CRÍTICA, mas que manifestação de simpatia por um homem ou um jornal, foi a manifestação patente de que deseja estreitar os laços do governo com o chamado “quarto poder”, do qual depende, em grande parte, o êxito de qualquer empreendimento no mundo moderno⁸⁷.

Em mais um momento é possível localizar as parcerias políticas efetivadas entre Humberto Calderaro Filho e a política local. Esta matéria é complementar a visita que Henocho fez, um dia antes, às dependências do A CRÍTICA, e tinha, a princípio, o

⁸⁶ Fonte: Jornal A CRÍTICA, 8 de junho de 1974. P. 04.

⁸⁷ Fonte: Jornal A CRÍTICA, 4 de julho de 1974. P. 04.

objetivo de agradecer ao jornal por noticiar sua escolha para o governo do Estado “*ainda quando nem tudo estivesse certo*”⁸⁸.

Dentro de um contexto onde o Jornal e o Rádio foram os maiores órgãos de comunicação em massa, o periódico tornou público, e com bastante clareza, o laço que existia entre os governos Estaduais e o órgão de Imprensa naquele ano. A associação entre Poder e Imprensa não é a questão mais interessante neste momento. O que torna essa aliança especial é como ela está sendo montada, em um contexto onde o país dá seus primeiros passos rumo à sua aclamada plenitude democrática e, no Amazonas, a indicação de Henocho Reis já talvez anunciasse possíveis transformações não no modelo de governo, mas no projeto de Estado emergente junto ao presidente Ernesto Geisel.

Até o momento foi possível relacionar, entre temáticas e problemas abordados, que o contexto onde as charges foram produzidas responde, antes de tudo, às articulações exercidas entre seu diretor e o poder público, naquele instante em processo de transição. O crescimento do periódico em pouco tempo e o tipo de reconhecimento que ele recebeu por parte dos poderes públicos nos servem de evidência não apenas para a aliança que o jornal possuía com Estado. Devemos imaginar que, além da censura, grande parte do conteúdo das charges de Miranda passa por estes filtros políticos e por diversos interesses, bem maiores do que o valor da piada “que faz perder o amigo, mas não a oportunidade”. Mesmo que o alcance popular redirecione os temas para outras questões, foi necessário dar atenção para as possíveis intervenções que certamente localizaram posicionamentos do chargista perante sua obra.

Encontrando-se em um momento de transformações políticas e culturais, o Brasil em 1974, como comentado, localizava-se em um momento de “lenta e gradual” distensão da oposição. Controlada desde o fim da década passada, a liberdade de expressão concedida durante este evento colaborou com a produção de novos temas para as charges, bem diferentes daqueles que foram anteriormente apresentados. Se o conceito de riso proposto por Bergson se aplica a estes objetos na medida em que procuravam “restabelecer padrões” sociais a partir do castigo corretivo da sátira, é possível constatar que o humor de Miranda também vendia um valor moral de época, circunscrita à

⁸⁸ Fonte: Jornal A CRÍTICA, 4 de julho de 1974. P. 04. Ibidem.

dimensão de leitores que compartilhavam de sua ironia⁸⁹. Assim, o “humor moral” de Miranda, na medida em que transmitiu e defendeu valores, encontrou neste contexto de transição um ambiente bastante favorável para publicação de temas cômicos, em virtude dos intensos estranhamentos que emergem das convulsões que o país atravessava dentro deste processo complexo de distensão.

Na busca pelo alcance da graça comentada no início deste capítulo, coube então fazer um estudo mais denso das obras em si, a fim de identificar o sentido dos elementos que habitavam o ambiente do universo proposto pela lapiseira de Miranda. O capítulo a seguir tratará exatamente sobre os caminhos utilizados pelo chargista para conquista do riso de seus possíveis leitores.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Alzira Alves de. *A modernização da imprensa, (1970 – 1980)* / Alzira de Abreu. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2002 (Descobrimdo o Brasil).
- AGUIAR. José Vicente de Souza. *Manaus, Praça, Café, Colégio e Cinema nos anos 50 e 60.* / José Vicente de Souza Aguiar. – Manaus: Editora Valer / Governo do Estado do Amazonas, 2002.
- ANDERSON. Benedict R. Memória e esquecimento. In *Comunidades imaginadas* / Benedict Anderson; tradução Denise Bottman. – São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BARBOSA. Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil, 1800 a 1900* / Marialva Barbosa. – Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.
- BATISTA. Djalma. *O complexo da Amazônia – Análise do processo de desenvolvimento.* Djalma Batista. 2.ª Ed. – Manaus: Editora Valer, Edua e Inpa, 2007.
- BENTES, Rosineide. *Um novo estilo de ocupação econômica da Amazônia: os grandes projetos.* In: Estudos e problemas amazônicos: história social e

⁸⁹ BERGSON, Henri. *O Riso: ensaio sobre a significação do cômico.* 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1983. Ibidem.

- econômica e temas especiais. Belém: Secretaria de Estado de Educação/CEJUP. 1992.
- BERGSON, Henri. *O Riso: ensaio sobre a significação do cômico*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1983.
 - BEZERRA, Cleber de Lima. *A Imprensa amazonense: Dos preparativos do golpe à instituição do AI-5 (1963-1968)*. Dissertação – (Mestrado em História). Universidade Federal do Amazonas. 2010.
 - BURKE, Peter. *Testemunha Ocular : História e Imagem / Peter Burke ; tradução Vera Maria Xavier dos Santos ; revisão técnica Daniel Aarão Reis Filho. – Bauru, SP : EDUSC, 2004.*
 - COSTA, Patrícia de Fátima Abreu Costa. *Os Contos de Fadas: de narrativas Populares a Instrumentos de intervenção*. 2006.73p. (Dissertação – Mestrado em Letras). Universidade Vale do Rio Verde – UNINCOR – Três Corações – MG.
 - DARNTON, Robert. *O Grande Massacre dos Gatos. E outros episódios da História Cultural da França*. 4ª Edição. SP: Graal, 1986.
 - D'ONOFRIO, Salvatore. *Teoria do texto I – prolegômenos e teoria Narrativa*. São Paulo: Ática, 1995.
 - BERGSON, Henri. *O Riso: ensaio sobre a significação do cômico*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1983.
 - FREUD, Sigmund. *O chiste e sua relação com o inconsciente*. Obras Psicológicas completas de Sigmund Freud Vol. VIII. Rio de Janeiro. IMAGO 1977.
 - FICO, Calos. *Além do golpe: Além do Golpe: A tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar / Carlos Fico. – Rio de Janeiro: Record, 2004*
 - FONSECA, Joaquim. *Caricatura, a imagem gráfica do humor*. Porto Alegre, Artes e Ofícios, 1999.
 - GASPARI, Elio. Introdução IN *A ditadura envergonhada*. / Elio Gaspari. – São Paulo : Companhia das letras, 2002.
 - GRAF, Marília G. *Propaganda de lá para cá*. Marília G. Graf, São Paulo: IBRASA, 2003.

- MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi L. de. *Contra os inimigos da ordem: a repressão política da ditadura militar (1964-1985)* / Marco Aurélio Vannucchi L. de Mattos, Walter Cruz Swersson Jr. – Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- JOLY, Martine. *Introdução a análise da imagem*. Lisboa. Edições 70. 2001.
- PORTO, Arlindo. *Umberto Calderaro Filho: Legenda de trabalho e amor pelo Amazonas*. / Arlindo Porto e Outros. – Manaus: editora Valer / Governo do Estado do Amazonas, 2007.
- SILVA, Marilene Corrêa da. *Metamorfoses da Amazônia*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2000.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: De Castelo a Tancredo (1964-1985)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- STEPAN. Alfred C. *Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.
- SILVA, Solange Teles da; DANTAS, Fernando A. de Carvalho (Coord.). *Poluição sonora no meio ambiente urbano* / Solange Teles da Silva / Fernando Antonio de Carvalho Dantas (Coord). – Manaus: EDUA/UEA, 2004.
- TAVARES. Aurélio de Lyra. *O Brasil de minha geração: Mais dois decênios de lutas*. Biblioteca do Exército. 1977.
- VENTURA. Zuenir. *Os anos 60: A década que mudou tudo*. Revista Veja. 1970.
- ZAMITH. Carlos. *Baú velho*. / Carlos Zamith. – Manaus: Editora Valer, 2008.

FONTES DOCUMENTAIS

- Fonte: Jornal A CRÍTICA. 24 de outubro de 1967. Charge esportiva.
- Fonte: Jornal A CRÍTICA. 5 de dezembro de 1967. P.04. Recorte.
- Fonte: Jornal A CRÍTICA. 10 de dezembro de 1967. P.04. Recorte.
- Fonte: Jornal A CRÍTICA. 5 de setembro de 1968. P.06. Recorte.
- Fonte: Jornal A CRÍTICA. 10 de outubro de 1968. P.06. Recorte.
- Fonte: Jornal A CRÍTICA. 10 de outubro de 1968. (Coluna “sim e não”)
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 5 de setembro de 1971. P.03. (Matéria)
- Fonte: Jornal A CRÍTICA. 2 de janeiro de 1973. P. 07. Charge esportiva.
- Fonte: Jornal A CRÍTICA. 2 de janeiro de 1973. P. 04. (Editorial)
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 13 de setembro de 1973. P.04. (Charge do Miranda)

- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 15 de junho de 1973. P.06. (Matéria)
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 14 de setembro de 1973. P.04. (Miranda e o copão)
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 17 de setembro de 1973. P.04. (Miranda e a cidade)
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 20 de setembro de 1973. P.04. (Miranda e a tanga)
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 31 de outubro de 1973. P.01. A ilustração faz parte da capa do jornal desta edição.
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 4 de novembro de 1973. Edição especial de 25 anos do periódico. P.06.
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 4 de novembro de 1973. Edição especial de 25 anos do periódico. P.08.
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 4 de novembro de 1973. Edição especial de 25 anos do periódico. Foto do chargista. P.08.
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 4 de novembro de 1973. Edição especial de 25 anos do periódico. P.02.
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 4 de novembro de 1973. Edição especial de 25 anos do periódico. Foto da sede na Lobo D`Almada. P.11.
- Fonte: Jornal A CRÍTICA. 4 de novembro de 1973. Edição especial de 25 anos do periódico. P.11
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 4 de novembro de 1973. Edição especial de 25 anos do periódico. P.08.
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 4 de novembro de 1973. Edição especial de 25 anos do periódico. P.06
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 13 de dezembro de 1973. P.04.
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 26 de Fevereiro de 1974. P.04. (Editorial)
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 7 de março de 1974, P.04. (Editorial)
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 9 de março de 1974. P.04. (Charge do Miranda)
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 18 de abril de 1974. P.05. (Matéria)
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 25 de Abril de 1974. P.04. (Editorial)
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 14 de maio de 1974. P.04. (Editorial)
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 2 junho de 1974. P.04. (Editorial)
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 8 junho de 1974. P.04. (Editorial)
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 4 de julho de 1974. P.04. (Editorial)
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 4 de julho de 1974. P. 04. (Notícia)
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 06 de fevereiro de 1977. P.01. (Anúncio)

CAPÍTULO II

Avanços na publicidade, um novo olhar sobre a cidade.

Dando seguimento a análise das obras do chargista João Miranda dentro do processo de abertura política e social que Manaus atravessou no início da década de 70, a ideia desse capítulo surgiu da permanência regular de um detalhe presente em grande parte das fontes levantadas para este espaço temático: a televisão.

Apesar de não ser hegemônica nos lares populares, este meio de comunicação proporcionou, na década de 70, uma nova modalidade de representação da vida pública, na medida em que sua linguagem sintética e encantadora permitiu remodelar os perfis políticos que se apresentavam diante de um novo momento para publicidade eleitoral em Manaus. Portanto, para além do entretenimento, podemos entendê-la como uma ferramenta emergente, como um novo caminho, principalmente para a oposição que, diante do projeto de pleito livre proposto pelo presidente Ernesto Geisel, não encontrava condições tão “confortáveis” desde a instauração dos Atos Institucionais.

O presente capítulo está dividido em dois tópicos, aproximados em virtude da questão publicitária. A primeira parte faz um levantamento histórico sobre o papel da televisão dentro do regime de exceção no Brasil, expondo, a partir da análise de alguns materiais do Jornal A CRÍTICA, os caminhos que compuseram a trajetória deste meio de comunicação junto ao cotidiano manauara na década de 70.

O segundo ponto aborda um estudo localizado. Ainda dentro do mesmo espaço temático, selecionei uma charge onde o papel deste meio de comunicação aparece representado como um possível objeto formador de opinião. A proposta está em oferecer um caminho para identificar de onde emergiam determinados temas e para onde eles se encaminhavam. A análise dos elementos que compõem o espaço das charges nos possibilita localizar, através de uma leitura cuidadosa de seus elementos, as transformações decorrentes deste complexo processo de abertura política e social em questão. Espero que a partir deste exemplo, a presença das charges ligadas diretamente ao episódio da eleição se revele com maior “familiaridade” ao leitor, pois acredito que quanto mais próximos estivermos das linguagens temáticas e teóricas do contexto da piada, maior será a chance de participarmos deste riso perdido no passado.

2.1 Informação visual, Miranda e a comunicação em Manaus.

Mais do que um simples objeto de entretenimento, a televisão surgiu na metade do século XX como um dos mais poderosos meios de comunicação em massa já inventados pelo homem. Os avanços tecnológicos da década de 60, segundo Zuenir Ventura, revelavam uma singularidade: o Homem desta década tornava-se um indivíduo do mundo, unidimensional, um personagem planetário, fruto dos veículos de comunicação em massa⁹⁰. Vale ressaltar que, para Ventura, essa revolução tecnológica não alterava apenas os meios físicos, ampliava também os interesses, as perspectivas, os contatos, as linguagens e os sentidos de um novo modelo de humanidade.

Dentro deste contexto, a televisão representou, juntamente com outros veículos, uma janela espaçosa para adentrar em um novo universo que, por osmose ou não, foi se diluindo entre os mais diversos e distintos espaços sociais. Condicionada às grandes transformações que marcaram este contexto, a ascensão deste meio de comunicação também deve ser encarado como a emergência de um novo confronto entre aqueles que disputavam o monopólio da informação, e que, através dela, vendiam valores, regulavam sensibilidades, destruía ou criavam fatos sociais que reverberavam em tudo aquilo que fosse possível alcançar.

Em julho de 1962 foi posto em órbita o satélite TELSTAR, responsável em transportar, segundo Ventura, a “estrela que falaria” por todos os homens. Ativo, ele realizou a primeira transmissão entre os continentes americano e europeu, interligando os espaços, espíritos e ideologias de maneira rápida e imediata. Este elemento foi responsável por fortalecer ainda mais a emergente Indústria Cultural, que segundo Edgar Morin⁹¹, representava dentro desta revolução um segundo nível de colonização, talvez mais frio e calculista que os anteriores. Nas palavras deste sociólogo esta:

Segunda colonização, não mais horizontal, mas desta vez vertical, penetra na grande reserva que é a alma humana... Cinquenta anos mais tarde, um prodigioso sistema nervoso se constituiu no grande corpo planetário: As palavras e as imagens saíam de borbotões dos teletipos, das rotativas, da películas, das fitas magnéticas, das antenas de rádio e televisão; tudo que

⁹⁰ VENTURA, Zuenir. *10 anos em busca de um novo mundo*. In *Os anos 60: A década que mudou tudo*. 146 pgs./ formato 21X27, 5cm/ Publicação especial da Revista Veja. 1970.

⁹¹ MORIN, Edgar. *Cultura de massas no século XX: Neurose/Edgar Morin: Tradução de Maura Ribeiro Sardinha* – 9. Ed – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

roda, navega, voa, transporta jornais e revistas; não há uma molécula de ar que não vibre com as mensagens que um aparelho ou um gesto tornam logo audíveis e visíveis⁹².

Em síntese, e diante dos autores brevemente citados, é possível visualizar que esta industrialização da cultura trazia junto de si a fabricação de pensamentos, opiniões, vontades e desejos. Assim, a sociedade de consumo, fruto desta indústria cultural, sofreu neste contexto a invasão de um processo colonizador de almas, seduzidas pelo valor do novo e pela superação dos limites físicos e psicológicos do Homem desta década.

Por mais distante que fosse dos grandes centros, Manaus não deixaria de sofrer ações diretas e indiretas deste fenômeno político, econômico e, sobretudo, cultural. Meu objetivo neste momento da pesquisa é demonstrar como Miranda ilustrou, a partir de suas charges, a presença destas determinadas influências externas, revelando assim seu método usado para fazer refletir os contrastes que surgiam diante dos novos elementos que se apresentavam ao público apreciador de seus trabalhos. A busca por este riso resultante nos serve aqui como uma resposta possível para o compartilhamento de algumas dimensões sociais circulantes. Mais do que saber se riram ou não, a relevância deste tipo de material encontra-se não apenas na percepção da mensagem em si. A construção de determinados temas enquanto “conteúdo humorístico” é o que nos permite tatear o espaço externo a essa dinâmica oculta das relações sociais através da imprensa, estabelecidas entre os locais de produção e circulação destes modelos de fonte.

No Brasil, segundo Sergio Mattos, a televisão chegou aproximadamente no início dos anos 50⁹³. Entretanto, o alto custo do aparelho limitava o objeto a ser um artigo de luxo, circunscrito a uma cadeia pequena de emissoras e a um público restrito de telespectadores. A revitalização do projeto de industrialização e a doutrina de segurança nacional, viabilizada após o golpe militar em 1964, estabeleceram um momento ideal para o florescimento deste meio de comunicação no país. Segundo Mattos, o desenvolvimento desta alternativa esteve atrelado à modernização do próprio

⁹² MORIN, Edgar. *Cultura de massas no século XX: Neurose*. Op. Cit. P. 13.

⁹³ MATTOS, Sérgio. *História da televisão brasileira: Uma visão econômica e política*. Op. Cit. P. 163

Estado brasileiro, que diante do regime militar encontrou neste objeto um caminho acessível para tentar reduzir as disparidades regionais e dar seguimento aos grandes projetos de integração. Vista como um “agente de modernização”, o governo militar promoveu um alto investimento neste setor, buscando, entre vários outros objetivos, formatar um mercado consumidor e difundir valores morais e políticos que sustentassem o regime. Assim, segundo o autor conclui, o rápido crescimento da televisão durante os 21 anos de governo militar foi resultado direto e indireto das estratégias políticas anexadas durante o regime de exceção.

Para esta pesquisa, o registro de evolução deste meio de comunicação é essencial ao estudo, sobretudo pelo recorte temporal que atravessa um dos grandes momentos de crise econômica no país, ficando historicamente conhecido como o “milagre econômico” brasileiro. Para Mattos⁹⁴, o “boom” da televisão brasileira se deu mais exatamente no início dos anos 70, na medida em que o regime concedeu 67 licenças de canais de TV a empresas privadas em dimensão nacional. A redução dos preços em virtude do crescimento industrial do setor e as concessões de crédito que estimulavam o desenvolvimento do mercado consumidor representam reflexos de uma estratégia que encontrava neste elemento um caminho confortável para conduzir a opinião pública, mascarar seu projeto político e facilitar a entrada de capital estrangeiro no país.

Segundo Marialva Barbosa⁹⁵, a popularização deste meio de comunicação, embora fosse bastante restrita na época, possuiu um aspecto bastante ambivalente. Na mesma medida em que estimulava o consumo, expandia horizontes e nivelou a programação a fim de conquistar a atenção popular, o Estado autoritário promoveu nos anos 60 e 70 uma das maiores experiências de censura da informação já registradas pela história do país. Popularizar os meios de comunicação, mascarando seu discurso a partir do entretenimento gratuito, foi um das estratégias mais bem sucedidas dos governos militares, pois permitiu tanto uniformizar a informação circulante quanto reforçar os modelos de valores que sustentavam a confiança no regime instaurado.

Vale registrar que o crescimento desse monopólio da informação, desencadeado pela televisão nos anos 70, e que através da sedução de seus aspectos

⁹⁴ MATTOS, Sérgio. Op. Cit. P. 44.

⁹⁵ BARBOSA, Marialva. História Cultural da Imprensa : Brasil, 1900 – 2000 / Marialva Barbosa. – Rio de Janeiro : Mauad X, 2007. P. 180

encantadores mesclavam o visual com auditivo de uma forma jamais experimentada, talvez só tenha reduzido seu impacto de influência a partir da recente popularização da internet e das redes sociais, fenômeno que certamente merece um estudo mais aprofundado por outros pesquisadores.

Enquanto recorte histórico dentro deste tema, o governo do general Emílio Garrastazu Médici (1969 – 1973) talvez seja o mais explorado, em virtude do uso publicitário da televisão pelo Estado como veículo promotor do espírito nacionalista, o que serviu inclusive para divulgar um ideal patriótico que foi usurpado no contexto da copa do mundo de 1970, através dos slogans clássicos *Pra frente Brasil; Brasil ame-o ou deixe-o*⁹⁶. Apesar da censura estipulada pelo AI-5, justificada pela Doutrina de Segurança Nacional, e pelos limites da legislação da comunicação imposta pelo novo Ministério das Telecomunicações, talvez seja possível deduzir, a partir dos resultados levantados mais a diante, que o Regime Militar parece conhecer, nos primeiros anos da década de 70, apenas o “bônus” deste pequeno monstro em “estado de gestação”. O ônus talvez tenha surgido, talvez pela primeira vez, quando, através dela, o resultado nas urnas surpreendeu os seus fomentadores, revelando assim que esta “criatura” merecia primeiramente ser domada, controlada e censurada.

Para então compreender como a televisão pôde se tornar uma ferramenta política para a oposição, foi necessário fazer um breve levantamento sobre como e quando ela se inseriu no cotidiano manauara. Apesar de atrasada em relação ao contexto nacional, o acelerado estímulo de consumo deste meio de comunicação escondia em si outros objetivos, certamente maiores do que o simples entretenimento. Além desta questão, a presença do meio de comunicação nos temas de Miranda pode nos ajudar também a tatear como ela começou a fazer parte do imaginário social, circunscrito aqui aos leitores e apreciadores de seus trabalhos.

Para o estudo em questão, compreende-se que Manaus, em virtude do projeto de integração que buscou transformá-la em um polo de atração, sobretudo pelo empreendimento da Zona Franca, foi possivelmente uma das cidades “beneficiadas” com as facilidades propostas pelo governo, tanto para os investidores multinacionais produzirem, quanto para os consumidores que, ao adquirirem o aparelho por preços “mais

⁹⁶ GRAF. Marília G. *Propaganda de lá para cá*. Marília G. Graf, São Paulo: IBRASA, 2003. P. 105

acessíveis”, receberam em seus receptores mais do que um sinal analógico. Acolheram também um projeto de governo.

Um registro panorâmico do consumo de eletrodomésticos em Manaus é de difícil levantamento, porém é possível supor, através de dados fornecidos por um anúncio publicitário regular da loja S. Monteiro do dia 11 de janeiro do ano 1967⁹⁷, que televisores, em Manaus, durante os primeiros anos do governo Costa e Silva, ainda eram de difícil acesso ou, talvez, nem sequer estivessem disponíveis a compra do público local em larga escala. Apesar do eletrodoméstico se fazer presente no sudeste brasileiro desde 1950⁹⁸, a loja S. Monteiro ainda anunciava apenas aparelhos de rádio, entre eles, provavelmente, o seu modelo mais moderno, o B171 da Philips, custando trezentos e dezenove Cruzeiros Novos. Este dado não significa que famílias na cidade não possuíssem o aparelho. Meu objetivo é apenas indicar que a presença deste meio de comunicação não era hegemônica na cidade como em outros Estados do eixo Sul Sudeste, que já acompanhavam inclusive telenovelas desde 1951.

A chegada em grande escala da televisão em Manaus acompanhou o processo de instalação do polo industrial da Zona Franca, como é possível visualizar no Jornal A CRÍTICA de 26 de janeiro de 1968. Um trecho retirado desta matéria, intitulada “*A Zona Franca modificou a Cidade*”, fornece uma ideia sobre o processo de transformações que Manaus sofreu na passagem para os anos 70, sugerindo em seu texto alguns indícios que evidenciam este fenômeno:

Em um ano das importações já feitas, só os eletrodomésticos já são mais ou menos um terço de tudo que já se importou e quase o dobro do que já se importou em gêneros alimentícios. Quase três milhões novos já foram comprados de televisores, rádios, geladeiras etc. De gêneros alimentícios, já se importou mais de um milhão e meio novos. A parte de materiais de construção não chega a quatrocentos mil novos e a de agropecuária e pesca é insignificante: apenas 90 mil novos. Entretanto, com pouco mais de um ano –

⁹⁷ Fonte: Jornal A CRÍTICA. Recorte publicitário da loja S. Monteiro. 1968

⁹⁸ MATTOS, Sérgio. *História da televisão brasileira: Uma visão econômica e política*. Segundo o autor, em 20 de janeiro de 1950 a sede da TV tupi do Rio de Janeiro foi inaugurada. Apesar de só iniciar transmissões no ano seguinte, em virtude de possíveis dificuldades técnicas, o registro nos serve para dimensionar a distancia de quase duas décadas que divide o sudeste e o norte em relação ao desenvolvimento do eletrodoméstico. P. 171.

ainda existem 29 pela frente – a Zona Franca de Manaus vai transformando a cidade, antes acostumada com o sofrimento e as distancias, vive hoje um novo ritmo de vida. A população flutuante vai crescendo dia-a-dia e muitos vão ficando por aqui. Os bairros próximos ao centro vão se desenvolvendo na mesma maneira ágil. Muitos industriais do sul do país e do estrangeiro já estiveram aqui ou mandaram representantes para estudar as possibilidades de instalar indústrias e todos voltaram satisfeitos com o que viram. As pequenas industrias locais vão se desenvolvendo e veem o futuro com mais otimismo, antes inexistente⁹⁹.

Djalma Batista, em sua obra *o complexo da Amazônia*, fornece alguns dados que igualmente ligam o projeto da Televisão em Manaus a uma espécie de “lado positivo” proporcionado pela Zona Franca. Segundo o autor, o empreendimento estimulou a expansão do setor na região, criando quatro estações com finalidade estritamente “educativa”, o que, segundo o autor, somente se estendeu a Manaus em 1974¹⁰⁰.

Em relação à matéria, apesar dos dados imprecisos e tendenciosos, o anúncio nos permite constatar dois pontos importantes: Primeiro, mais uma fonte que reforça o fenômeno de crescimento e inserção de vários artigos importados na cidade que modificaram os costumes e os hábitos de uma parcela da população que podia ou não usufruir de tais novidades. Como visto no capítulo anterior, a instalação deste polo industrial em Manaus foi responsável por alterar a dinâmica social da cidade, que através de um processo acelerado de modernização, faz parte de um projeto maior que visava integrar as regiões norte e sul do país, medidas previstas após a institucionalização da Lei de Segurança Nacional proposta na constituição de 1967.

Vale ressaltar ainda que este editorial citou dados sobre um fenômeno social dissidente deste inchaço urbano: *A cidade Flutuante*. Segundo Leno José Barata, este agrupamento humano em torno do litoral instalou-se por volta de 1920, porém, na segunda metade deste século, com o surto industrial e o projeto de modernização da

⁹⁹ Fonte: Jornal A CRÍTICA, 26 de janeiro de 1968. A Zona Franca modificou a cidade.

¹⁰⁰ BATISTA, Djalma. *O complexo da Amazônia: Análise do processo de desenvolvimento*. 2ª Ed. – Manaus: Editora Valer, Edua e INPA, 2007. P. 341.

cidade, a política de Estado procurou dar invisibilidade a este grupo social, o que, ironicamente, correspondia naquele contexto a mais de 12 mil pessoas¹⁰¹.

O segundo ponto trata dos possíveis motivos que levavam o Jornal A CRÍTICA a seguir essa narrativa textual que promovia o projeto como uma possível solução para os problemas da cidade. Como a maioria dos jornais, não podemos apenas enquadrar o periódico dirigido por Humberto Calderaro como uma simples voz amplificadora do governo Militar. Tais alianças evidenciam o contato, porém é possível destacar que o crescimento estrutural do Jornal A CRÍTICA se deu, possivelmente, através do financiamento de empresários do setor comercial, que a partir do “boom” da indústria e da livre zona de comércio necessitavam expandir e divulgar seus negócios após sua instalação. É importante sempre destacar que o jornal A CRÍTICA é antes de tudo uma empresa de publicidade, que necessita de investimentos e de apoio político. Seu crescimento e expansão como o maior jornal da região na passagem para os anos 70 pode ser deduzido através dos fortes laços políticos e comerciais articulados por seu diretor, Humberto Calderaro, que aproveitando com muito oportunismo do contexto político e econômico do país, provavelmente soube articular bem seus interesses dentro desta conjuntura.

A partir destes laços comerciais, vale ressaltar que Miranda também estabeleceu suas parcerias com diversos empresários, pois além de charges, seu trabalho como publicitário já era reconhecido no meio comercial¹⁰². Como comentado no primeiro capítulo, Miranda foi responsável por logotipos das empresas S. Monteiro, Belmiro's, Sortidão, 22 paulista, guaraná Tuchaua, entre outros, o que revela que o crescimento comercial beneficiou tanto o jornal quanto a sua profissão.

Vale lembrar um dado já apresentado: O chargista João Miranda também adaptou seus serviços aos novos modelos de publicidade que emergiam nos finais da década de 60. Como visto no último capítulo (Vide página 23) seus anúncios de serviços, desde 10 de outubro de 1968, já ofereciam propostas publicitárias que envolviam a televisão como ferramenta comercial.

¹⁰¹ SOUZA, Leno José Barata. “Cidade Flutuante” Uma Manaus sobre as águas. Tese de doutorado em História social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2010. P. 15

¹⁰² Entrevista: Maria da Conceição Rocha de Queiroz.

Em artigo sobre a história da televisão no Amazonas, Eula Dantas Taveira Cabral¹⁰³ comenta que a primeira emissora deste ramo a se instalar em Manaus foi a *TV Manauara*, fundada em 1965 por Sadie Hauache. Em entrevista com Abdul Hauache Neto, a autora registrou ainda que o sistema de TV a cabo instalado em Manaus foi inclusive um dos primeiros do Brasil.

Em outro ponto do seu artigo, a autora considerou que o sistema instalado só tornava possível a transmissão de alguns canais de países limítrofes, registrando, a partir de Abdul Hauache, que:

As pessoas pegavam de vez em quando uma quantidade de imagem muito ruim. Só pegava muito chiado, muito chuvisco com o canal 2 de Caracas, da Venezuela¹⁰⁴.

Apesar das extremas limitações avaliadas pela autora, a entrevista registrou que em 5 de setembro de 1965 outro empreendimento foi desencadeado pela família Hauache. Buscando ampliar o sistema, conseguiram o canal 38 em UHF, sendo então responsáveis pela primeira transmissão de TV livre no Amazonas. O nome foi alterado posteriormente para *TV Ajuricaba*, e a partir dela outros empreendimentos no setor foram sendo incorporados na medida em que o projeto de integração nacional se tornava uma prioridade para os sucessivos governos militares.

Diante destes dados publicados por Eula Dantas, é necessário atentar, dentro de outra perspectiva, que a preocupação do governo federal logo após a instalação do primeiro sistema de TV a cabo no Amazonas em 1965 foi imediata. Comentando sobre a possibilidade de receber sinais de países limítrofes, dado que inclusive é compartilhado por outros autores¹⁰⁵, é possível supor que se efetuou uma medida de prevenção ideológica pelo governo militar, que, a partir da flexibilidade de concessões de transmissão livre, como a que foi ofertada a família Hauache, buscava impossibilitar a transmissão de canais com possível conteúdo comunista.

¹⁰³ CABRAL. Eula Dantas Taveira. *História da televisão amazonense*. Artigo publicado no primeiro encontro nacional da Rede Alfredo Carvalho. UMESP. 1999.

¹⁰⁴ CABRAL. Eula Dantas Taveira. *História da televisão amazonense*. Op. cit. P. 14.

¹⁰⁵ LOBO, Narciso. J. Freire. *A tônica da Descontinuidade – Cinema e política em Manaus na década de 60*. Manaus: Edua, 1994. P. 161. Vale registrar que Narciso Lobo também registrou a experiência deste dado comum a Hauache, relativo à deficiência do sistema de TV no Amazonas e a possibilidade de alcançar sinais UHF de países limítrofes, como no caso a Venezuela.

Assim, é possível deduzir que essa abertura de transmissão livre ao Amazonas, citada por Eula Dantas, pode ser encarada também como uma medida de proteção do governo Militar, que tentando evitar o avanço da influência comunista pelo país, utilizou da televisão pelo menos com dois objetivos: Primeiramente, utilizá-la como elemento difusor dos valores nacionalistas e capitalistas, transmitindo uma programação que apresentasse modelos de vida agregados a ideologia fundamentada pela ESG, e que promovessem, para a região norte, o processo de integração cultural com o sudeste. E, por fim, utiliza-la como ferramenta de proteção ideológica das fronteiras da região norte, evitando que as populações dos Estados vizinhos tivessem contato com conteúdos de ordem comunista, e que, a partir deles, modelassem possíveis movimentos de resistência contra o Estado Militar recém-instaurado.

Em nível de modernização estrutural do sistema, a primeira estação amazonense de TV em cores instalou-se na metade de 1972, segundo aponta o dado extraído no jornal A CRÍTICA de 02 de agosto deste ano. O projeto foi conduzido pelo jornalista Felipe Daou, diretor da TV Amazonas, que em comemoração organizou, no dia anterior, uma solenidade às autoridades na sede da estação. A inauguração contou com a presença de autoridades importantes como o secretário de Educação e Cultura João Cabral Marques (Representando o governador João Walter Andrade) e o diretor da EMBRATEL, Anatólio Calazans. A matéria segue expondo que a importância deste serviço se voltava apenas ao “entretenimento, a educação e informação séria”. Revelou ainda que o Estado do Amazonas foi o quinto, em escala nacional, a ter este tipo de serviço, demonstrando que apesar de atrasado, os serviços de modernização das comunicações estavam em processo de rápido desenvolvimento na capital.

Contudo, uma passagem curiosa que compõe o final desta matéria merece registro, na medida em que reforça os contrastes referentes ao processo de transformação dos meios de comunicação em Manaus na passagem para década de 70.

Os populares lamentavam que não tinham ainda condições de comprar aparelhos em cores, mas mostravam esperanças que dentro de pouco tempo quando as fábricas começarem a produzir na Zona Franca poderão assistir também coloridas as programações que eles sabem, serão excelentes¹⁰⁶.

¹⁰⁶ Fonte: Jornal A CRÍTICA, 2 de agosto de 1972. P. 03. Matéria.

É possível levantar a hipótese que até 1972, diante dos dados fornecidos, a televisão em Manaus ainda encontrava-se de forma extremamente incipiente. Porém, em 1973, ano de preparação para as eleições, este processo parece ter sofrido certa aceleração. A providência de tais recursos pode ter obedecido à dinâmica de duas frentes: De um lado podemos observar a demanda de criação de um mercado consumidor de artigos importados, onde o jornal A CRÍTICA se encaixou como um dos grandes agentes publicitários que estimularam este modelo de consumo. A alta demanda publicitária e a presença de um articulador político eficiente talvez explique seu rápido crescimento na passagem para os anos 70, o que certamente beneficiou Miranda “por tabela”. Na frente oposta, é necessário atentar que os investimentos destinados às comunicações são parte também de um projeto político de governo. Se desde a instalação do AI-5, os militares necessitavam não só censurar, mas controlar todo tipo de conteúdo circulante a favor dos ideais políticos, a região norte, até o início da década de 70, ainda não havia se adaptado plenamente a um projeto de integração que, antes de tudo, deveria vir através da informação.

Portanto, as duas frentes, tanto política quanto econômica, foram favoráveis ao crescimento do periódico onde João Miranda expôs seus trabalhos. O que explicaria então o sucesso menor de outros jornais contemporâneos? Uma postura política “centralista”, como observado no capítulo anterior; a alteração do perfil jornalístico da empresa, o que modelou seu conteúdo para um novo tipo de público; e as articulações bem efetuadas por seu diretor, Humberto Calderaro. Estas podem ser respostas possíveis para tatear o súbito crescimento e dimensão que o A CRÍTICA obteve na passagem para a década de 70.

Em um momento onde a imprensa nacional, segundo Alzira Alves Abreu¹⁰⁷, modernizava-se em virtude dos avanços tecnológicos e da pressão publicitária, o jornalismo desta década foi levado a corresponder a uma nova dinâmica do comércio, adaptando grande parte do seu conteúdo a demanda dos novos leitores “consumidores”. Se antes o jornalista era visto como um porta-voz de opinião que carregava a identidade do jornal, com a competitividade entre os novos tipos de mídia, a disputa por esse mercado foi responsável pela alteração do comportamento deste tipo de profissional. A nova dinâmica de produção deste veículo também conduziu a uma nova postura

¹⁰⁷ ABREU, Alzira Alves de. A modernização da Imprensa, (1970-2000) / Alzira Alves de Abreu. – Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2002 (Descobrimo o Brasil). P. 35

ideológica, o que tornava colunistas e editores, atores coadjuvantes, embora comercialmente bem sucedidos.

E foi dentro deste contexto de transformações e adaptações que talvez seja possível justificar o desenvolvimento do periódico em questão. Este súbito crescimento permitiu a introdução de novos cadernos e colunas, como as que comportaram por tanto tempo os trabalhos de João Miranda. Tornando-se rapidamente o jornal de maior circulação do Estado, é possível supor que as estratégias tomadas por seu diretor, no sentido de adaptar-se a um novo modelo de imprensa, foram bem sucedidas, o que permitiu inclusive que as colunas humorísticas fossem cada vez mais introduzidas, em virtude do acesso sintetizado da informação veiculada.

Em julho de 1973, já na coluna “Opinião”, espaço composto por um editorial ilustrado do jornal¹⁰⁸, surgiu uma das primeiras charges de Miranda envolvendo a presença da Televisão enquanto objeto do lar. Mais do que um dado sobre a existência deste objeto nos lares e no cotidiano manauara, é necessário atentar a um leve esforço emergente: A tentativa de inserir no imaginário social dos seus leitores a presença deste meio de comunicação, composta junto à ideia de “família”. No caso específico da charge a baixo (Fig. 02), o assunto está relacionado possivelmente àquelas que compartilhavam hábitos de consumo, especialmente ligados ao mercado de datas comemorativas.

Na charge envolvendo a comemoração de um homem popular (Fig. 01), o ambiente é alterado, sendo possível notar a presença do rádio portátil como meio de comunicação acessível aos populares. A identificação dos espaços sociais entre leitor e chargista é um recurso usado para gerar o sentimento de pertencimento com o conteúdo a ser exposto, o que ajuda certamente no resultado da piada. A presença de objetos que marcam também distinções sociais nos serve aqui para posicionar o local de onde emerge o discurso e de onde se localiza o público alvo de determinados conteúdos humorísticos.

¹⁰⁸ As características dessa coluna foram apresentadas no capítulo 1 desta pesquisa.

Fig. 01¹⁰⁹



Fig. 02¹¹⁰



No mesmo mês de julho deste ano o Jornal A CRÍTICA publicou que o projeto de construção de TV a cores em Manaus já possuía um projeto piloto. A SEMP (Sociedade Eletromercantil Paulista), empresa fundada em São Paulo nos anos 40, seria a responsável pelo empreendimento em Manaus. Segundo a matéria, o investimento previsto era de 10 bilhões de Cruzeiros antigos e a área disposta para instalação da indústria no Distrito era de 40.000 metros quadrados.

Revelando as origens dos apoios que recebeu para colocar em prática este projeto, o diretor comercial e industrial da SEMP paulista Mario Pacheco Fernandes publicou nota no Jornal A CRÍTICA afirmando que:

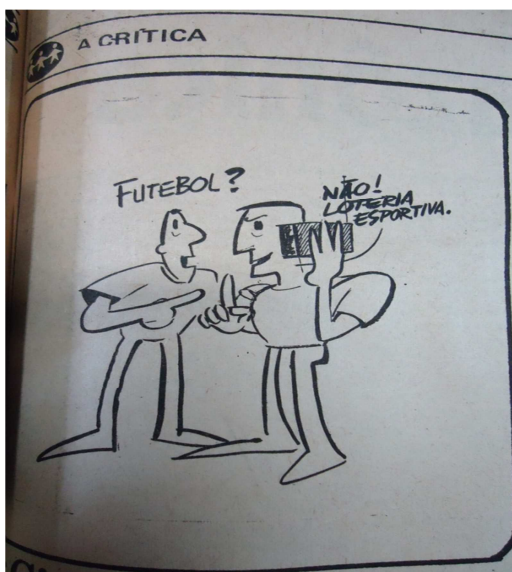
Tem sido valioso que temos recebido daqueles órgãos e também das classes empresariais amazonenses, principalmente do pessoal da Moto importadora, sem contar ainda com o prestígio da imprensa¹¹¹.

¹⁰⁹ Fonte: Jornal A CRÍTICA, 07 de julho de 1973. P. 4 (Coluna opinião)

¹¹⁰ Fonte: Jornal A CRÍTICA, 27 de julho de 1973. P. 4 (Coluna opinião)

¹¹¹ Fonte: Jornal A CRÍTICA, 28 Julho de 1973.

Fig. 03¹¹².



Reforçando ainda mais que o projeto da televisão em Manaus foi resultado de uma articulação entre órgãos políticos (SUFRAMA), classes empresariais e diretores da imprensa local que se adaptaram ao novo modelo de jornalismo (Jornal A CRÍTICA), é necessário registrar ainda que esta iniciativa visava não apenas trazer a Manaus a montagem de tais componentes importados. Segundo a fonte publicou, grande parte da madeira utilizada na construção dos aparelhos de rádio e TV seriam exploradas das matas e florestas da Amazônia, tanto para a indústria local quanto para a exportação desta matéria prima para as fábricas localizadas no sudeste. Com incentivos fiscais que chegavam a 100% de isenção, o objetivo de instalação visava criar um mercado consumidor que pudesse usufruir destes artigos novos, barateando os custos e popularizando, dentro dos limites, o contato com este novo meio de comunicação em Manaus, independente do impacto ecológico que essa demanda de produção pudesse efetuar.

Em relação ao contexto nacional que envolve estes exemplos, vale ressaltar que a crise econômica e alta da inflação em Manaus foram objetos (Fig. 01 e 03) constantes de ironia por parte Miranda, principalmente quando o chargista assumiu as ilustrações da coluna “opinião” em 1973. Talvez por ser um fator latente nesta época, até mesmo o futebol, tema que por tanto tempo foi responsável em ilustrar, se tornou coadjuvante diante da necessidade de inserir temas que ironizassem os caminhos encontrados pela população para superar esta ambiência crítica. Para todo bom humorista, a piada não pode perder o contexto, e se o tema era recorrente, procurava-se então alcançar aqueles que compartilhassem de uma mesma dimensão comum.

Contudo, dentro dos trabalhos coletados, observou-se ainda que a televisão foi tema humorístico nos dias 6 de outubro¹¹³ e 19 de novembro de 1973 (Fig. 04), nesta

¹¹² Fonte: Jornal A CRÍTICA, 18 de agosto de 1973. Pag. 4 (Coluna Opinião)

¹¹³ Fonte: Jornal A CRÍTICA, 6 de outubro de 1973.

última data o tema já consta como parte da coluna particular do desenhista, a *Charge do Miranda*, lançada em 13 de setembro deste ano (Vide página 27). Na medida em que o meio de comunicação foi se popularizando, a presença deste elemento se tornou cada vez mais constante nos assuntos risíveis deste autor, o que talvez evidencie uma possível valorização deste recurso por parte da população. Nos anos de 1974, a quantidade de temas que envolvem este meio de comunicação cresceu abruptamente, principalmente naqueles referentes à inédita propaganda política que será abordada mais adiante.

Ressalta-se que este breve tópico apenas teve o objetivo de ilustrar como a televisão chegou a Manaus, como ela se desenvolveu, quais foram os agentes que possibilitaram a sua inserção e como Miranda registrou o contraste causado por este estranho objeto que começou a fazer parte não apenas do recinto particular, mas da opinião pública destes manauaras.

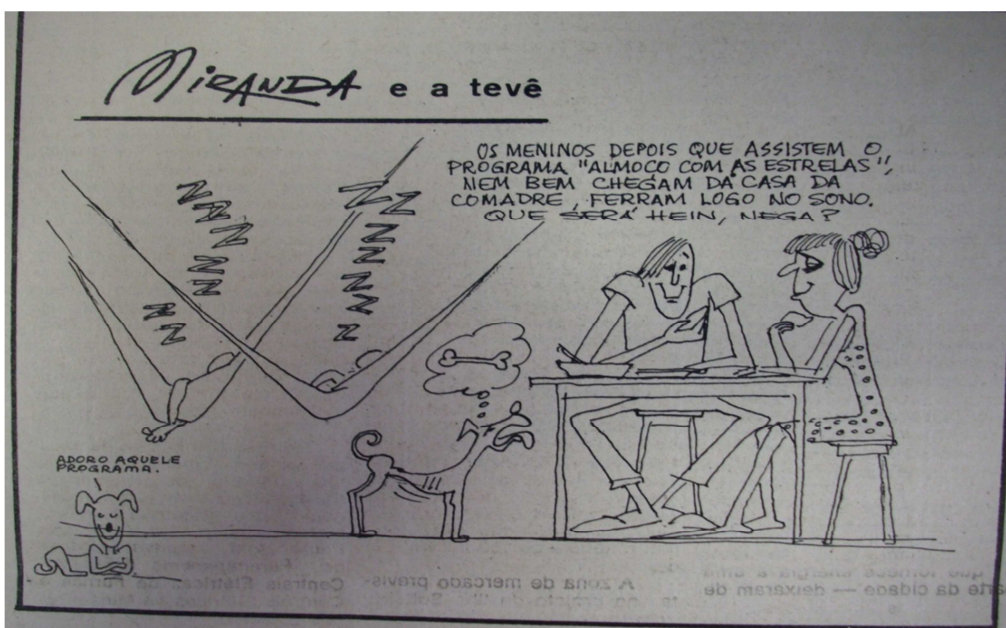
Por fim, cabe pontuar ainda que este novo modelo de representação proposto pela televisão adaptou-se também, mesmo diante das dificuldades de aquisição, a outros ambientes sociais da cidade, através de caminhos bem diferenciados. Nas zonas mais carentes, o termo “televizinho” foi inclusive cunhado para designar aqueles que não possuíam o aparelho em casa, mas que apreciavam a programação no lar dos “compadres e comadres” que dispunham do aparelho.

Diante deste dado, é válido o registro onde, em seu plano de metas para o novo governo, publicado em 1978, o governador Henocho Reis incluiu a televisão como um projeto de “educação cultural” que deveria ser estendida às comunidades mais carentes¹¹⁴. Em relação ao interior do Estado, Henocho Reis registrou ainda que a utilização maciça dos meios de comunicação deveria traduzir-se em uma tarefa de desenvolvimento social e qualidade de vida, educando a população interiorana sobre temas ligados à higiene e cuidados sanitários¹¹⁵. Assim, é possível novamente observar o esforço do Estado em modernizar costumes e hábitos da região a partir da difusão dos meios de comunicação, a fim de inculcar “novos valores” que acompanhassem os projetos progressistas destinados à capital.

¹¹⁴ REIS, Henocho. *Discursos e Metas no governo do Amazonas 1975-1976*, por Henocho Reis. Manaus, Imprensa Oficial, 1978. P. 41

¹¹⁵ REIS, Henocho. *Discursos e Metas no governo do Amazonas 1975-1976*. P. 43. Op. Cit.

Fig. 04¹¹⁶.



- Os meninos, depois que assistem o programa “almoço com as estrelas” nem bem chegam da casa da comadre, ferram logo no sono. Que será em nega?

Valdik – Adoro que ele programa...

Diante deste fenômeno, que inclusive se tornou política, o escritor Marcio Souza, em seu ensaio *A expressão Amazonense* (1977), teceu alguns comentários sobre os transtornos causados pela televisão junto a uma população acostumada com o circo, rádio e ao cinema. Para o autor, a chegada deste veículo sofisticado proporcionou padrões de comportamento, costumes e usos praticamente ininteligíveis à audiência amazonense deste contexto. Citando uma experiência fictícia, relacionada à novela *Ossos do Barão*, dirigida por Paulo Gracindo, e que foi ao ar na Rede Globo em 1973, Marcio Souza estabeleceu em seu texto uma questão onde:

Imaginemos uma família proletária do bairro da compensa, de rendimento não superior a três salários mínimos, recém chegada do interior e acostumada a divertir-se em comunidade, tendo o rádio apenas como veículo noticioso e de grande credibilidade, reunida em torno de um aparelho de TV. O programa é uma “novela”, como *Os Ossos do Barão*, da Rede Globo. Será

¹¹⁶ Fonte: Jornal A CRÍTICA, 19 de novembro de 1973.

este público capaz de decodificar a informação? Em que nível dará esta decodificação?¹¹⁷.

Em virtude da novela ter desenvolvido sua intriga em outro espaço cultural, completamente distinto da realidade amazonense, Marcio Souza registrou que, além do problema envolvendo a desintegração de uma família diante da explosão do Café em São Paulo, a linguagem falada, o contexto urbano e as expressões regionais praticadas, promoveram uma possível crise de representação junto ao universo cultural do receptor amazonense. Nesta quase impossibilidade de decodificação imediata, o público apropriou-se do que era possível e praticou o que podia representar. O registro dessa experiência, apesar de não-consubstancial, exemplifica o impacto causado pelo choque cultural da TV na cidade, o que segundo o autor, talvez represente um fenômeno cultural bem mais fascinante do que o deliberado pela industrialização nos anos 60¹¹⁸.

Este talvez seja o caso da charge exposta a cima (Fig. 04), onde podemos observar a citação do programa “Almoço com as estrelas”, atração que era exibida todos os sábados de 12:30 as 16 horas pela TV Tupi, e que desde 1957 chegou a ficar 23 anos no ar. Os efeitos de recepção do programa junto à contradição da família miserável que Miranda expõe, traduz a situação social daqueles que observavam na “telinha” mais do que a fatura dos artistas, em suas belas casas e estilos de vida. Estes assistiam, na vida real, a um modelo de economia em crise, um Estado sem assistência social, uma cidade suja sem saneamento básico, a inflação dos alimentos, etc. Cenas de um filme de terror que não necessitava passar pelo sinal UHF para traduzir e compartilhar determinadas emoções nestes telespectadores. Na charge, Valdik e os filhos do casal parecem traduzir bem a contradição deste processo de modernização da comunicação em Manaus, encontrando na fuga da ilusão uma saída para burlar esta “tenebrosa” programação.

¹¹⁷ SOUZA, Márcio. A expressão amazonense: do colonialismo ao neocolonialismo (por) Márcio Souza. São Paulo, Alfa-Omega, 1977. P. 167

¹¹⁸ SOUZA, Márcio. A expressão amazonense: do colonialismo ao neocolonialismo. Op. Cit. P. 169.

2.2 Do autor ao leitor, compartilhando espaços pelo humor.

Analisando os conteúdos do jornal A CRÍTICA dentro do recorte proposto, os preparativos para a eleição de 1974 apresentaram-se cada vez mais explícitos na passagem para o segundo semestre deste ano. Em 13 de julho de 1974 um curioso desafio foi publicado em matéria de 1ª página do A CRÍTICA: O ARENA aceitou o desafio segundo o qual “o MDB faria maioria nos legislativos da capital e do Estado, a fim de ganhar o Palácio Rio Negro nas eleições indiretas” de novembro deste ano. O deputado João Bosco, político que posteriormente se tornou vice-governador de Henocho Reis, comentou que apesar de aceitar o desafio:

O povo estava “consciente dos trabalhos feitos pelo governo”, frisando ainda que: “o futuro governador empunhará a bandeira Arenista, a fim de que o povo, mais a vontade, possa refletir sobre o fato de que realmente, é o partido do governo que poderá oferecer algo melhor”¹¹⁹.

É comum em tempos de eleição que “o blefe” seja uma entre as várias estratégias políticas usadas por ambos os partidos para exaltar a autoconfiança necessária na conquista do eleitor. Entretanto, diante da matéria exposta e do contexto político centralizador, é curiosa a leitura de que o MDB simplesmente se apresentava confiante diante da conjuntura favorável que o governo militar estabeleceu para eleições do ano corrente. Diante disso, o que deveria estar sustentando tal postura?

Para identificar tal comportamento, acredito ser necessário atentar-se neste ponto, em virtude da já mencionada “parceria” e dos espaços confortáveis que o periódico compartilhava com os partidos de apoio ou oposição ao governo. Diante desta publicação, este desafio mencionado poderia revelar algumas condições: O ARENA regional podia apenas estar reafirmando seu potencial, na medida em que expôs não temer aos membros do MDB, ou o fato da escolha de Henocho Reis, contrariando as opções internas do partido, e a certa liberdade condicionada pela primeira experiência de horário político televisivo em Manaus (Antes da Lei Falcão de 1976¹²⁰) talvez

¹¹⁹ Fonte: Jornal A CRÍTICA, 13 de julho de 1974, P. 1.

¹²⁰ FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. Segundo o autor, após a derrota no pleito de novembro de 1974 os confrontos eleitorais passaram a ser uma preocupação para o governo. As eleições municipais de 1976 levantaram uma nova possibilidade de derrota ao partido de apoio ao governo. Em julho de 1976 uma lei modificadora barrou o acesso dos candidatos ao rádio e televisão. A medida recebeu o nome de

estivessem, de certa forma, sustentando o teor desse “blefe arrogante” publicado pela oposição.

Além deste desafio lançado aos membros do partido regional de apoio ao governo, é necessário atentar que a transferência do poder executivo em nível nacional e regional, e os seis anos de institucionalização do AI-5 já começavam aparentemente a revelar um novo panorama político dentro da conjuntura correspondente a Manaus.

Junto a esta hipótese pode se somar a presença de artigos especiais, como o que foi publicado na edição de domingo, 2 de junho de 1974, com um título bastante sugestivo: *Uma academia de tortura e repressão*¹²¹. O caderno desta publicação é especial, pois traz uma quantidade maior de páginas e não podia ser vendido separadamente. O artigo trata sobre a repressão exercida pela polícia “salazariana” em Portugal, uma das últimas ditaduras fascistas a cair desde o término da 2ª guerra mundial. A matéria inicia seu tema com a seguinte introdução:

Dias após a revolução anti-fascista em Portugal, um carcereiro e um agente da ex PIDE suicidaram-se com medo da vingança do povo, que ameaçava linchar os torturadores do antigo regime. Neste documento, o repórter Giovanni Campana, da ANSA, revela como funcionava o gabinete didático do horror, a Escola Técnica de Polícia, cuja função era ensinar os agentes da famigerada PIDE como torturar pelos métodos “mais científicos”¹²².

O caráter didático e temático desta edição não pode ser identificado apenas como informação gratuita. É possível observar que não apenas os temas estão se abrindo para o chargista Miranda: O jornal também, diante da conjuntura eleitoral, pode estar se posicionando, embora muito cautelosamente, diante do regime militar e a favor da liberdade de imprensa.

Diante destes dados, é possível supor que alguns elementos pareciam estar lentamente se aglutinando desde a campanha a favor de governador Henocho Reis. Talvez a questão não seja responder se o periódico era contra ou a favor do Regime Militar. A

então ministro da justiça Armando Falcão. Assim o MDB, grande prejudicado, perdeu seu espaço para divulgação de ideias, o que se mostrou bastante evidente na eleição seguinte, onde o ARENA em 1976 conquistou 59 das cem maiores cidades do país. Op. Cit. P. 493.

¹²¹ Fonte: Jornal A CRÍTICA, 2 de junho de 1974. Caderno especial.

¹²² Fonte: Jornal A CRÍTICA, 2 de junho de 1974. Ibidem.

importância deste levantamento está em notar os posicionamentos que se modelavam dentro desta conjuntura, tentando localizar como isto poderia ou pôde influenciar, direta ou indiretamente, o ofício do chargista em questão.

Como comentado, diante deste espaço de lenta e cautelosa abertura, Miranda introduziu com bastante regularidade a presença de um meio de comunicação que possivelmente serviu nesta eleição como um grande aliado político a favor da vitória da oposição, ocorrida nas eleições de novembro deste ano em estudo. Aparentemente simples, a charge selecionada para análise (Fig. 06) contém elementos importantes para a leitura deste contexto em Manaus, nos servindo aqui como uma “janela” para observar os elementos que habitavam tanto os espaços políticos, quanto o imaginário daqueles que compartilhavam deste conteúdo risível.

Sendo assim, é interessante estabelecer neste momento uma primeira descrição mais densa da fonte, buscando identificar nos elementos de Miranda os objetos compartilhados junto a este momento recortado para estudo. Após essa primeira leitura, será possível, junto à análise do evento eleitoral, identificar com maior clareza os objetos expostos no decorrer da redação. Esse exercício de identificação dos elementos presentes nos ajuda a localizar também o poder de interferência que os locais de produção exercem sobre a prática de determinados atores sociais.

Antes de iniciar a discussão, cabe aqui estabelecer uma imprescindível distinção: *A diferença entre charges e Caricaturas*. Vale adiantar que o debate envolvendo a definição entre esses termos está bem distante de um consenso acadêmico. Geralmente, entendia-se que o conceito de caricatura englobava os demais estilos dissidentes, como a charge, o Cartum ou mesmo a História em quadrinhos. Entretanto esta visão encontra-se revisada, e estes estilos, apesar do aspecto humorístico intrínseco, são classificados distintamente.

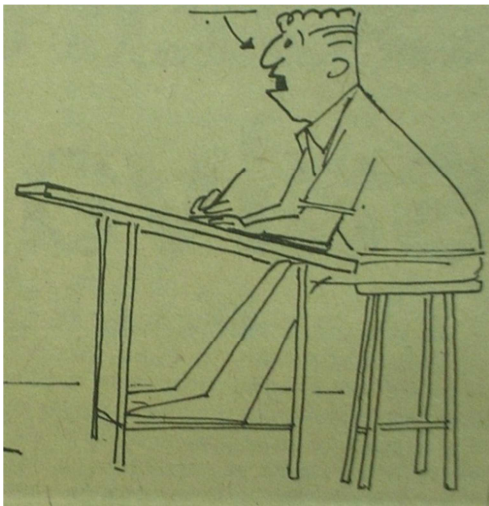
Para Camilo Riani¹²³, a Caricatura pode ser definida como um desenho humorístico que prioriza a distorção anatômica do objeto, geralmente com ênfase no rosto ou em partes marcantes do sujeito identificado. O objetivo concentra-se em ressaltar algum traço físico (Nariz grande, boca pequena, corpo gordo ou magro), ou mesmo da

¹²³ RIANI, Camilo. *Tá rindo do quê? (Um mergulho nos salões de humor de Piracicaba)*. Piracicaba: UNIMEP, 2002. In GAWRYSZEWSKI, Alberto. *Conceito de Caricatura: Não tem graça nenhuma*. Artigo publicado em Domínios da imagem, Londrina, Ano I, número 2, página 7-26, maio de 2008.

personalidade do objeto risível (Mentiroso, sedutor, corrupto, etc). Quanto a Charge, Riani comenta que sua característica principal enquadra-se enquanto um modelo de desenho humorístico sobre um fato real, ocorrido recentemente na política, economia, na vida cultural, etc. Define-se, sobretudo, pelo aspecto temporal e crítico, o que particularmente para os historiadores pode servir como um campo vasto para estudos sobre os aspectos culturais de uma determinada sociedade. Dentro deste campo, podemos definir que uma caricatura pode ser cômica, mas não necessariamente precisa ser crítica. Já a charge, pode utiliza-se de elementos caricaturados, mas sua grande importância está exatamente no seu perfil crítico.

Alberto Gawryszewski¹²⁴ nos oferece um bom argumento sobre este tema. Comenta que enquanto a Caricatura se debruça em carregar (do italiano *Caricare*) um objeto particular com traços grotescos, a Charge (do inglês, *Charge*) preocupa-se não em carregar uma imagem, mas sim um conteúdo de interpretação social, visando proporcionar recursos que potencializem a transmissão da mensagem para o público através da linguagem humorística. Assim, a base destes dois estilos está no humor, com a diferença que a charge possui um aspecto crítico bem definido.

Fig. 05¹²⁵



O estilo que Miranda seguiu por mais de 30 anos foi a charge humorística, dentro de seus mais variados temas sociais. Apesar dessa classificação, o desenhista utilizava-se constantemente de elementos caricaturados, muitas vezes incluindo o seu próprio perfil para ilustrar um determinado tema.

Em vários momentos é possível perceber que Miranda inclui-se em suas obras como um personagem observador, que se não o faz com Valdik, o cão comentador, apresenta-se como um elemento que compõe o ambiente, como podemos observar na charge a cima.

¹²⁴ GAWRYSZEWSKI, Alberto. *Conceito de Caricatura: Não tem graça nenhuma*. Op. Cit. Pg. 12.

¹²⁵ Fonte: Jornal A CRÍTICA, 03 de outubro de 1975, P. 4

É possível identificar a “autocaricatura” de Miranda através dos detalhes do Nariz e do cabelo curto, com aspecto encaracolado. A partir de 1974, a inclusão de Miranda em seus trabalhos tornou-se bastante regular e a composição caricatural dos elementos foi cada vez mais ganhando espaço, sem perder a estrutura e conteúdo de charge humorística.

Feito então este breve esclarecimento, a partir deste momento vamos tentar compreender o que Miranda buscava interpretar ou o que é possível entender sobre o conteúdo exposto em uma de suas obras relativas ao episódio eleitoral em discussão.

Fig. 06¹²⁶.



- Eu sou o melhor! Vote em mim!
- Pronto, começou o horário político.
- Desliga meu bem, agente aproveita para descansar as válvulas.

Anexo 1: Hoje é dia de missa na linda igreja de Santo Antônio, Abraços para o padre João

Anexo 2: Graças ao horário político na televisão a família agora está arranjando um tempinho para conversar entre as novelas.

De antemão, ressalta-se que esta é uma das primeiras charges de referência política do desenhista desde a criação da sua coluna definitiva na página 4, em 13 de

¹²⁶ Fonte: Jornal A CRÍTICA, 22 de agosto de 1974, P. 4.

setembro de 1973. Até antes dessa data, como exposto no capítulo anterior, Miranda apenas complementava artigos nas colunas “*Opinião*”, “*Cidades*” e “*Esporte*”, dentro do mesmo periódico. Observa-se nesta edição que o cão Valdik esta novamente presente no fundo da charge, apresentando uma solução possível para o evidente descrédito ao espaço político que se apresentou ao casal enquanto programação. Independente destes onze meses de silêncio, já é possível identificar que o contexto em análise esteve um pouco mais favorável para o levantamento de determinados temas que poderiam acionar ou não os instrumentos da censura prevista no AI-05.

Um breve parêntese pode ser útil à reflexão, em virtude do perfil do riso proposto na charge: Porque um assunto tão sério, como “os caminhos que irão definir os rumos do país”, foi e continua sendo tratado, na atualidade, com tons de ironia? Um ponto que merece atenção está no fato de que a piada contida na charge não parece ser tão estranha ao nosso imaginário. Uma possibilidade de pensar este problema, dentro do campo da História, foi proposta por Robert Darnton, que comenta ter o Riso uma historicidade particular, onde talvez nossa incapacidade de nos inserirmos no contexto da piada indique a distância que existe entre dois universos estranhos, entre dois tempos distintos¹²⁷. Portanto, se o riso permanece sem estranhamentos, isto pode ser útil enquanto metodologia histórica para tentar identificar permanências e rupturas entre determinados níveis do imaginário coletivo.

Dentro do mesmo campo de estudo, mas trazendo essa perspectiva para o contexto brasileiro da primeira república, Elias Thomé Saliba¹²⁸ sugere que o fenômeno do humor, dentro do Brasil, funcionou como uma espécie de “ética emotiva”, que de caráter efêmero, possui a capacidade de afagar as dificuldades que compõem o conjunto das contradições históricas da realidade brasileira. Para o autor, a representação humorística, seja ela através das charges ou caricaturas, tem o poder de fornecer um breve intervalo de alegria, que se diluindo posteriormente nas distintas realidades, ilumina com certo otimismo os ritmos repetitivos e diários do cotidiano. Para o autor, um simples momento de divertimento e de descompromisso com a vida séria é capaz de gerar

¹²⁷ DARNTON, Robert. *O Grande Massacre dos Gatos*. E outros episódios da História Cultural da França. 4ª Edição.SP: Graal, 1986.

¹²⁸ SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do riso : A representação humorística nas história brasileira : da Belle Epoque aos primeiros tempos do rádio / Elias Thomé Saliba*. – São Paulo : Companhia das Letras, 2002.

um sentimento breve de liberdade, o que para muitos pode servir como um instrumento de superação. Por fim, o historiador conclui que, em virtude das contradições históricas do país, o fenômeno do humor no Brasil possui um duplo efeito: Em vários casos, o indivíduo brasileiro torna-se sujeito e objeto da piada, pois dentro dessas estratégias de superação da realidade, criou-se, na população, o hábito de rir das suas próprias desgraças sociais. Como bem intitula “o país da piada pronta”, sugere ainda que o fenômeno do humor casa-se bem com a realidade cultural brasileira, pois dentro da história do país, existem vários exemplos em que a teoria e a prática das políticas públicas revelaram os contrastes marcantes que, ainda hoje, nos fazem rir da corrupção, mas não desencadeia forças para superá-la.

Em outras palavras, talvez esse tipo de “permanência” seja um indício de que ainda nos inserimos, em certa medida, dentro de uma problemática comum: *a corrupção e o descaso brasileiro com os assuntos políticos*. Para Freud¹²⁹, uma possibilidade de observar esse fenômeno do Riso é percebê-lo também como uma “descarga de emoções”, energias que reprimidas no inconsciente são acumuladas e despejadas durante toda a vida social do indivíduo. Para o teórico psicanalista, o chiste parece representar, em vários casos, muito mais um caráter de tragédia do que de paz interior. Apesar de surgirem de campos diferentes, essas concepções podem combinar-se em uma fórmula comum, buscando auxiliar a compreensão de linguagens capazes de tatear não apenas a piada, mas os imaginários compartilhados de um determinado contexto histórico.

Voltamos assim à análise da fonte.

Já com algumas ferramentas teóricas “em mãos”, nos importa neste momento observar a íntima relação entre seus elementos e as informações contextuais latentes que envolvem a piada ilustrada. A presença de determinadas expressões ou objetos podem nos indicar um caminho para tatear a dinâmica existente entre os modelos de conteúdo e os espaços onde possivelmente eles foram encaminhados.

¹²⁹ FREUD, Sigmund. *O chiste e sua relação com o inconsciente*. Obras Psicológicas completas de Sigmund Freud Vol. VIII. Rio de Janeiro. IMAGO 1977.

Fig. 07¹³⁰



De imediato, é possível observar na charge a função da televisão não apenas como um eletrodoméstico de entretenimento, mas como um “formador de opinião” que se projeta para além do aparelho, como é possível observar na imagem anexada (Fig. 07). Os perfis dos assentos distintos também podem revelar o local de onde se originou o “conforto” da opinião. O homem neste caso se apresenta como o porta-voz que levanta a questão política, sendo, neste caso, a mulher responsável por propor a alternativa de fuga para essa situação de “menor relevância”. Vale ressaltar também que, nas obras do chargista, um detalhe distingue bem os gêneros sexuais: *o tamanho dos pés*. Geralmente Miranda trabalha a figura masculina com um pé avantajado, de bases fortes, e o da mulher com delicadeza e definição. O possível notar que este padrão anatômico dos personagens de Miranda apresenta forte influência dos traços de Ziraldo, outro grande desenhista que durante o regime de exceção traduziu com maestria as situações sociais do sudeste através das caricaturas publicadas no semanário *O Pasquim*.

Em relação a esta última comparação, relacionada a um traço que apresenta fortes ligações com outro artista contemporâneo, uma constatação é possível, embora no momento não existam provas mais contundentes¹³¹. Registros familiares do autor apontam que, no período relacionado ao seu serviço militar obrigatório, prestado no Rio de Janeiro na passagem para os anos 50, Miranda teve seus primeiros contatos com o universo da charge a partir da proximidade com cartunista Ziraldo, na época, colaborador da revista *O Cruzeiro*.

É importante ressaltar que esta análise semiótica pode apenas responder, como qualquer tipo de interpretação, a uma leitura particular sobre o objeto. Entretanto, o esforço principal concentra-se em tentar identificar como o chargista construiu seu universo a partir das dimensões que ele compartilhou junto aos seus leitores e

¹³⁰ Fonte: Jornal A CRÍTICA, 22 de agosto de 1974, P. 4. Op. Cit.

¹³¹ Este dado foi levantado a partir de uma entrevista concedida em 2012 pela viúva de João Miranda, Maria da Conceição Rocha de Queiroz, esposa de seu segundo casamento. Embora não existam, até o momento, fontes mais contundentes que afirmem essa ligação, este registro oral deve ser notificado para que, em outras oportunidades, a pesquisa biográfica do autor seja estendida e suas influências estilísticas justificadas.

apreciadores. Sendo assim, é necessário situar que seus elementos de linguagem fazem parte do conteúdo informativo da charge, e não poderiam destoar tanto do imaginário receptor de suas obras, pois a grande conquista de qualquer humorista é trazer o riso a margem, descarregando assim a tensão que envolve o receptor durante a narrativa que desencadeia o sucesso ou não do riso.

Portanto, para o chargista, é necessário então utilizar as mais variadas estratégias de pertencimento para que o efeito risível obtenha sucesso. Piadas são, em grande parte, internas, circunscritas e compartilhadas por grupos específicos. Qualquer tentativa de inserção deve obedecer às regras próprias do universo risível, o que também não deixa de ser um espaço de linguagem.

Fig. 07¹³²



Ainda dentro da ilustração, nota-se que o cão Valdik novamente se fez presente. Importante ressaltar que a caricatura deste animal, na maioria dos casos, funcionou como uma espécie de comentarista, talvez até uma extensão do chargista dentro de seu próprio universo construído. No espaço inferior, seu comentário apontou que em virtude da desagradável programação, a “família” estava encontrando um “*bom tempo para conversar entre as novelas*”. Apoiado no poder que ironia tem de nos revelar temporariamente uma condição contraditória de uma realidade possível ou comum, o trabalho de Miranda ou de qualquer bom humorista é nos proporcionar um caminho confortável para rir de assuntos que, em certa medida, não queremos colocar em exposição. O dito popular que comenta ter toda brincadeira “um fundo de verdade” talvez explicita melhor a dinâmica desta relação.

Resgatando um pouco do contexto social, a passagem para os anos 70 se apresenta, diante das historiografias referentes, bastante marcada por suas grandes revoluções, sobretudo no plano cultural da sociedade, onde vários tabus sexuais encontravam-se em constante debate. Dentro deste espaço, e diante da charge exposta, é possível notar que seus elementos presentes também se relacionavam aos efeitos da crise

¹³² Fonte: Jornal A CRÍTICA, 22 de agosto de 1974, P. 4. Op. Cit.

que gradualmente desintegrava o modelo de instituição familiar cristã, em constante debate público na Imprensa desde o fim dos anos 50. Entre vários temas, que iam da violência contra a mulher até a homossexualidade, a ausência de diálogos é um, entres estes vários fatores, que talvez caracterizem grande parte dessa geração e que também dividiam o espaço de riso social em Manaus.

Segundo Henri Bergson¹³³, uma das formas do Riso exercer seu poder surge da ideia de distanciamento com o objeto risível. Para o autor, a distância resultante permite projetar um perfil de “superioridade”, o que ajuda a imaginar que todo riso, em certa medida, expressa um posicionamento de não pertencimento do indivíduo com o alvo de chacota. Esse modelo de riso descarrega a superioridade sobre o objeto risível, revelando então sua posição diante do tema. Como exemplo, é possível deduzir diante do objeto proposto, que o choque entre o modelo de família tradicional e o tema do divórcio, neste caso, foi um ótimo espaço para a ironia temática do humorista em virtude da quebra de paradigmas que ele propõe. Seu trabalho concentra-se em revelar uma forma mais agradável de dizer aquilo que ninguém quer expor. Portanto, o “riso coletivo”, teorizado por Bergson, possui, dentre seus vários papéis, um caráter de negação e segregação com o objeto risível na medida em que estabelece seu distanciamento.

Destrinchando um pouco mais esse tema, podemos ainda supor que a piada sobre a “ausência de diálogos”, proposta ironicamente por Valdik na charge, pode revelar mais um indício importante para esta pesquisa.

Se for possível projetar que a relação entre o cidadão e o Estado também não permitia maiores contatos em virtude das hierarquias incontestáveis do regime instaurado, a Instituição familiar, dentro dos seus limites, não poderia também representar ou reproduzir determinados valores verticais em circulação? Longe de estabelecer uma estrutura fixa, esta questão é apenas um caminho de leitura e reflexão sobre algumas posturas e posicionamentos em crise, o que também pode evidenciar um modelo de vida social em transformação.

Vale ressaltar que esta “ausência”, pode supor novamente duas condições: De um lado é possível que fosse apenas um ponto de vista pessoal, que exposto por Miranda pode ser considerado como de menor relevância dentro do contexto da piada. De outro,

¹³³ BERGSON, Henri. O Riso: ensaio sobre a significação do cômico. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1983.

ao observar alguns modelos de conteúdos circulantes no Jornal A CRÍTICA dentro do recorte em estudo, a questão do “divórcio” já se apresentava como um tema bastante recorrente em algumas matérias e cadernos do periódico. Portanto, o tema proposto por Miranda, na busca pelo riso coletivo de seus leitores, encontrava neste contexto um ambiente comum para ser compartilhado, justificando assim seu conteúdo. Com observado em Bergson, o Humor, de uma maneira geral, precisa antes ser formatado para que o riso, expressão resultante, possa então ser libertado e projetado sobre seus objetos de negação, pois ninguém ri daquilo que não pode identificar.

Em setembro de 1973, por exemplo, uma matéria envolvendo o senador do MDB Nelson Carneiro, apontou alguns dados importantes sobre esta problemática relativa à desintegração dos “valores familiares”. O texto informava que a campanha do divórcio fora iniciada em 1951, e nos meses finais deste ano já se encontrava no 6º projeto parlamentar. Segundo informou o ex-senador, o divórcio não interessava aos parlamentares de maioria arenista e, diante da conjuntura, seria de difícil aprovação em virtude tanto de questões particulares quanto do desgosto de grande parte dos seus eleitores¹³⁴.

A partir desse “desgosto” político e social citado, vale lembrar que o governo militar neste contexto esteve fortemente apoiado pela ala conservadora da igreja católica, uma das grandes parceiras institucionais que colaboraram com o golpe militar de 1964. Uma organização que participava ativamente neste processo de resistência a transformação dos valores ficou conhecida como TFP, *Sociedade brasileira de defesa da Tradição, Família e Propriedade*, criada em 26 de julho 1960 por Plínio Correia de Oliveira, ex-deputado e jornalista pernambucano¹³⁵.

Este movimento se propagou no sentido de conter os avanços sociais que se processavam em outros locais do mundo e que inevitavelmente atingiam o Brasil. Esta organização cristã obteve adeptos em vários pontos do país e possuía, na medida em que seus representantes eram eleitos, grande influência política no congresso. Após a

¹³⁴ Fonte: Jornal A CRÍTICA, 27 de setembro de 1973. P. 3

¹³⁵ ZANOTTO, Giselle. *Tradição, Família e Propriedade: Cristianismo, Sociedade e Salvação*. In: CONGRESSO LATINO AMERICANO SOBRE RELIGIÃO, ETNICIDADE – MUNDOS RELIGIOSOS: IDENTIDADES E CONVERGENCIAS, 2006, São Bernardo do Campo/São Paulo. Anais do XI encontro Latino-Americano sobre Religião, Etnicidade – Mundos Religiosos: Identidades e convergências. São Bernardo do Campo/SP: UMESP / ALER, 2006. v. 1.

redemocratização, a TFP perdeu os benefícios oferecidos pelo Estado militar¹³⁶ e apesar de ter sua influência política reduzida, ainda continua a existir¹³⁷.

Segundo o depoimento de Nelson Carneiro, publicado em uma visita a Manaus no ano de 1973, o ex-senador comentou que a ideia de legalização do divórcio só poderia ser modificada caso houvesse bastante pressão dos setores da sociedade. Curiosamente, quatro anos depois, em 16 de junho de 1977, a lei do divórcio foi aprovada através da emenda constitucional que levou inclusive o seu nome (emenda Nelson Carneiro), vencendo no congresso por 219 votos a favor e 137 contra. Segundo complementou a matéria, as galerias do Congresso Nacional foram tomadas por “multidões” que comemoraram a decisão no plenário¹³⁸.

Analisando este comentário, é possível deduzir que este posicionamento político do congresso, que se inverteu diante da pressão popular e que, certamente, só obteve êxito em virtude do apoio político do MDB no Congresso, vitorioso nas eleições de 1974, pode ser útil para elucidar uma ideia bastante pertinente a essa discussão: No campo relativo ao contexto em análise, observa-se que o MDB procurou construir sua base eleitoral para a eleição seguinte apoiando-se em projetos sociais emergentes (Como o divórcio, direitos trabalhistas, por exemplo) que, naquele instante, ganhavam dimensão e se tornaram interessantes enquanto instrumento político ao partido de oposição. Sendo assim, é necessário ter o cuidado de não imaginar que o MDB agiu ativamente como um partido de esquerda. É possível entendê-lo, neste momento, como uma alternativa civil, como uma possibilidade que em um primeiro momento poderia ser vista como um caminho de reação ao Estado de extrema direita.

Contudo, em relação ao tema “ausência de diálogos” da charge em análise, é possível oferecer ainda a leitura de que o contexto em análise representou um espaço de transição não apenas de modelo político, mas de modos de comportamento. É possível propor uma leitura de que o golpe de Estado, ou Revolução Militar, ocorrido abril de 1964, representou mais do que um golpe político, ele também pode ser visto como *um golpe moral* na medida em que se institucionalizou um método, uma forma legítima de resolver as diferenças no mundo social. Se o Estado é o gestor da sociedade e a partir dele se modelam também os aspectos da vida coletiva, cada casa e lar também podia, dentro

¹³⁶ ZANOTTO, Giselle. *Tradição, Família e Propriedade: Cristianismo, Sociedade e Salvação*. Op. Cit. P. 14

¹³⁷ Site oficial da organização: <http://www.tfp.org.br/>.

¹³⁸ Fonte: Jornal A CRÍTICA, 16 de junho de 1977. P. 1

de suas práticas e representações, revelar em si uma pequena ditadura particular (legitimada e justificada como um caminho coerente também para a família) onde geralmente haveria uma possível ausência de diálogo, ambientes de pouco debate e uma decisão arbitrária comum.

A charge que ironiza a “ausência de diálogos” nos serve aqui como uma problemática comum não apenas a questão familiar, mas pode ser vista como uma forma de identificar que este comportamento também se fez presente em outros modelos institucionais da vida social, na medida em que sua prática interna, em muitos casos, pode ser apenas mais um espaço de representação da vida pública.

Para dar base a esta hipótese, é indispensável registrar o influente estudo da linguagem e das diferentes formas de apropriação fornecido por Roger Chartier em seu mais famoso ensaio¹³⁹. Sua abordagem pode ser útil enquanto ferramenta teórica e metodológica, na medida em que o conceito de “representação” nos oferece elementos capazes de identificar, através dos resultados obtidos junto ao estudo da França revolucionária, as diferentes formas de leitura e interpretação do mundo social por culturas diferentes. Em síntese, para o autor, seria através das práticas sociais que se reconhece uma identidade social, o que exhibe uma maneira de estar no mundo e simboliza, ao mesmo tempo, o regulamento que estabelece as posições dentro da coletividade.

Utilizando-se dessa leitura, é possível perceber nas representações humorísticas de Miranda fontes históricas relevantes para o estudo do imaginário social e político do contexto militar em Manaus. As práticas e representações registradas pelo Jornal A CRÍTICA, nos fornecem janelas para adentrar este universo artístico construído, oferecendo assim um método alternativo para alcançar, de maneira inversa, o imaginário coletivo de uma parte do público leitor deste periódico. Assim, supõe-se que cada leitura de charge, apesar de particular, possuía um compartilhamento de dimensão e, se a proposta do humorista remetia a um acontecimento coletivo, ela pode ser identificada como um caminho de estudo e leitura do contexto, sendo assim indispensável enquanto ferramenta de análise.

¹³⁹ CHARTIER, Roger. *O mundo como representação*. In A Beira da Falésia. A história entre certezas e inquietudes. Porto Alegre, Editora Universidade UFRGS, Tradução de Patrícia Chittoni Ramos, 2002.

Fig. 08¹⁴⁰



Junto a essa última constatação, percebeu-se que as charges de Miranda estabeleceram também as posições de onde se concentrava o ambiente do humor. Tendo um caráter social, mas não universal, vale reiterar que as piadas não abrangem a todos os segmentos sociais, e na maioria dos casos elas são direcionadas para um determinado grupo. O trabalho metodológico está exatamente em identificar, através dos elementos, qual ambiente o humorista pretende formatar para a

conquista do riso público.

Como estudado no tópico anterior, as charges de Miranda também exercem essa função seletiva, e no seu trato, estabelecem exclusões e editam seus locais de acordo com seu espaço de produção. Na charge utilizada, claramente estão expressos elementos de referência burguesa como a televisão, o comportamento da esposa, a poltrona majestosa e principalmente: *o tipo de tema em discussão*. O assunto de política raramente pertenceu, dentro do recorte estudado e das fontes levantadas, aos ambientes temáticos de cunho popular. Estes, quando aparecem, surgem como temas relacionados indiretamente, geralmente reclamando da crise econômica ou da falta de estrutura da cidade.

Considera-se assim que Miranda, em alguns trabalhos dentro do recorte estudado, exerceu exclusões e reproduziu, a partir da segregação dos populares da representação crítica, o papel social do Estado Militar, ajudando assim a fortalecer a imagem de que o ambiente destes assuntos localizava-se em outra camada social. Aos populares sobrava a imagem das festividades, eventos esportivos, acontecimentos efêmeros e as formas de superação da crise econômica que abalava seus respectivos cotidianos. Quando falaram de política, foram expostos indiretamente através dos seus problemas.

É possível também que a atividade de sintetização da narrativa humorística tenha estabelecido seus padrões de interpretação em virtude do contexto. Atualmente, não há tantas dificuldades em identificar a charge de um movimento social dentro de Estado

¹⁴⁰ Fonte: Jornal A CRÍTICA, 22 de agosto de 1974, P. 4. Op. Cit.

liberal onde a liberdade é um dos valores mais utilizados pela publicidade. Entretanto, diante daquele espaço temporal, representar um movimento contestatório a política de Estado dentro de uma sociedade de maioria reacionária e com extrema vigência do AI-5, talvez fosse um tema inapropriado enquanto mercadoria para grande parte do público leitor do A CRÍTICA.

Contudo, esta seleção também pode nos fornecer outras leituras: De um lado devemos nos atentar ao fato de que Miranda trabalhou para um jornal que possuía laços diretos com o governo militar e que obedeceu, certamente, aos limites da censura instalada pelo Estado de exceção. O local de onde fala o autor responde primeiramente a seu ambiente de produção e, dentro da vigência do AI-5, servia também como um instrumento reprodutor dos conteúdos ideológicos em processo de abertura. De outro lado, podemos atentar ao fato de que o humor tem por característica agir de forma sintética sobre os temas, e a exclusão do elemento popular diante dos assuntos políticos não é um assunto tão distante das charges atuais, podendo não representar uma convicção pessoal do autor, mas sim um elemento que compõe o imaginário popular formatado ao longo da história política do Brasil.

Segundo Saliba, o estereótipo humorístico pode ser visível até na forma como os sujeitos se projetam diante de outros povos, classificando-os por características que nem sempre correspondem a realidade social de seus habitantes. É caso das piadas relativas a estrangeiros (A burrice do português, por exemplo) ou mesmo de conterrâneos que habitam um país comum (a malandragem carioca ou a preguiça do baiano). Assim, a compreensão generalizada do riso necessita de uma memória coletiva prévia, que através da piada sintetiza o efeito da representação através de estereótipos empobrecidos, o que revela e reforça o imaginário coletivo dos possíveis receptores¹⁴¹.

Vale adiantar que não será necessário destrinchar, na mesma medida, todas as charges para que se obtenha uma parte considerável de sua dimensão, até por que isto levaria demasiado tempo. A ideia deste capítulo foi apenas oferecer algumas possibilidades de utilização deste modelo de material. Sendo assim, com o decorrer da redação e a partir dos elementos expostos, acredito que já seja possível neste momento fazer uma leitura mais coerente, ou cuidadosa, sobre os discursos que envolvem

¹⁴¹ SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do riso : A representação humorística nas história brasileira : da Belle Epoque aos primeiros tempos do rádio*. Op. Cit. P. 17.

determinados temas propostos ao riso. Com o objetivo de fornecer uma visão metodológica dos elementos fornecidos pelo chargista, o exercício de extrair através do olhar uma leitura sobre as dimensões compartilhadas de época, pode nos ajudar a encontrar outros caminhos para entender temáticas comuns.

Como já comentado, em relação à televisão, reitero que o interesse que definiu as eleições legislativas deste ano como um tema para este estudo esteve no fato delas serem realizadas com certo clima de “liberdade publicitária”, onde os partidos de oposição tiveram acesso ao rádio e a televisão, mesmo que sob a tutela do governo.

Adiantando alguns dados, Boris Fausto comenta que se esperava uma vitória fácil, pois a grande popularidade exercida e estampada por Médici era evidente, mas os resultados foram surpreendentes. Da soma de votos válidos, por exemplo, para o senado, o MDB obteve cerca de 14,5 milhões, o que em comparação correspondia a 59%¹⁴². Com o decorrer da redação será possível identificar que a propaganda política caricaturada por Miranda, na medida em que representava “como os candidatos se apresentavam diante dos meios de comunicação de massa”, forneceu elementos que favoreceram a oposição diante do pleito em estudo.

Através das fontes extraídas para esta pesquisa, percebeu-se que as eleições de novembro revelariam assim um panorama curioso também em Manaus. Contudo, este estudo de “como Miranda pode nos ajudar a adentrar neste contexto através do humor”, merece tomar determinados cuidados, pois seu discurso obedece a determinadas interferências e sua filtragem obedeceu tanto ao seu local de produção quanto aos elementos de circulação. Espero que, a partir desse exercício metodológico, praticado durante este capítulo, a sequência das charges se apresente com a aquela “familiaridade” já comentada, e que você possa também rir e compartilhar deste universo deslocado no espaço e tempo.

¹⁴² FAUSTO. Boris. *História do Brasil*. Op. Cit. P. 491.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Alzira Alves de. *A modernização da Imprensa, (1970-2000)* / Alzira Alves de Abreu. – Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2002 (Descobrimos o Brasil). P. 35
- BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa : Brasil, 1900 – 2000* / Marialva Barbosa. – Rio de Janeiro : Mauad X, 2007. P. 180
- BATISTA, Djalma. *O complexo da Amazônia: Análise do processo de desenvolvimento*. 2ª Ed. – Manaus: Editora Valer, Edua e INPA, 2007. P. 341.
- CABRAL. Eula Dantas Taveira. *História da televisão amazonense*. Artigo publicado no primeiro encontro nacional da Rede Alfredo Carvalho. UMESP. 1999.
- CHARTIER. Roger. *O mundo como representação*. In A Beira da Falésia. A história entre certezas e inquietudes. Porto Alegre, Editora Universidade UFRGS, Tradução de Patrícia Chittoni Ramos, 2002.
- DARNTON, Robert. *O Grande Massacre dos Gatos e outros episódios da História Cultural da França*. 4ª Edição.SP: Graal, 1986.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. – 12. Ed., 2. Reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007. – (Didática I).
- GRAF. Marília G. *Propaganda de lá para cá*. Marília G. Graf, São Paulo: IBRASA, 2003.
- LOBO, Narciso. J. Freire. *A tônica da Descontinuidade – Cinema e política em Manaus na década de 60*. Manaus: Edua, 1994.
- MATTOS, Sérgio Augusto Soares. *História da televisão brasileira: Uma visão econômica e política*. Sérgio Mattos – Petropolis : Editora Vozes, 2 edição, 2002. P. 163.
- MORIN, Edgar. *Cultura de massas no século XX: Neurose*. Edgar Morin: Tradução de Maura Ribeiro Sardinha – 9. Ed – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- REIS, Henocho. *Discursos e Metas no governo do Amazonas 1975-1976*, por Henocho Reis. Manaus, Imprensa Oficial, 1978. P. 41-43.

- RIANI, Camilo. Tá rindo do quê? (Um mergulho nos salões de humor de Piracicaba). Piracicaba: UNIMEP, 2002. In GAWRYSZEWSKI, Alberto. *Conceito de Caricatura: Não tem graça nenhuma*. Artigo publicado em Domínios da imagem, Londrina, Ano I, número 2, página 7-26, maio de 2008.
- SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do Riso : A representação humorística na história brasileira : da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio / Elias Thomé Saliba*. – São Paulo : Companhia das Letras, 2002.
- SOUZA, Leno José Barata. “Cidade Flutuante” Uma Manaus sobre as águas. Tese de doutorado em História social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2010. P. 15.
- SOUZA, Márcio. A expressão amazonense: do colonialismo ao neocolonialismo (por) Márcio Souza. São Paulo, Alfa-Omega, 1977. P. 167.
- VENTURA, Zuenir. *10 anos em busca de um novo mundo*. In Os anos 60: A década que mudou tudo. 146 pgs./ formato 21X27, 5cm/ Publicação especial da Revista Veja. 1970.
- ZANOTTO, Giselle. *Tradição, Família e Propriedade: Cristianismo, Sociedade e Salvação*. In: CONGRESSO LATINO AMERICANO SOBRE RELIGIÃO, ETNICIDADE – MUNDOS RELIGIOSOS: IDENTIDADES E CONVERGENCIAS, 2006, São Bernardo do Campo/São Paulo. Anais do XI encontro Latino-Americano sobre Religião, Etnicidade – Mundos Religiosos: Identidades e convergências. São Bernardo do Campo/SP: UMESP / ALER, 2006. v. 1.

FONTES DOCUMENTAIS

- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 11 de janeiro de 1967. Recorte publicitário da loja S. Monteiro.
- Fonte: Jornal A CRÍTICA. 26 de janeiro de 1968. Matéria: A Zona Franca modificou a cidade.
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 2 de agosto de 1972. P. 03. As cores da TV Amazonas no desenvolvimento de Manaus.
- Fonte: Jornal A CRÍTICA. 7 de julho de 1973. P. 04 (Coluna opinião)
- Fonte: Jornal A CRÍTICA. 27 de julho de 1973. P. 04 (Coluna opinião)
- Fonte: Jornal A CRÍTICA. 28 de Julho de 1973.

- Fonte: Jornal A CRÍTICA. 18 de agosto de 1973. P. 04 (Coluna opinião)
- Fonte: Jornal A CRÍTICA. 6 de outubro de 1973. P. 04 (Coluna opinião)
- Fonte: Jornal A CRÍTICA. 19 de novembro de 1973. P. 04 (A charge do Miranda)
- Fonte: Jornal A CRÍTICA. 2 de junho de 1974. P. 01 (capa)
- Fonte: Jornal A CRÍTICA. 13 de julho de 1974. P 01 (capa)
- Fonte: Jornal A CRÍTICA. 22 de agosto de 1974. P. 04 (A charge do Miranda)
- Fonte: Jornal A CRÍTICA. 27 de setembro de 1973. P. 03.
- Fonte: Jornal A CRÍTICA. 3 de outubro de 1975. P. 04 (A charge do Miranda)
- Fonte: Jornal A CRÍTICA. 16 de junho de 1977. P 01 (capa)

Capítulo III

A eleição de 1974 em Manaus: O episódio irônico de uma piada sem graça.

Nesta parte da pesquisa trataremos mais especificamente sobre o evento da eleição em Manaus, retratando seus preparativos finais, os resultados parciais, as definições oficiais e suas possíveis consequências diante de um processo mais amplo de abertura política e social no Brasil.

Para fins de organização, necessitei novamente dividir este episódio em alguns tópicos. O primeiro deles trata sobre os diversos modelos políticos representados por Miranda, às vésperas do episódio eleitoral. As charges dos candidatos apresentados talvez não pretendam apenas caricaturar personagens específicos deste evento. É possível que essas representações estivessem ironizando também algo maior, servindo tanto para fazer referência quanto para criticar um modelo de política através de um caminho inusitado.

Já próximo do evento, foi igualmente relevante registrar a nomeação definitiva do governador Henech da Silva Reis, em virtude da nova estrutura política que se pretendia modelar após a ascensão de Ernesto Geisel ao poder executivo. Juntamente com o registro dessa homologação, foi necessário ressaltar em que contexto nacional ela se inclui e que tipo de alianças ela estabeleceu.

A penúltima parte deste capítulo traz novamente algumas análises sobre as obras e os elementos irônicos que habitaram este recorte temporal. Os temas relacionados aos preparativos da eleição de 1974 revelaram referências tanto do evento, quanto dos valores possivelmente compartilhados entre os leitores/eleitores do periódico. Ao final, registro os irônicos resultados e o impacto de surpresa que o jornal publicou diante da vitória da oposição, concluindo sobre as consequências desse episódio na ambiência política e social da cidade de Manaus.

3.1. Desenhando o candidato, quem tem perfil para o mandato?

Faltando pouco mais de um mês para o evento, no dia 28 de setembro, o TRE publicou em matéria de primeira página do *À CRÍTICA*¹⁴³ a necessidade de se colocar policiais militares nos estúdios de TV para evitar as *brigas dos candidatos*. Este registro, envolvendo membros dos dois partidos, pode nos servir como mais um indicativo possível, para além das disputas discursivas, de percepção sobre os efeitos da televisão dentro da experiência deste processo eleitoral, o que evidencia também a decadência de práticas, em uma dimensão mais ampla, de posturas e discursos que por muito tempo seduziram, através do rádio e da imprensa, grande parte do eleitorado.

É possível deduzir que este modelo de campanha política, via televisão, possibilitou uma parte do eleitorado da capital fazer uma leitura talvez mais rigorosa, sendo possível qualificar ou não os candidatos que ali pleiteavam votos. Em virtude da emergência deste meio de comunicação em massa, a forma de representação dos candidatos talvez tenha sido alterada e novos critérios de escolha foram elencados. Antes da televisão ser obrigada a dispor de horários específicos para os postulantes aos cargos públicos, é possível que fosse mais difícil exibir comparações claras entre os candidatos, em virtude do rádio não oferecer a mesma leitura de perfil que o audiovisual propõe. A partir daquele momento, tornou-se possível estabelecê-las de maneira diferente, em virtude de uma parcela dos eleitores já não precisarem mais sair de casa para pleitear suas escolhas.

Vale comentar que a experiência destes novos critérios visuais não retirava, igualmente, a possibilidade de emergência de novas estratégias de manipulação. Vale reiterar também que o aparelho de televisão ainda era bastante restrito, o que não caracteriza que sua mensagem não alcançasse outros espaços. A atenção neste momento tem apenas o intuito de demonstrar os novos modelos de representação que se apresentaram ao público neste evento, sendo Miranda um caminho para estudá-los a partir de seus efeitos.

Um artigo publicado na página 4 desta publicação, sem assinatura de seu autor, mas que sugere ser o pensamento do jornal, teceu alguns comentários sobre os candidatos e, em certo trecho, criticou a postura de alguns, observando, por exemplo:

¹⁴³ Fonte: Jornal A CRÍTICA. 28 de setembro de 1974. P. 01

O mais frequente, contudo, é o auto-elogio que tanto pode estar vazado na enunciação de trabalhos sem nenhum significado para a vida comunitária, como na auto-atribuição de virtudes e capacidade que os próprios candidatos desmentem. Houve já candidato que após blasonar ter lido mais de 4 mil livros, traduziu o PIB como “o Produto Internacional Bruto” e situou a grande Depressão Econômica de 1929 no ano de 1923. O eleitor-telespectador, diante de tanta contradição, certamente será levado à crença de que ler não quer, necessariamente, entender o que está escrito¹⁴⁴.

O autor seguiu comentando que “a colocação dos problemas em níveis primários levou os candidatos aos ataques pessoais, a desafios de “homem para homem” como se estivessem diante de uma plateia de aficionados por “luta - livre”, e não de cidadãos conscientes de seus deveres cívicos”. A partir deste registro, é possível deduzir que esta experiência pode ter oferecido ao eleitorado da capital o desenvolvimento, ou mesmo ampliação, de certo “sentimento de descrença”, como se a TV tivesse o papel de revelar ao público uma imagem mais nítida de seus representantes idealizados anteriormente. Um resultante deste fenômeno pode ser observado na criação da Lei Falcão, proposta para a eleição seguinte, em 1 de julho de 1976, o que talvez evidencie que a experiência deste método publicitário, aberto a ambos os partidos e inscritos no pleito em estudo, não foi uma boa estratégia para o partido de apoio ao governo militar. Sua derrota em grande parte do país revelou que este caminho era ambivalente, e merecia ser configurado para que não prejudicasse a manutenção do sistema em vigor.

Já que a imagem social dos candidatos foi modificada a partir da inserção desta nova dimensão proposta pela auxílio da televisão enquanto ferramenta política, os perfis desta primeira experiência eleitoral com colaboração audiovisual em Manaus, em virtude do possível contraste entre perfil e discurso, não deixariam de emergir enquanto temas humorísticos na coluna de Miranda. Se aparecem enquanto tema constante nas obras, em certa medida podem servir como um indicativo de circulação deste tipo de piada entre os leitores do A CRÍTICA, pois cabe ao chargista, enquanto atividade, estabelecer em sua obra uma relação entre tema cotidiano e linguagem humorística. Dentro desta perspectiva, Marcos Silva¹⁴⁵ comenta que a organização da imagem humorística participa

¹⁴⁴ Fonte: Jornal A CRÍTICA, 28 de Setembro de 1974, P. 04.

¹⁴⁵ SILVA, Marcos A. *Caricata República: Zé Povo e o Brasil*. São Paulo, Editora Marco Zero, 1990.

da identidade do sujeito em elaboração, o que informa sobre a relação existente entre aquele que produz e quem consome determinado desenho de humor, assim acessível através das sugestões fornecidas pelo produtor. Sendo assim, é possível deduzir que a regularidade temática observada em charges pode nos auxiliar enquanto método de identificação de determinados modelos de opinião, circulantes através do humor visual.

Dando seguimento a este raciocínio, cabe então neste momento uma pequena exposição das charges referentes ao tema da eleição, concentrando-se no perfil dos candidatos apresentados por Miranda durante o mês de outubro de 1974. Em seguida, foi necessário tecer algumas observações para melhor situar o leitor contemporâneo diante deste modelo de fonte.

Fig. 01¹⁴⁶



... E o candidato falou:
 "pois é, meus amigos. Os moradores da "compensa" de tanto engolir poeira, já estão cuspidos tijolos".

Fig. 02¹⁴⁷



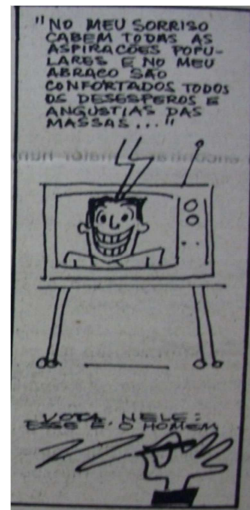
Votem em mim, será o ano do Amazonas, precisamos acabar com os buracos, a alta dos alimentos, o trânsito cada vez mais congestionado, bla, bla, bla...
 E o candidato falou

Fig. 03¹⁴⁸



E eu p.prometo, que na assembleia estarei vigilante nas causas em que o povo esteja sendo z.z.z.z.z.z.z.z.z.z...
 E falou o candidato...

Fig.04¹⁴⁹



"no meu sorriso cabem todas as aspirações populares e no meu abraço são confortados todos os desesperos e angustias das massas...".
 Vota nele: Esse é o homem

¹⁴⁶ Fonte: Jornal A CRÍTICA, 02 de outubro de 1974, quarta feira. P. 04. A charge do Miranda (Recorte).

¹⁴⁷ Fonte: Jornal A CRÍTICA, 03 de outubro de 1974, quinta feira. P. 04. A charge do Miranda (Recorte).

¹⁴⁸ Fonte: Jornal A CRÍTICA, 04 de outubro de 1974, sexta feira. P. 04. A charge do Miranda (Recorte).

¹⁴⁹ Fonte: Jornal A CRÍTICA, 05 de outubro de 1974, sábado. P. 04. A charge do Miranda (Recorte).

De imediato é possível compreender que todos os candidatos atravessam a televisão como se esta fosse uma janela, uma porta para o entendimento e partilha de informações. Podemos considerar que tais perfis podem ou não corresponder substancialmente a algum candidato específico. Há a possibilidade ainda de pensar que tais perfis são fruto não apenas de uma interpretação pessoal do autor, mas fazem parte de um imaginário político maior, composto por determinados comportamentos e posturas que poderiam representar ou não uma prática discursiva anterior, exercida por candidatos de outrora.

Levando em consideração novamente o modelo de pensamento de Bergson¹⁵⁰, onde a comicidade é vista como um raciocínio engenhoso de dupla interpretação que através do “absurdo” nos permite expressar a leitura de um fato social, a chave para entender o poder do riso em sociedade encontra-se no fenômeno do contraste, resultante do choque entre ideia e realidade. Este possível contraste acionado por Miranda, na medida em que ironiza o papel dos candidatos ao cargo de representante público, pode nos levar ao seguinte questionamento: Miranda deve, em suas charges, compartilhar de certo imaginário social, visto que ele desenha para um público bastante extenso e socialmente diversificado. Assim, seria possível afirmar que a expressão cômica de tais perfis pode estar nos revelando não um perfil individual, mas uma situação contrastante onde a coletividade estaria tendo contato com uma nova forma de avaliar a política local?

Um trecho retirado do editorial do A CRÍTICA intitulado “Discriminação antidemocrática”, publicado em 22 de outubro de 1974, pode talvez nos auxiliar neste raciocínio, na medida em que compreende a interferência que os meios de comunicação efetuaram nas posturas e perfis dos políticos manauaras envolvidos nesse processo. Independente de onde se encaminha suas subjetividades, podemos acessar este documento como uma “janela” capaz de nos fornecer uma possibilidade de leitura sobre esse fenômeno.

¹⁵⁰ BERGSON, Henri. *O riso: Ensaio sobre a significação do cômico*. Op. Cit. Como citado anteriormente, o conceito de Bergson sobre o riso apresenta-se enquanto um exercício de negação do objeto que propõe um restabelecimento dos padrões mecânicos da vida social. Exemplo: Quando uma pessoa cai na rua e esta serve como um alvo de chacota pública, o riso coletivo visa criticar, a partir de um distanciamento, o elemento decaído para que este volte a integrar a mecanicidade padrão da vida. A queda propõe um rompimento da dinâmica mecânica e permite o descarrego do riso. Para Bergson, este fenômeno pode ser um caminho para revelar a dinâmica existente entre os aspectos vivos e mecânicos do indivíduo em sociedade.

Alguns diretórios estaduais do MDB e do ARENA, convencidos de que a aparição diante das câmeras de muitos dos seus candidatos acaba por prejudicar a imagem dos partidos, estão usando um expediente singular, que deixa à amostra o quase total esvaziamento dos partidos políticos. À guisa de levar aos eleitores apenas a palavra dos que considera mais esclarecidos, a direção dos partidos está impondo restrições ‘a utilização dos horários de propaganda a alguns de seus candidatos, que assim ficariam sem a oportunidade de dirigir-se aos eleitores¹⁵¹.

A partir deste trecho, podemos deduzir que a televisão, apesar de não hegemônica, foi responsável em proporcionar novos modelos de opinião pública sobre os perfis políticos apresentados aos eleitores manauaras, tendo a eleição de 1974 como um marco histórico para a prática deste modelo de publicidade no Amazonas. Atingindo a ambos os partidos, ela modificou a estrutura da publicidade eleitoral, fazendo inclusive, como descreveu o artigo, que os partidos iniciassem novos critérios de seleção para as chapas, escolhendo seus representantes por qualidades oratórias, intelectuais, ou mesmo por virtude estética.

Ainda durante esse conturbado mês de outubro, Miranda continuou expondo perfis cada vez mais diversificados. Passando pelos clássicos populistas (Fig. 07), a figura 06 traz um perfil bastante curioso e merece uma breve atenção. É possível deduzir, dentro de um contexto mais amplo, que o “machão” pode representar aqui mais do que uma crítica à homossexualidade, apesar de diretamente exposta. Ao revelar uma condição utópica diante de um processo eleitoral tão conturbado, tão repleto de brigas e ofensas¹⁵², a charge do candidato estabeleceu aí, ao inverso, qual o tipo de gênero e comportamento não devia servir como modelo político para sociedade. Lembramos rapidamente que a liberdade sexual faz parte dos movimentos de contracultura, emergidos durante os anos 60 e 70. Um modelo alternativo, dentro deste contexto, só poderia ser motivo de sátira, provocando em grande parte do público leitor do periódico certo repúdio a esta ideia, que é então descarregada em risos. Assim, é possível supor que esta charge também expressa

¹⁵¹ Fonte: Jornal A CRÍTICA, 22 de outubro de 1974. P. 04.

¹⁵² A figura 08 explicita bem a visão monstruosa que determinados candidatos talvez estivessem proporcionando ao público nos horários políticos. A crítica do monstro àqueles que falavam palavrão publicamente talvez não estivesse fazendo referência específica. A contradição no seu discurso, denunciada pelo interlocutor, evidencia que ambos os partidos promoviam o debate político dentro dos seus mais baixos níveis éticos e morais.

um breve aspecto destes movimentos de liberdade cultural na cidade, na medida em que repudia um representante público com essa postura e o transforma em tema humorístico. Mais uma vez podemos perceber que a função do riso em sociedade esta longe de ser algo inocente ou simplesmente prazerosa. Se Miranda critica o personagem enquanto político, talvez seja possível levantar a hipótese que, de alguma forma, existia neste contexto aqueles que, de forma incipiente e sem visibilidade, levantavam as bandeiras dos movimentos de liberdade sexual em Manaus.

Fig. 05¹⁵³



Fig. 06¹⁵⁴

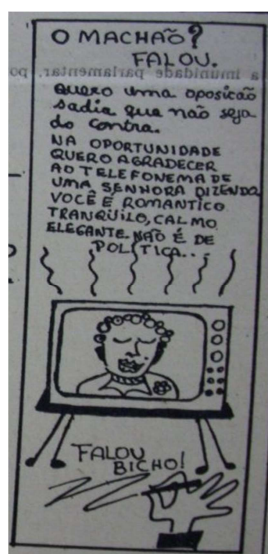


Fig. 07¹⁵⁵

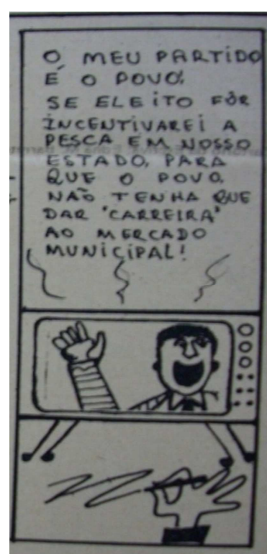
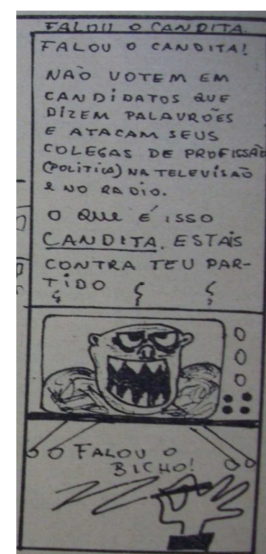


Fig. 08¹⁵⁶



Quero através desta cadeia de emissoras televisionadoras, dizer que sou candidato a uma cadeira na assembleia, bla, bla, bla...

F.falou...

O machão? Falou

Quero uma oposição sadia que não seja do contra. Na oportunidade quero agradecer ao telefonema de uma senhora dizendo: você é romântico, tranquilo, calmo, elegante. Não é de política...

Falou bicho!

O meu partido é o povo! Se eleito for incentivarei a pesca em nosso Estado. Para que o povo não tenha que dar "carreira" no mercado municipal!

Falou o candita!

Não votem em candidatos que dizem palavrões e atacam seus colegas de profissão (política) na televisão e no rádio.

O que é isso CANDITA, estais contra teu partido?

Falou o bicho!

¹⁵³ Fonte: Jornal A CRÍTICA, 07 de outubro de 1974. Pag. 04. A charge do Miranda (Recorte).

¹⁵⁴ Fonte: Jornal A CRÍTICA, 12 de outubro de 1974. Pag. 04. A charge do Miranda (Recorte).

¹⁵⁵ Fonte: Jornal A CRÍTICA, 13 de outubro de 1974. Pag. 04. A charge do Miranda (Recorte).

¹⁵⁶ Fonte: Jornal A CRÍTICA, 14 de outubro de 1974. Pag. 04. A charge do Miranda (Recorte).

Para além destas análises, vale lembrar que a oposição entrava nesta eleição desfalcada de três importantes nomes impugnados pela justiça eleitoral: Fabio Lucena, Francisco Queiroz e Ayrton Beltrão. Talvez um dos mais expressivos nomes da oposição, Fabio Lucena foi, em agosto de 1974 impugnado pelo desembargador Azarias Menescal por protestar contra o ato do prefeito Frank Lima que, segundo a matéria capa do *A CRÍTICA*, *queria doar um terreno do município a um amigo*¹⁵⁷. Fabio Lucena foi assim enquadrado em três artigos da Lei de Segurança Nacional sob a acusação de “*usar expressões injuriosas contra autoridades*”¹⁵⁸.

Não obstante, neste mês de outubro, o MDB lançou a candidatura de Maria Luiza Queiroz, Frederico Rocha Neto e Demóstenes Lins em substituição aos políticos¹⁵⁹. Após prestar depoimento à auditoria Militar¹⁶⁰, Fábio Lucena, depois de impugnado pela Lei de Segurança Nacional, desencadeou uma extensa campanha de protesto público contra o prefeito Frank Lima, argumentando inclusive que, caso fosse comprovado com documentos o crime de doação de terra feita para a mulher de um amigo seu, exigiria a renúncia do representante. Frank Lima não aceitou o desafio¹⁶¹.

Em 10 de outubro essa situação chegou às vias de fato. A bancada do ARENA na assembleia foi depredada por populares em sessão plenária, causando pequenos prejuízos no local e alguns ferimentos nos presentes. No dia posterior¹⁶², o prefeito publicou nota oficial em primeira página do *A CRÍTICA*, explicando o ocorrido, porém negando todas as acusações de Lucena.

Dentro deste espaço de expressivas disputas eleitorais, o governador Henocho Reis foi nomeado oficialmente Governador do Amazonas. Para um esclarecimento maior sobre como o projeto de lenta e gradual abertura política, iniciada por Ernesto Geisel, atingiu o Amazonas, cabe aqui estabelecer em que contexto o novo governador esteve enquadrado e que tipo de política estaria ele condicionado a seguir.

¹⁵⁷ Fonte: Jornal *A CRÍTICA*, 25 de agosto de 1974. P. 01

¹⁵⁸ Fonte: Jornal *A CRÍTICA*, 25 de agosto de 1974. P. 04

¹⁵⁹ Fonte: Jornal *A CRÍTICA*, 4 de outubro de 1974. P. 01

¹⁶⁰ Fonte: Jornal *A CRÍTICA*, 6 de outubro de 1974. P. 01

¹⁶¹ Fonte: Jornal *A CRÍTICA*, 10 de outubro de 1974. P. 01.

¹⁶² Fonte: Jornal *A CRÍTICA*, 11 de outubro de 1974. P. 01.

3.2 Henocho e a nomeação, o herdeiro de uma transição.

No dia 3 de outubro de 1974 Henocho Reis foi eleito governador do Amazonas pela assembleia legislativa do Estado¹⁶³. O irônico episódio que contrariou os membros do partido local ARENA, e que culminou na escolha do seu nome para o cargo, foi resultado de uma indicação executada pelo novo poder executivo, e pode ser encarado como uma experiência resultante do princípio deste novo modelo de configuração política que o país, lenta e gradualmente, começou a se adaptar. Como já citado, de acordo com o AI-3¹⁶⁴, para este cargo, a escolha deveria seguir o perfil de nomeação indireta, sem participação popular, a fim de evitar que a oposição estabelecesse obstáculos para a execução dos desígnios do governo emergente.

Segundo o Jornal A CRÍTICA¹⁶⁵, a nomeação funcionava teoricamente de maneira aberta ao público e se organizava do seguinte modo: Após as formalidades, os deputados recebiam a palavra para declarar seus candidatos a governador e vice. Após a eleição, uma comissão de deputados fazia uma reunião para comunicar os eleitos que deveriam comparecer ao plenário para ser diplomados. Após serem saudados pela presidência da casa, concedia-se a eles, governador e vice, a palavra, e após os discursos era tocado o hino nacional, que encerrava o ato.

É curioso perceber que desde a aplicação do Ato Institucional nº 3, segundo o deputado arenista João Bosco publicou em nota no A CRÍTICA¹⁶⁶, nenhum candidato do Movimento Democrático Brasileiro foi lançado ao governo do Estado, por decisão do partido. Talvez, o poder que os Atos Institucionais possuíam em fechar o congresso, destituir poderes ou mesmo estabelecer novas eleições, não deixava muito espaço para a oposição estender a sua opinião.

Contudo, é possível deduzir que o MDB estivesse praticando outras linguagens de expressão política, comportando-se silenciosamente de maneira estratégica. Apesar do governo Militar, até aquele momento, carregar burocraticamente o discurso de uma “democracia tutelada”, possuir o direito de discordar da autoridade não parecia ser uma tática muito usual diante daquele contexto. Nesse sentido, concorrer à eleição talvez só justificasse a impotência do partido diante do poder vigente. Apesar de serem obrigados a

¹⁶³ Fonte: Jornal A CRÍTICA, 3 de outubro de 1974. P. 03.

¹⁶⁴ FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. P. 43. Op. Cit.

¹⁶⁵ Fonte: Jornal A CRÍTICA, 2 de outubro de 1974. P. 03

¹⁶⁶ Fonte: Jornal A CRÍTICA, 2 de outubro de 1974. P. 03.

participar da votação interna, é possível que os deputados do MDB utilizassem do silêncio, diante do ato de eleição, como um método de resistência, a fim de revelar ao público, através do não dito ou do não posto, o modo como a vida social e política brasileira estava estabelecida. João Bosco Ramos, o deputado citado, foi inclusive anunciado nesta solenidade como vice-governador de Henocho Reis. Segundo a matéria, a administração do novo governo estava prevista para iniciar a partir de março de 1975.

Percebeu-se que esta reportagem sobre a “não participação da oposição” no pleito pretende claramente transmitir a ideia de que esta foi uma escolha, e não uma condição. Entretanto, apesar do apoio dado a transmissão desta informação, de grande utilidade ao antigo governo, o A CRÍTICA, contraditoriamente, começou a incluir temas que, de certa forma, não agradavam a poder instalado, mas que faziam parte do projeto político do governo emergente.

O editorial de 5 de outubro de 1974¹⁶⁷ trouxe uma das primeiras publicações do periódico relacionadas claramente ao tema da “Abertura Política” no Estado. O governador Henocho Reis foi visto pelo periódico como “*aquele que irá preparar o terreno*” para a próxima eleição em 1978, já projetada, datada e certamente imaginada como direta para cargos executivos, demonstrando mais um indício possível desta conexão entre o novo governador e o projeto de Ernesto Geisel.

Como trabalhado no início desta pesquisa, o nome de Henocho Reis surpreendeu a todos, na medida em que a decisão pelo seu governo foi externa a votação dos membros do partido ARENA. A forma como o nome de Henocho Reis foi encaminhado, pode servir como um indicativo da prática de interferência do novo poder executivo sobre as chapas estaduais. Tirando-lhes o direito de escolher seus representantes, é possível que esta imposição arbitrária fosse uma estratégia política para estabelecer alianças confortáveis para o novo projeto de abertura política deliberada por Geisel. Vale ressaltar que diversas conspirações foram exercidas para que este projeto não fosse encaminhado. Desde o episódio da desarticulação do seu principal opositor, o ministro do Exército Sylvio Frota¹⁶⁸, é possível que Geisel tenha encontrado em Henocho Reis um elemento neutro capaz de

¹⁶⁷ Fonte: Jornal A CRÍTICA, 5 de outubro de 1974. P. 04 (Editorial)

¹⁶⁸ GASPARI. Elio. Introdução IN *A ditadura envergonhada*. Páginas 31 a 35. Este acontecimento foi muito bem narrado por Elio Gaspari. Desde a instituição do regime militar, a sequência de governos foi executada como uma constante sequência de golpes internos. Costa e Silva teria se imposto sobre Castelo, Emilio Médici sobre Costa, e Geisel sobre Médici. Diante da instabilidade, o projeto de

amplificar seu poder político na região norte, afastando assim as possíveis lideranças discordantes que poderiam prejudica-lo ao longo do seu mandato.

Para entender este processo de transição onde Henoch Reis se inclui, algumas informações merecem atenção. O trabalho de Alzira Alves de Abreu¹⁶⁹ faz um breve comentário sobre esse lento e gradual projeto de “distensão” iniciado por Ernesto Geisel, nos ajudando a visualizar, em uma dimensão mais ampla, a tênue situação em que o novo presidente se encontra:

Estando já eliminados os movimentos de luta armada e diante da erosão do regime militar, Geisel e seu mais importante estrategista, o General Golbery de Couto e Silva, formularam uma estratégia de liberalização política a fim de recuperar o apoio da sociedade para a obra revolucionária e de impor limites à crescente comunidade de segurança, que se havia tornado uma ameaça de desagregação da própria instituição militar¹⁷⁰.

Diante deste contexto que envolveu regionalmente a nomeação de Henoch Reis, o editorial do A CRÍTICA, citado mais a cima, enfatizou, um mês antes da eleição e de maneira bastante clara, estar contra o sistema de eleições indiretas. Ao fazer um balanço sobre o momento político do Brasil, o editorial publicou que:

O balanço dos governos estaduais que agora chegam ao final do mandato, igualmente eleitos indiretamente não parece revelar benefícios do sistema. Qualquer comparação que se faça entre os executivos estaduais que eram escolhidos nas urnas, em votação livre e direta, e os escolhidos pelo governo federal não inspira opiniões decisivamente favoráveis. Se antigamente havia os altos e baixos naturais ao processo direto, instalou-se com a eleição indireta, uma mesmice, uma cinzenta unanimidade. A escolha pelo sufrágio eleitoral, mesmo quando não satisfatória, tem uma função educativa de alta importância para o sistema. A difusão da responsabilidade de escolher tende a engendrar a obrigação de escolher melhor. A escolha pelo Governo federal,

reabertura não foi apoiado pelo general Sylvio Frota, que descontente com a ideia de distensão resolveu encabeçar um movimento interno para retirar Ernesto Geisel do poder. Mais detalhes vide na obra.

¹⁶⁹ ABREU. Alzira Alves de. *A modernização da Imprensa, (1970-2000)* / Alzira Alves de Abreu. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002 (Descobrimo o Brasil)

¹⁷⁰ ABREU. Alzira Alves de. A imprensa e a Abertura In *A modernização da Imprensa*. Op. Cit.

ao contrario, concentra a responsabilidade e imobiliza o sistema... Nada prova que a escolha indireta seja a melhor. Ela se limita a ser indireta¹⁷¹.

O jornal A CRÍTICA é um caso interessante dentro dos periódicos que retratam o cotidiano manauara dentro dos governos militares. Seu posicionamento é bastante evidente, neste momento, em relação a sua parceria com o Estado. Entretanto, ele é capaz de estabelecer, de diversas formas, críticas não contra o governo, mas contra o sistema. Talvez seja possível deduzir que ele se beneficiava dos apoios e laços políticos que até então exercera, porém a balança entre “investimentos e gastos”, em virtude do sistema de censura do Estado, começava a abalá-lo enquanto empresa. Era necessário então estabelecer novos posicionamentos e alianças.

Importante atentar também não apenas ao seu posicionamento, mas em que momento este tipo de discussão está surgindo e convergindo, o que nos faz imaginar que seu comportamento corresponde a uma adaptação diante do novo momento político que lentamente estava se modelando. O anúncio final do editorial também foi bastante contundente, e reforçava ainda mais este argumento:

Compete aos governadores e vice-governadores que foram confirmados adquirirem a madura convicção de que são os últimos a serem indiretamente escolhidos. Para merecerem os cargos, os cargos eletivos, em que se empossam, podem e devem saber que a formula pela qual foram designados precisa extinguir-se com eles próprios, com seus mandatos. O que deles se espera é que, entendendo a conjuntura, voltem-se para a tarefa de considerá-la esgotada. Governem o melhor possível, naturalmente e com plena noção de que devem preparar os respectivos Estados para as eleições livres e diretas, dia 3 de outubro de 1978¹⁷².

É igualmente curioso pensar que esta mensagem do editorial, responsável pela opinião do Jornal, já anunciava em 1974 um projeto de abertura que só se concretizaria juridicamente onze anos depois, com a vitória de Tancredo Neves nas eleições de 1985. A nomeação de Henoch Reis parece ter suscitado neste ano várias discussões em torno

¹⁷¹ Fonte: Jornal A CRÍTICA, 5 de outubro de 1974. P. 04.

¹⁷² Fonte: Jornal A CRÍTICA, 5 de outubro de 1974. P. 04.

dessa transição de modelos políticos, apesar do governador estar claramente ligado ao partido de apoio ao governo.

Para ilustrar este momento de transição é relevante comentar que um ano antes, o presidente Ernesto Geisel herdou, nos meses finais de 1973, alguns problemas cruciais que definiram a trajetória do seu governo. Economicamente, a crise energética decorrente dos conflitos entre palestinos e Israelenses neste ano aumentou consideravelmente o preço do barril de petróleo, revelando a necessidade de um investimento mais consistente nas Estatais nacionais em busca da autossuficiência energética¹⁷³. Paralelamente, o já comentado “milagre econômico” anunciava que um método de crescimento desenfreado também possuía, na mesma intensidade, um corpo frágil e de decadência prévia.

Além desses problemas mais claros de ordem nacional e internacional, é possível constatar que para a região norte, os acontecimentos em Xambioá-Marabá, localizada ao norte de Goiás e sudeste do Pará, decorrentes do que conhecemos hoje como “guerrilha do Araguaia”, também trouxeram uma péssima imagem política ao governo sucessor. Caso ainda cheio de lacunas, acredita-se que mais de 60 militantes do PC do B foram torturados e, depois de mortos, queimados em meio à região da Serra das Andorinhas - GO. Em outubro de 1973, os militares começaram sua terceira ofensiva contra a guerrilha. Segundo a matéria da revista *Veja*¹⁷⁴ de 13 de outubro de 1993, cerca de 250 homens do Exército e da Aeronáutica enfrentaram cerca de 60 guerrilheiros. A expedição terminou em janeiro de 1975, com a eliminação completa da guerrilha. Durante os acontecimentos em Xambioá, era ministro do Exército no governo Médici o general Orlando Geisel, irmão mais velho do presidente sucessor.

A operação foi comandada pelo general Milton Tavares, tendo a confiança absoluta do ministro, que por sua vez tinha a mesma relação com o presidente Emílio Médici. Ernesto Geisel, talvez preocupado com o abalo sofrido na imagem do seu emergente governo, foi um dos poucos presidentes a abordar o assunto em público. Segundo a mesma edição, na mensagem enviada ao congresso em 1975, o presidente quebrou o silêncio oficial a respeito. Admitiu que houveram tentativas de organizar bases de guerrilheiros no interior “*desprotegido e distante*” e que foram todas completamente reduzidas. A reportagem finaliza comentando que, houve uma comissão no Congresso

¹⁷³ GRAFF, Marília G. *A propaganda de lá pra cá*. Marília G. Graff, São Paulo: IBRASA, 2003. P. 107.

¹⁷⁴ VEJA. Revista. 13 de outubro de 1993. Reportagem de Rinaldo Gama.

que apesar de oficial não chegou à conclusão alguma, e que o assunto nunca “*logrou romper o mutismo dos militares*”.

O caso em Xambioá vem contribuir junto a um crescente conjunto de olhares que começaram a direcionar-se contra o governo Militar no início dos anos 70. Importante notar que a reportagem citada, produzida quase vinte anos depois dos acontecimentos, traz, além de um conteúdo bastante pessoal dos fatos, um claro posicionamento político da revista contra esse modelo de regime. Apesar de ser editada entre os primeiros anos de liberdade de imprensa, é importante considerar que a fonte traz dois importantes fatos para esta pesquisa: *O mutismo da comunidade militar e a tentativa de Geisel expor, nos primeiros anos do seu mandato, uma questão que só ganhará visibilidade popular depois de uma década, em virtude da liberdade de imprensa.*

É possível notar que, assim como todos os demais órgãos de Imprensa pelo Brasil, o A CRÍTICA começava a expressar um comportamento político diferente, visando não combater o governo que o tanto beneficiara, mas estabelecer seu posicionamento contra o sistema de censura e controle de informações. Sua mudança de olhar parece corresponder mais a uma adaptação cuidadosa do que a uma crítica geral ao modelo de Estado. A nomeação de Henocho Reis ao governo talvez fosse a condição política necessária para iniciar este projeto. Novamente é possível observar a extrema capacidade de adaptação do seu diretor, Humberto Calderaro, aberto a remodelar o formato do discurso de acordo com as ofertas e demandas do contexto.

Indícios dessa necessidade de um novo comportamento político, historicamente Ernesto Geisel teve como desafio inicial equilibrar as disputas internas pelo poder entre “*linhas duras*” e “*Sorbonnes*”, respectivamente as alas radical e moderada dentro do governo Militar. O governo Geisel iniciou em uma conjuntura política bastante complexa, onde o AI-5 já se apresentava como um instrumento em certo desgaste. Naturalmente tornava-se difícil manter um discurso de “*intervenção em nome da democracia*” quando ele não parece mais responder as expectativas daqueles que o sustentavam em 1968. Ao mesmo tempo, a situação econômica e social do país, naqueles anos de “*milagre econômico*”, evidenciava claramente nas “*prateleiras dos supermercados*” a falência deste projeto.

Geisel deveria aplicar assim o primeiro passo de uma política que, teoricamente, já estava prevista desde o governo Castelo Branco, que era entregar o poder às lideranças

civis após a intervenção. O projeto deste “regime”, palavra que em regra estabelece uma maneira de viver, deveria ser de caráter temporário. A resposta sobre os motivos desse prolongamento talvez esteja, sob olhar dessa pesquisa, na visão de aceitar uma possível articulação política, fortalecida entre governadores, igreja, empresários e sociedade, e entrelaçada sobre um projeto de vida comum, interessante à maioria desses setores que administram as instituições sociais. Ou seja, enquanto foram úteis, os projetos do governo militar pareciam responder muito bem às expectativas das instituições de influência social. Na medida em que o abuso de poder se tornou explícito, como, por exemplo, no caso do “suicídio” do Jornalista Wladimir Herzog, e a crise econômica já apontava para a necessidade de um fortalecimento do projeto neoliberal (em virtude do impacto da globalização no mercado), era hora de passar o bastão para novos “ditadores”, mais camuflados, apesar de tão arbitrários quanto. Sendo assim, a transição, nos meses finais de 1973, parecia ser inevitável, cabendo então ao novo governo o papel de amenizar a tensão exercida pelas Instituições.

Importante ressaltar que o fato de estar participando da abertura política e social do país não carrega necessariamente o status de que Henocho Reis lutou contra a ditadura. Ele parece ser uma peça importante dentro deste jogo político, conspirando a favor do projeto de “distensão” e colaborando junto ao congresso, sem as discordâncias internas que envolviam o ARENA estadual. Talvez seja possível visualizar melhor esse desígnio a partir de uma publicação¹⁷⁵ onde comenta sobre seus planos e metas para o governo de 1975, deixando registrado a importância das eleições de novembro 1974 para o presidente Ernesto Geisel, que em discurso afirmou seu empenho em envidar *sinceros esforços para o gradual, mas seguro, “aperfeiçoamento Democrático”*. Nas palavras do próprio governador, a postura de Ernesto Geisel buscava viabilizar o regime numa tessitura constitucional:

Daí o apelo que sua Excelência formula à imaginação criadora dos políticos com o objetivo evidente de uma convocação para colaborar e participar de um desígnio comum a todos nós, que é o erguimento de um país digno de seu povo generoso... Além dos deveres que ligam os parlamentares com seus eleitores e com os Estados que representam, sobreleva o compromisso de, no âmbito da competência constitucional específica, participar dos atos do governo, oferecendo, ao processo de desenvolvimento político, contribuições

¹⁷⁵ REIS, Henocho da Silva. *Discursos e metas no governo do Amazonas 1975-1976*. Henocho da Silva Reis. Manaus. Imprensa Oficial. 1978.

a grande tarefa de reorganização da democracia nacional, para evitar aquilo que Sua Excelência chama de “nítido descompasso entre realidade política e o acelerado desenvolvimento econômico”.¹⁷⁶

Diante desta exposição, devemos atentar que até mesmo o termo “abertura” deve ser visto com cautela, pois deve se questionar para quem este modelo de país foi aberto. Quanto a Ernesto Geisel, seu projeto de distensão política também não pode ser encarado com uma perspectiva contrária a ditadura. Sua visão política parece mais estratégica no sentido de moralizar a Instituição militar, que desde 1964, observava uma sequência de golpes e conspirações internas. Para muitos militares, em depoimento ao documentário¹⁷⁷ “O dia que durou 21 anos”, a partir da instalação do AI-5, os princípios que ainda sustentavam os apoiadores do regime foram sendo desfigurados, ganhando contornos que em nada se assemelhavam com os princípios da revolução de 1º de abril. Para Geisel, talvez fosse tempo de iniciar um trabalho de salvação institucional das forças armadas, conduzindo um processo de abertura política que seria inevitável. Talvez fosse melhor conduzir o processo do que ser “engolido” por ele, acertando “seu passo descompassado” rumo a uma transição de poder que soasse mais como entrega do que como expulsão.

Sendo assim, Henoch Reis entra neste jogo com o papel de articular, dentro dos limites, esse projeto de abertura política e social para o Estado do Amazonas. Para realizar plenamente este programa seria importante que ele conquistasse o apoio político da maioria dos deputados e senadores após esta eleição de 15 de novembro. Entretanto, o resultado irônico que prejudicou, em parte, a voz totalitária do novo governo, será o tema do tópico a seguir. O estudo de suas conexões pode revelar elementos do imaginário social da cidade, nos permitindo uma leitura mais rica não apenas sobre o episódio eleitoral, mas sobre determinados valores em circulação.

¹⁷⁶ REIS, Henoch da Silva. *Discursos e metas no governo do Amazonas 1975-1976*. Op. Cit. P. 48.

¹⁷⁷ Documentário “O dia que durou 21 anos”. Coprodução: TV Brasil e Pequi filmes. Direção: Camilo Tavares. Roteiro: Flávio Tavares e Camilo Tavares. 2011.

3.3 Preparativos para a eleição. Uma imagem do riso em circulação.

Fig. 09¹⁷⁸



Tem perigo não rapaz. O moço aqui não é vira casaca não! É um idealista!

Anexo 1: Convido a dona de casa para comparecer as suas poltronas para assistirem o Sr. Malafaia comer 1.700 boi e os 270 pacientes do H.G.V. comer 3 saborosas galinha.

MOBRAL au au au...

Faltando pouco mais de um mês para a eleição, Miranda continuou lançando seus trabalhos, retratando, à seu modo, os efeitos desta eleição junto a população da cidade de Manaus. Novamente observamos sua assinatura criticando a questão do comportamento dos candidatos e a necessidade até de um auxílio do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), na forma e conteúdo dos seus discursos. Em relação a este último termo, que diz respeito a uma política pública do contexto, para Suzeley Kalil Mathias, o MOBRAL, ao reelaborar noções anteriormente apresentadas, como, por exemplo, o PNA (Plano Nacional de Alfabetização, sistema Paulo Freire), baseou-se fortemente na educação como funcionalidade estritamente econômica, apontando caminhos de inserção ao adulto alfabetizado dentro da organização social estabelecida¹⁷⁹. Contudo, grande parte da postura pedagógica deste plano servia muito mais para instrumentalizar o sujeito ao mercado de trabalho do que para lhe fornecer ferramentas para encontrar na leitura um caminho de crescimento pessoal. Sem o sucesso esperado, este projeto ganhou críticas e o termo foi vulgarizado, sendo utilizado assim para indicar, em muitos casos, um indivíduo “ignorante” que necessitava das primeiras noções de alfabetização.

¹⁷⁸ Fonte: Jornal A CRÍTICA, 10 de outubro de 1974. P. 04.

¹⁷⁹ MATHIAS, Suzeley Kalil. *A militarização da burocracia: A participação militar na administração federal das comunicações e da educação, 1963 – 1990*. Suzeley Kalil Mathias. – São Paulo: Editora UNESP, 2004. P. 176.

Mas a figura 09 ainda propõe outra suposição: O diálogo apresentado entre os personagens pode revelar um pouco mais sobre a ambiência política deste mês que antecede a eleição. A discussão sobre o posicionamento do candidato “emedebista” talvez revele não apenas uma simples “traição” ao partido político de oposição.

A necessidade de sustentar o posicionamento “Idealista” do candidato na charge e o uso desta situação como um tema cômico torna possível algumas leituras: A princípio, observa-se que o imaginário do confronto político entre os partidos já obtém certa dificuldade em ser visualizado de forma distinta. O candidato na charge, possivelmente representando o papel de “uma covarde galinha” registra talvez, na charge de Miranda, a imagem de certa descrença ou insatisfação diante de políticos que não conseguem mais ser definidos por seu posicionamento ideológico. Segundo é possível deduzir na charge, os candidatos neste momento não parecem possuir perfis definidos, o que tornou questionável, para além dos ideais políticos e partidários, o seu perfil ético e moral. Por outro lado, podemos também fazer a leitura de que o Jornal desenvolvia uma clara campanha a favor do partido ARENA, utilizando-se do princípio de “Idealismo” arenista enquanto valor de identidade, desmoralizando assim aqueles que, de certa forma, em “nada acreditavam”.

Fig. 10¹⁸⁰



Ele não tem vez. O que fez já foi demais... (documentos)

Anexo 1: Votem em mim. Mereço ser eleito pelo sacrifício. Fazem 2 meses que não como e dois anos não visito meus amigos de infância, mas prometo que estarei na rua Izabel antes do dia 15 de novembro.

Voltamos então à análise destes objetos. À direita, mais um perfil de candidato bem reconhecível em qualquer processo eleitoral: *O coitado*. Apelando para sua condição social, o personagem faminto (a ponto de estar esquelético) ainda torna possível a leitura instantânea de que o mais importante na conquista é *utilizar do cargo público para fins*

¹⁸⁰ Fonte: Jornal A CRÍTICA, 11 de outubro de 1974. P. 04

peçoais. Como comentado, é possível que tais perfis remetesse não apenas um candidato específico, mas a um modelo de campanha política que encontrou no humor de Miranda um espaço “autorizado”¹⁸¹ para se auto revelar em formato de piada, mas que posteriormente deveria ser, dentro da vida séria, respeitado e tratado com o devido costume.

À esquerda nos temos um caso especial. Possivelmente Miranda utilizou nesta charge a denúncia que envolvia o deputado impugnado Fábio Lucena e o prefeito Frank Lima, lançada no dia 10 de outubro e já comentada em outro momento desta pesquisa. É possível também deduzir que esta mensagem aplicada seja a musica do cantor e compositor Tom Jobim “*O morro não tem vez*”. A alusão ao deputado geralmente foi ressaltada por Miranda através do clássico bigode¹⁸², porém a referência fica mais evidente no detalhe do porrete, onde se lê “documentos”, que levantados pelo político visavam desmoralizar e destituir publicamente do cargo o prefeito Frank Lima dentro desta ambiência política.

Em relação a esta fusão que envolve uma estrutura de charge com aspectos caricaturados, como no caso de Lucena, o deputado impugnado, Joaquim Fonseca¹⁸³ comenta uma oposição importante que define, em muitos casos, o trabalho de Miranda: *A diferença entre Caricaturista, desenhista e chargista*. Para o autor, na medida em que o Caricaturista desnuda o personagem, acentua seus defeitos e mostra ao público o que eles deveriam ver, o Desenhista representa apenas ideias e aspectos superficiais, atenuando defeitos e mostrando, de certa forma, ao cliente, apenas o que ele quer ver. Já o Chargista, apesar de não atentar-se com rigor a detalhes, prioriza antes de tudo a informação em detrimento ao personagem, como uma espécie de comentário social velado a ironia e

¹⁸¹ BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na idade média e no renascimento; o contexto de François Rabelais*. Tradução de Yara Frateschi Vieira – São Paulo: HUCITEC (Brasília): Editora da universidade de Brasília. 1987. O termo é aplicado no sentido composto por Mikhail Bakhtin, onde o humor, através da comicidade, nos permite tocar em assuntos que, no campo da seriedade, não seria tão agradáveis de por em discussão. O espaço do humor desautoriza, por um determinado tempo, alguns temas da vida séria, desde que em seguida haja um retorno do mundo grotesco. Para Bakhtin, na medida em que a igreja permitia a celebração de eventos como o Carnaval, um dos seus objetivos com tal autorização estaria em reafirmar seu poder diante das ordens sociais.

¹⁸² Vale registrar que a caricatura de Fabio Lucena sofreu alterações ao longo do desenvolvimento do traço de Miranda. Nas eleições de 1978 ele já aparece mais franzino e com o bigode em extrema evidencia. Nesta charge o que me permite supor esta hipótese está na congregação entre elementos e fatos.

¹⁸³ FONSECA, Joaquim. *Caricatura, a imagem gráfica do humor*. Porto Alegre, Artes e Ofícios, 1999.

sarcasmo. Assim, apesar de oficialmente enquadrado como “Desenhista” pela CLT¹⁸⁴, é possível observar que Miranda comporta-se, através de seu trabalho, mais como chargista, embora, em muitos casos, possuísse a liberdade de “caminhar pelas veredas” dos outros estilos artísticos.

Antes de levantarmos novamente o contexto, é importante situarmos na charge alguns índices que ela apresenta. Um dos métodos mais utilizados pelos humoristas em seus trabalhos consiste na técnica dos estereótipos, o que necessariamente faz uso da memória para assim estabelecer uma compreensão coletiva. O historiador Elias Thomé Saliba, comenta em seu trabalho que:

Para chegar aos estereótipos sugeridos pela anedota é necessária uma concentração de significados históricos acumulados numa redução na qual todos, ao final, venham a se reconhecer. A compreensão decorre de um acordo prévio da memória coletiva, que sintetiza todo o efeito da representação nas rápidas simplificações da anedota¹⁸⁵.

Pelo tipo de mensagem quase que instantânea, charges ou as caricaturas possuem essa característica de sintetizar a informação ao ponto em que o leitores pertinentes a notícia compartilhem, quase que de imediato, os significados iconológicos do objeto risível¹⁸⁶. Determinados objetos, roupas, atitudes, podem com o tempo, tornarem-se temas humorísticos desde que sejam reforçados e reproduzidos constantemente em suas representações. Um bom exemplo pode ser observado na postura da mulher, que por muito tempo serviu de tema cômico para espaços que remetiam a sensibilidade e fraqueza. Atualmente, em virtude do impacto das revoluções sexuais, este tipo de piada vem perdendo seu poder enquanto tema. Entretanto, na mesma medida, outros objetos humorísticos vêm surgindo de acordo com o seu contexto, o que nos permite estudá-los enquanto fenômeno social, localizado em seu espaço e tempo.

¹⁸⁴ Carteira de trabalho do Chargista. Acervo pessoal.

¹⁸⁵ SALIBA, Elias Thomé. Raízes do riso : A representação humorística nas história brasileira : da Belle Epoque aos primeiros tempos do rádio / Elias Thomé Saliba. – São Paulo : Companhia das Letras, 2002.

¹⁸⁶ SILVA, Marcos A. *Caricata República: Zé Povo e o Brasil*. O argumento de que as charges atingem a todos os espaços iletrados é bastante visível em alguns trabalhos que utilizam desta perspectiva do humor visual. Entretanto, o historiador Marcos Silva comenta em sua obra que nem todo tipo de charge é possível de leitura aos analfabetos e iletrados. O riso é racional, ele tem um espaço, um tempo e uma circunstância. Generalizar sua interpretação é diminuir seu valor enquanto linguagem potencial.

Por fim, outro ponto que chamou bastante atenção na figura 10 encontra-se no uso do porrete enquanto instrumento moral. Na charge, Fabio Lucena ataca a prefeitura com um objeto que foi símbolo de ordem dentro desse contexto. Ao invés de lutar com seus “documentos”, legalmente, a imagem dessa ferramenta justifica em parte o seu valor ético diante do contexto desta geração. A ironia entre direito e força pode explicitar uma condição de ambiência em que os leitores talvez se identificassem e, na mesma medida, compartilhassem dessa mesma piada, revelando assim um possível modelo de riso trágico comum.

Fig. 11¹⁸⁷



- Soube agora que o “rebu” foi de tal jeito na Câmara Municipal que quando acabou a cena só faltou o pessoal ir pra porta esperar o aparecimento do Zorro...

Anexo 1: Como é, ninguém diz nada da nova lei do silêncio na Câmara do Vereadores?

De antemão, vale adiantar um incidente que estabeleceu um intervalo de produção. Entre dia 14 e 25 de outubro de 1974, Miranda viajou para o Rio de Janeiro em virtude de complicações de saúde, referentes à enfermidade de sua esposa. Internada no hospital central do Exército, Miranda retornou ao periódico apenas no dia 25 de outubro¹⁸⁸.

¹⁸⁷ Fonte: Jornal A CRÍTICA, 27 de outubro de 1974, P. 04.

¹⁸⁸ Fonte: Jornal A CRÍTICA, 25 de outubro de 1974. P. 01. O *bom dia leitor*, coluna diária do jornal, publicou neste dia a seguinte nota: Você deve ter sentido falta, durante algumas semanas do nosso caricaturista Miranda. E nós também sentimos. Bom amigo, bom companheiro, bom caráter e, sobretudo, bom esposo e bom chefe de família. Miranda estava no Rio de Janeiro, onde foi levar sua esposa, vítima de pertinaz enfermidade. Ela não pode voltar e lá ficou internada no hospital central do Exército... Chargistas como poucos nesse país, elogiado em todas as capitais onde este jornal chega, por jornalistas e cartunistas, Miranda – apesar da desgraça que abateu sobre seu lar – não perdeu o senso de humor que se revelava num estilo só seu. Sabemos que para você, leitor, é uma satisfação tê-lo de volta. Para nós do Jornal, que sentíamos a falta do seu convívio, a alegria - fique certo – é dobrada, pois, não apenas a charge, mas, sobretudo, a personalidade de Miranda nos acompanha. O até amanhã do seu editor chefe.

Entretanto, uma expressão nesta figura 11 chamou de imediato à atenção. A palavra “rebu” pode ser interpretada popularmente como sinônimo de “confusão” ou “Briga” e devia estar certamente ligada às mesmas discordâncias ocorridas na Câmara Municipal durante este processo eleitoral.

Outra interpretação equivalente pode estar relacionada à novela da rede globo “O Rebu”, escrita por Bráulio Pedroso e dirigida por Walter Avancini, que estreou exatamente em novembro de 1974, e ia ao ar às 22 horas. Importante citar que esta novela foi a primeira a abordar a questão da homossexualidade na televisão, o que certamente gerou vários temas de chacota em virtude do castigo provocado aos costumes de época. A novela foi censurada e compactada em 85 capítulos¹⁸⁹.

Diante da polêmica, é possível que o conteúdo tenha popularizado o termo sob o sentido de “confusão”, a ponto de favorecer Miranda junto as suas publicações. Vale lembrar também que a charge data de 27 de outubro, e faltava pouco mais de duas semanas para o evento. O controle sobre a informação circulada nesse mês parece ter sido reforçado, tanto que neste mesmo dia Fabio Lucena foi alertado pelo TRE que haveria um corte abrupto na transmissão caso seu discurso, exibido às 10 horas da noite, seguisse um direcionamento “indecoroso”¹⁹⁰.

Poucos dias antes da publicação desta charge, o jornal A CRÍTICA registrou no seu editorial do dia 13 outubro, intitulado como “Inelegibilidades”, uma discussão sobre os critérios que deveriam nortear a submissão dos cargos representativos. Confira rapidamente um trecho:

O problema das casas de representatividade política tem ensejado pronunciamentos controversos e ainda está longe de chegar a um denominador comum. Há muita gente que advoga a prestação de exames pelos que pleiteiam representar o povo, nas casas legislativas. Isso - alegam os defensores da providencia - garantiria somente os instruídos à ascensão aos postos eletivos. Contra argumentam os que reprovam a ideia, dizendo que significativa faixa da população brasileira é analfabeta e nem por isso deve estar alheia aos debates que tem lugar nas câmaras e assembleias. Perderia-se muito do conteúdo democrático que deve presidir a composição de nossas

¹⁸⁹ <http://memoriaglobo.globo.com>. O site fornece dados sobre o programa, incluindo informações sobre os temas abordados e atores participantes do elenco.

¹⁹⁰ Fonte: Jornal A CRÍTICA, 27 de outubro de 1974. P. 01

instituições legislativas” Outros há que, desencantados com o volume de tolices discutidas e o absurdo de certas proposições e discussões desejam a submissão dos candidatos, antes mesmo da sua inscrição definitiva nas chapas eleitorais, a testes psicotécnicos. Só assim – afirmam os defensores deste ponto de vista – se evitaria que verdadeiras loucuras fossem cometidas em nome de um mandato popular¹⁹¹.

Podemos fazer algumas leituras sobre esse breve levantamento textual. As piadas sobre a necessidade do MOBREAL junto aos discursos parlamentares parecem estar em forte circulação, obtendo uma aceitação popular que só comprova em parte a dimensão do seu alcance. Em vários editoriais e charges, o projeto MOBREAL é citado como um termo de conotação cômica, o que permite supor, além do nível de descrédito em relação à política educacional dos governos militares, a visão de incompetência que os candidatos construíram ao longo deste processo eleitoral.

Novamente é possível observar os efeitos causados pela televisão junto à formação da opinião pública neste pleito. Como comentado, a permissão de debates políticos entre os partidos proporcionou uma nova forma de analisar a política local, mesmo que, de certa forma, ela não atingisse a todos os seguimentos sociais em virtude do acesso dispendioso que caracterizava este meio de comunicação na época. Entretanto, é possível tatear seus efeitos através dos conteúdos editoriais e dos temas regularmente utilizados por Miranda, nos fornecendo indícios para imaginar seus efeitos diante da sociedade.

A partir daquele pleito, o comportamento, para além do discurso, pôde ser avaliado de forma diferente, proporcionando caricaturas que nem sempre foram construídas por Miranda. É bem provável que o chargista tenha exercido seu talento a favor apenas de personificar a imagem cômica daqueles que já habitavam a mentalidade política destes leitores, em parte eleitores. Assim, podemos deduzir que estas piadas não nasceram com Miranda. Elas apenas ganharam forma, proporcionando assim uma relação de identificação que permitiu, ou não, o riso coletivo.

Além do “rebu-liço” presente na charge, a “lei do silêncio” que Miranda reporta também remete a demanda de um regimento interno que emergiu contra a possível falta

¹⁹¹ Fonte: Jornal A CRÍTICA. 13 de outubro de 1974. P. 04

de decoro e compostura dos candidatos nos debates. Como comentado, o TRE numa reunião do dia 26 de outubro, decidiu controlar o conteúdo do pronunciamento de Fábio Lucena, porta voz do MDB, e que foi ao ar no dia seguinte. Segundo a matéria publicou, qualquer excesso levaria a um corte abrupto da transmissão, o que não ocorreu¹⁹². A partir dessa situação, podemos deduzir que até aquele momento, a exigência de controle não parecia ser uma necessidade, porém quanto mais próximo da eleição, mais dura e exigente a legislação eleitoral começou a se apresentar.

Assim, na medida em que trouxeram o “comício da rua para alguns lares”, novas práticas políticas foram elaboradas, reciclando assim os velhos discursos e posturas que não se coadunavam a este novo estágio da publicidade política em Manaus. Como já comentado, Miranda, neste contexto, parece ter apenas a sensibilidade de sintetizar em formado de charge um objeto cômico que, provavelmente, já estava caricaturado por seu público. Em relação a esta perspectiva, Herman Lima argumentou que não é a caricatura que torna os homens ridículos. *Eles são ridículos por si mesmo*, e quando de fato o são, não há força que os livres disso¹⁹³. Se todos riram desta charge? Esta talvez não seja a melhor questão. Mas me preocupa saber: Quem deveria rir e, sobretudo, porque riria?

Fig. 12¹⁹⁴



(Camara dos vereadores)

- Ei Damião houve briga?

- Que briga?

(SESEG – Secretaria de Segurança)

- ...

Anexo 1: Abração lá pro presidente Limongi, na clinica São Lucas... Se recuperando. Sai

Na charge (Fig. 12) a Secretaria de Segurança Pública SESEG, personificada em um funcionário, observa a duvidosa fraternidade entre os dois vereadores. Antes dessa publicação, no dia 5 de novembro de 1974, a disputa interna entre os candidatos

¹⁹² Fonte: Jornal A CRÍTICA, 27 de outubro de 1974. P. 01.

¹⁹³ LIMA, Herman. História da Caricatura no Brasil. 3 vols. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963.

¹⁹⁴ Fonte: Jornal A CRÍTICA, 7 de novembro de 1974, P. 04

“chargeados” chegou a um estado de absurdo, a ponto de ganhar notícia de capa. Na matéria comentou-se que:

O Procurador geral da Justiça, Sr. João dos Santos Pereira enviou ofício à secretaria de Segurança pública determinando inquérito policial para apurar responsabilidades no incidente entre os Vereadores Damião Ribeiro (MDB) e Vinícius Conrado (ARENA). O procurador da justiça quer que um delegado especial seja designado para presidir o inquérito, em face de seu caráter político e porque os dois implicados estavam no seu exercício de mandatos de vereadores¹⁹⁵.

O editorial deste dia, intitulado como “Lugar na História” fez críticas contundentes sobre o episódio ocorrido no dia 31 de outubro de 1974. Antes de tecer os comentários, talvez seja importante visualizar a opinião do jornal em relação ao ocorrido e fazer rápidos comentários a fim de revelar a pertinência desta publicação:

Repetiram-se no plenário da Câmara, na última quinta-feira, os mesmos vergonhosos episódios que, dias antes mostraram à cidade a face execranda de alguns vereadores que se dizem com o direito de representar a coletividade de Manaus.

Como já discutido, a face política dos candidatos a representante público do Estado ganhou novos contornos a ponto de fornecer novas abordagens sobre os mesmos perfis políticos de outrora. Apesar do jornal estabelecer seus posicionamentos, devemos atentar aos indícios latentes a fonte, relativos aos efeitos causados pelos meios de comunicação junto a formação da opinião pública neste pleito. A matéria continuava comentando que:

Novamente os protagonistas das cenas deprimentes primaram por oferecer espetáculo que corrói a dignidade das casas legislativas muito mais que ameaças urdidas permanentemente pelos beneficiários do esvaziamento político nacional. Incapazes de manterem-se serenos, impossibilitados por suas próprias limitações intelectuais e morais de conduzir com altivez qualquer debate, devotados inteiramente a defesa de homens mais que de

¹⁹⁵ Fonte: Jornal A CRÍTICA, 5 de novembro de 1974. Pag. 01.

ideias, empenhados abertamente na dura luta de solidificar posições pessoais, ao invés de autenticamente representar interesses coletivos – dois vereadores transformaram em prostíbulo da pior classe uma assembleia contra qual julgam já não bastar o propósito deliberado de certos setores que tudo tem feito para impedir que a voz do povo, ainda que débil, encontre uma tribuna onde possa se expressar. Até supostas preferências sexuais e vergonhosa prática de atos lesivos aos cofres públicos foram suscitadas pelos dois vereadores, que não tem mãos e palavras a medir, se se trata de lançar lama contra uma instituição que teima em sobreviver, quando facilmente se identifica interesse sem precedentes no sentido de torná-la inócua.

Pode-se perceber que até mesmo a sexualidade, tema em grande discussão na época, foi levada ao espaço eleitoral nesta briga envolvendo os dois candidatos. Julgar se esta eleição teve ou não um nível ético inferior às demais seria de difícil alcance. Entretanto, podemos supor, a partir do que as fontes permitem deduzir, que se não foi a pior nestes termos, foi, dentro do regime militar em Manaus, aquela que ganhou maior dimensão e difusão até aquele instante. Merecendo então registro em virtude dos fenômenos que a compõe, o editorial conclui:

A história política do Amazonas há de ser escrita um dia, e nas páginas que nossos pósteros lerão não hão de faltar às contradições que se traduzem na extrema tolerância para com atos como que alguns vereadores fazem questão de protagonizar, enquanto talentos brilhantes se veem impedidos sequer de participar de um pleito político. Os que nos sucederão ficarão perplexos diante do quadro que os historiadores lhe mostrarão, colocando lado a lado fatos que demonstram uma tendência à desmoralização da atividade política e políticos fracassados concorrendo para o fracasso das próprias instituições que, até por dever, deveriam empenhar-se em manter imaculadas¹⁹⁶.

Diante do que foi exposto no editorial estudado, o caso envolvendo os vereadores do MDB e ARENA aponta mais uma vez para o termômetro interno dos candidatos. Nesta charge, deduz-se ainda que apesar de apresentar os dois vereadores, é

¹⁹⁶ Fonte: Jornal A CRÍTICA, 5 de novembro de 1974. P. 04

possível questionar o motivo de estar citado apenas o nome do candidato da oposição? Por que é Damião Ribeiro aquele que tem o papel de mentir para o Estado (Personalizado em SESEG)? Simples curiosidade que deixa no ar perguntas, mensagens ou uma clara resposta, dependendo de quem ri ou não.

Fig. 13¹⁹⁷



... E eu amanhã trarei provas de que o candidato do lado de lá, não é filho da mãe dele...

- Quêêê!?

Anexo 1: Abração pro meu amigo, engenheiro Maués lá na SEDAM. Tchaurs.

Na medida em que se aproximam as eleições de novembro, o nível dos discursos proferidos pelos candidatos só parece declinar, segundo é possível observar nos ícones e textos da charge a cima. Novamente é possível observar a função da televisão enquanto objeto formador de opinião, na medida em que se projeta para fora do meio de comunicação. Entretanto, mais do que discutir o tipo de revolta que o telespectador encontrou como entretenimento, talvez seja igualmente importante analisar o modelo de mensagem que esconde a expressão “*não é filho da mãe dele*”.

Uma leitura possível sobre essa expressão citada pode ser extraída através da importância dada a um conteúdo moral diante de temas que envolvem a representatividade pública. Reivindicar a história de cada candidato pode ser uma boa estratégia política dentro de um eleitorado formado por significativa quantidade de cristão católicos residentes na cidade. O passado, a família, o sobrenome, a origem, são valores de uma época que, apesar de não ser aplicável a todos, faz parte dos códigos de uma geração.

¹⁹⁷ Fonte: Jornal A CRÍTICA, 8 de novembro de 1974, P. 04.

Miranda utilizou nesta charge de certo eufemismo, filtrando moralmente os pronunciamentos dos candidatos que em tese perdiam o controle durante as transmissões. Se o candidato não foi gerado pela sua mãe, ele só podia ser um filho bastardo, resultante de uma relação sexual sem fins matrimoniais. Mesmo atenuando as palavras, a mensagem não deixa de fazer o jogo que caracteriza um dos sistemas do riso, e que no contraste revela no silêncio o que talvez eles realmente queriam dizer.

Em relação a este jogo oculto proposto pelo humor, um trecho recortado de um ensaio sobre dimensão lúdica do jogo, e que pode ser aplicado também ao riso, pode ser útil neste momento, auxiliando com outro ponto de vista o mesmo argumento:

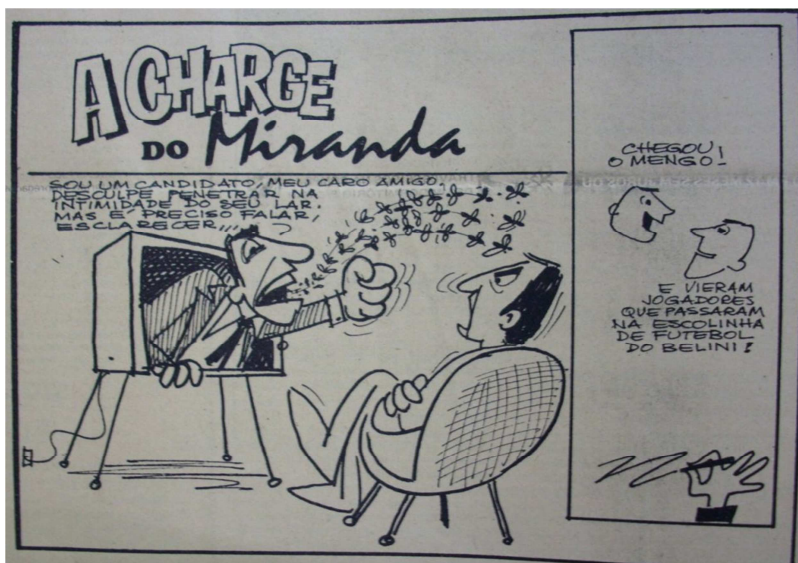
Posto isto, faz-se fundamental também dizer, à guisa de introdução, que só há jogo porque há jogadores que o significam como tal. Portanto, os sentidos, as representações que os jogadores atribuem a ele, considerando o contexto cultural e social na qual são gerados, aponta para a ideia de que quem joga sempre, em alguma medida, coloca-se em jogo frente a si e frente ao mundo. Jogar é dizer de maneira lúdica aquilo que só pode ser dito através do discurso não verbal em situações imaginárias. E como entendemos que o imaginário não é o oposto do real, mas o suporte mesmo da realidade, o ato de jogar revela subjetividade no presente e aponta pistas para o futuro.¹⁹⁸

Devemos destacar a importância de saber jogar com as palavras neste contexto de grande censura. Mais do que uma estratégia cômica, esta estratégia foi uma alternativa muito usual em tempos onde o SNI (Sistema Nacional de Informações) obtinha os critérios de quem devia ou não expor a sua opinião. Este, inclusive nasceu como uma medida de defesa interna, visto que os Militares temiam que houvesse novamente as mesmas conspirações que ocorreram contra o presidente João Goulart antes do golpe¹⁹⁹. Na charge a seguir, os ícones que compõem a estrutura da charge também nos permitem imaginar o tipo de conteúdo que compartilhou os pronunciamentos de determinados candidatos que, no desespero, pareciam apelar para as mais decadentes estratégias de convencimento.

¹⁹⁸ RETONDAR, Jeferson José Moebus. *Teoria do jogo: A dimensão lúdica da existência humana* / Jeferson José Moebus Retondar. – Petropolis, RJ: Vozes, 2007. Página 12.

¹⁹⁹ ARAUJO, Maria Celina Soares; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Visões do Golpe*. Op. Cit.

Fig. 14²⁰⁰



- Sou um candidato, meu caro amigo. Desculpe penetrar na intimidade do seu lar. Mas é preciso falar, esclarecer...

Anexo 1: - Chegou o Mengão!

- E vieram jogadores que passaram na escolinha de futebol do Belini?

“*Quem fecha boca não entra mosca e não sai asneira*”. De uma maneira geral, os ditados populares podem ser vistos como expressões que atravessam os tempos aplicando exemplos morais, religiosos ou filosóficos. Nesta figura 14, a invasão do candidato no lar do eleitor também pode ser interpretada como certo intrometimento em assuntos que, aparentemente, já saíram da esfera pública. A asneira - enquanto qualidade do Asno (jumento) - se personificou nas moscas que saiam durante o discurso do candidato, que ao invadir a intimidade do telespectador, através da televisão, ultrapassava não apenas um limite físico, mas também um perímetro moral.

A reação do eleitor-telespectador nos leva a questionar se não haveria nesse momento certa resistência a um tipo de discurso em circularidade. Na figura 13, os sinais da charge apontam para uma possível audiência do público, na medida em que o telespectador se preocupa com conteúdo exposto. Ao observar as moscas direcionando-se para si, o personagem na figura 14 já demonstra um claro perfil de indignação, evidenciado pela postura, pela tensão e, sobretudo, pelos braços fechados, uma possível resposta ao nível de abertura que este teve para aquele tipo de comentário. Talvez seja possível deduzir que naquele momento, às vésperas da eleição, o conteúdo dos debates já estava em um grau de irrelevância, tornando-se um mero instrumento cômico, gerador de inúmeras piadas e que, diante de Miranda, ganhavam forma através de sua arte.

²⁰⁰ Fonte: Jornal A CRÍTICA, 9 de novembro de 1974, P. 04.

Fig. 15²⁰¹



- Ihhh... Mixou o papo. Lá vem aquele candidato!

Anexo 1: - Hoje tem reunião e a pauta é buraco

- Está bem, não esquece os baralhos

Neste momento, Miranda mudou de cenário. Os traços retangulares no pano de fundo da charge são uma constante, geralmente quando o chargista pretendia transferir o ambiente da mensagem para o âmbito urbano. Índices de uma possível verticalização da cidade estimulada após a implantação da Zona Franca de Manaus, vale novamente lembrar que o município durante a década de 70 tornou-se um polo de atração para grandes lojas e turistas que, seduzidos pelos incentivos fiscais proporcionados pelo Estado, buscavam na região uma zona de conforto diante da crise econômica que atravessava o país.

Saindo das invasões de privacidade do lar, neste momento, os personagens de Miranda partem em busca de novos eleitores. Faltando menos de uma semana para o evento, a charge divulgou além de um perfil de candidato pouco visto até este instante da pesquisa, um novo perfil de eleitor. O pedido de voto no terreno da urbe é uma estratégia bastante comum durante os momentos decisivos de qualquer tipo de eleição pública. Entretanto, é curioso perceber a alteração de espaço que Miranda fez até o final dessas publicações, procurando perceber os motivos que o levaram a executar essa mudança.

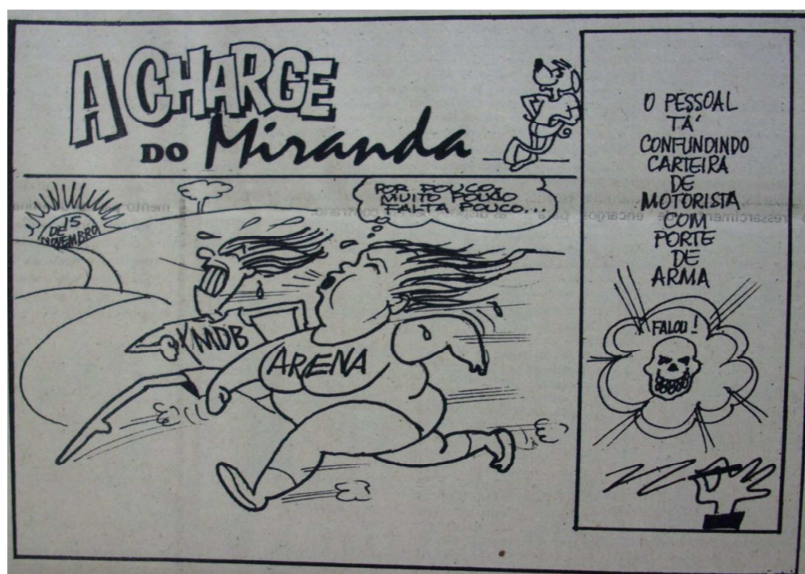
A partir desta charge, os temas passaram a ganhar a representação do espaço da opinião pública, emergindo dos eleitores desenhados um modelo de debate, agora feito em outra projeção. É possível que o pano de fundo urbano anuncie que aquele tipo de discussão, “rabiscado” em curtos traços, possui uma direção: *A cidade*. Na mesma medida, a resistência exposta no distanciamento dos eleitores divulga talvez que a

²⁰¹ Fonte: Jornal A CRÍTICA, 10 de novembro de 1974, P. 04.

imagem social dos candidatos esteja um pouco abalada, a ponto de ser risível que depois dos já divulgados escândalos ocorridos na câmara, estes procuravam reconstruir em nível pessoal o discurso que eles destruíram em mensagem pública.

No diálogo popular, ainda se observa que a resistência não é apenas em caráter de contato. O candidato não tem abertura para sequer ter conhecimento dos assuntos que permeiam a opinião dos eleitores. O perfil de desconfiança, em contraste com aquele que, por ter um cargo público, devia ser o detentor e representante da confiança de uma coletividade, transmite talvez um modelo de opinião em forte circulação.

Fig. 16²⁰²



(Dia 15 de novembro)

- (ARENA) Por pouco, muito pouco, falta pouco...

Anexo 1: O pessoal tá confundindo carteira de motorista com porte de arma.

Falou!

Para esta figura 17, torna-se necessário um breve comentário. Analisando o semi-simbolismo do corpo e o sentido nas histórias em quadrinhos, Antônio Vicente Pietroforte²⁰³ resgata um comentário de J. L Fiorin bastante pertinente a este estudo:

É muito comum que na iconografia do realismo socialista, os corpos dos capitalistas sejam gordos, enquanto o dos comunistas sejam esbeltos. Trata-se de opor os porcos capitalistas, que se locupletam com a exploração do trabalho alheio, aos homens que governam sua vida por uma certa ascese revolucionária.

²⁰² Fonte: Jornal A CRÍTICA, 13 de novembro de 1974, P. 04.

²⁰³ PIETROFORTE. Antonio Vicente. "Marcatti ao ataque" in Semiótica Visual: Os percussos do olhar. 2 ed. - São Paulo: Contexto, 2007.

Em temas relacionados à política bipartidária do Brasil, foi constante o uso por Miranda do elemento “corpulento”, geralmente feminino, para representar o partido militar ARENA. Na exibição da oposição, o MDB foi representado, em várias obras, através do corpo de um “homem esbelto”, que trajando um terno clássico revelava que posturas políticas distintas e diferentes projetos de nação exigiam também fisionomias contrastantes. Especificamente, nesta figura 17 temos na disputa os mesmos personagens, embora vestidos com roupas esportivas. O cão Valdik observa que esta corrida rumo às eleições do dia 15 de novembro parece estar bem acirrada, revelando ainda que a mulher gorda já demonstra cansaço e certo desgaste nestes momentos finais da disputa eleitoral.

Uma das características mais latentes de Miranda era a capacidade deste personalizar determinadas instituições. Como discutido no primeiro capítulo, antes de assumir a coluna da página 4 do jornal, o chargista foi responsável pelo material ilustrativo da página de esportes, onde geralmente os times de futebol da cidade de Manaus, curiosamente, não eram retratados a partir de seus escudos. Quase todos os clubes, pelo menos os mais famosos, eram codificados a partir da figura de alguns animais. Talvez o aspecto selvagem codificado - como, por exemplo, o “leão” do Nacional Futebol Clube ou o “galo” do Rio Negro F. C. - respondesse melhor a um tipo de público leitor que, ao adotar uma mascote, associava-se também a uma ideia.

No caso da política partidária não parece ser muito diferente. Entretanto o desenhista optou neste caso codificá-las a partir de figuras humanas. Suponho que as características que estabeleceram o contraste de cada um foram os modos como se comportavam ou como, politicamente, se posicionavam. Se no esporte as mascotes representavam símbolos de força (leão) ou agilidade (galo), na política a distinção através do comportamento também revelava divergências quanto ao modelo de sociedade.

É possível também que a mulher gorda e corpulenta represente, para Miranda, bem mais do que um partido. Ela representa o símbolo do Estado, forte, farto e conservador. Magro, moderno e esbelto, o MDB parece não ter a mesma força, embora sua agilidade já anunciasse que, faltando apenas dois dias para a eleição, a disputa pela corrida eleitoral poderia ter algumas surpresas. O partido de oposição tem nas charges de Miranda, as vésperas do evento, uma imagem social de real concorrência, visto que desde a instalação do regime, o sistema, na maioria das vezes, conseguia colocá-lo apenas como coadjuvante do processo.

Fig. 17²⁰⁴



- Eu não tenho mãe. Preciso do seu voto!

- Vote em mim! Eu tenho mãe

Anexo 1: Vote em quem é bom filho, bom marido e bom de bola...

Era véspera de eleição. O humor moral exibido neste trabalho traz juntamente com a disputa entre “os que têm, ou não, mãe”, a opinião do jornal ou, talvez, a do próprio Miranda. Na charge, o uso da criança como reforço de candidatura permite ainda uma suposição: Ante uma provável falta de estrutura publicitária do concorrente, o menino serve ao personagem, sobretudo, como uma ferramenta de valor moral, como uma justificativa de boa conduta, ou mesmo de boa família, dentro de um contexto onde o desquite e o divórcio foram temas de grande destaque pela imprensa local.

Podemos imaginar que em tempos de revolução cultural, o peso da família foi, para aquela geração que assistia os avanços da liberdade sexual, um requisito básico para a representatividade pública. Ser representante político de um setor social passava certamente pelo critério de defesa de um modelo de sociedade.

Outra suposição é pensar na superioridade publicitária dos candidatos “que não têm mãe”, visto que podiam estampar seu sorriso nos carros de som (o que ampliava certamente suas chances na eleição) em virtude das condições particulares ou apoios financeiros. Os concorrentes “menores”, nesta altura, parecem utilizar de todas as alternativas possíveis para a conquista da simpatia e aceitação dos eleitores. Evidenciando uma possível briga local entre os que têm ou não estrutura para desenvolver uma boa campanha política, Miranda, supostamente, deseja informar ao público que os “pesos e medidas” usados na balança eleitoral deveriam passar pelos valores familiares, o que talvez seja um índice de um valor em estado de decadência, ou

²⁰⁴ Fonte: Jornal A CRÍTICA, 14 de novembro de 1974, P. 04.

uma exposição clara de apoio ao partido que ia contra os projetos de divórcio, no caso o ARENA.

Em seu comentário “*vote em quem é bom filho, bom marido e bom de bola*”, podemos atentar ainda a visão de imparcialidade que Miranda toma as vésperas do evento. Diante deste dado, Vinicius Libel²⁰⁵ comenta em seu trabalho que esta característica define a charge humorística um valor histórico na mesma proporção que uma matéria jornalística, pois expõe de forma aberta um modelo de opinião que carrega consigo não apenas as ideias e preconceitos do autor, mas também toda a linha editorial do meio no qual ela é inserida.

Procurando não me estender mais do que o necessário, encerro aqui a exposição dos materiais relativos aos temas da publicidade política pré-eleição. Chegamos ao final do processo. A construção das imagens sobre os perfis dos candidatos já estava mais do formulada, e mesmo com todos os caricatos episódios, talvez oficialmente ainda se esperasse uma vitória do partido governista. As diferenças estruturais, os apelos morais e os escândalos na câmara foram temas em constante circulação, o que evidencia um possível panorama substancial dessas discussões. Mas afinal, como terminou esse processo eleitoral? E ainda: O que ele iniciou? Seguimos então adiante para o desfecho desse irônico episódio da história amazonense.

3.4 É tempo de eleição! Adaptação ou vitória da oposição?

Finalmente chegamos ao dia estabelecido desde o Ato Institucional nº 3 de 1967. Para os partidos locais, os últimos dias que antecederam este quinze de novembro foram bastante tensos. No dia 6, foram divulgados os nomes dos representantes que iriam, em cadeia local, defender seus diretórios políticos em um último debate público. Apesar da impugnação que lhes proibia de participar da eleição, a presença enquanto representante do partido era permitida, independente da posição. Assim, Transmitido em sinal de TV aberta, Fábio Lucena e Francisco Queiroz, ambos do MDB, ficariam frente a frente com os diretores do ARENA local, o governador Henocho Reis e o vice João Bosco, para então

²⁰⁵ LIBEL, Vinicius. *Humor, Propaganda e Persuasão: A charge e seu lugar na propaganda Nazista*. Vinicius Libel. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná. 2006.

discutirem suas propostas e projetos diante da população que tinha acesso a esse meio de comunicação.

Fig. 18²⁰⁶



Entretanto, desde o dia 8, Fábio Lucena insistia com o pedido de cassação, o que incluía a prisão do prefeito Frank Lima por crime de responsabilidade e infração político administrativa, a que se cominava pena variável entre três a um ano de detenção.

Segundo informou o Jornal A CRÍTICA²⁰⁷, o prefeito foi acusado por negar-se a fornecer à câmara a cópia de um relatório que a CODEAMA, Comissão de Desenvolvimento do Estado do Amazonas, teria feito sobre a situação do frigorífico municipal FRIGOMASSA. O documento encomendado pelo prefeito anterior Paulo Nery continha, segundo o vereador, fatos estarrecedores, suficientes para escandalizar o partido naquele mês de eleição.

Segundo a matéria expos, entregue a Frank Lima tão logo este assumiu o cargo de prefeito de Manaus, no dia 4 de junho de 1973, Fábio Lucena requereu que o chefe do executivo o encaminhasse à câmara, a fim de que os vereadores pudessem tomar conhecimento da realidade sobre o matadouro. Segundo Lucena, este insistiu várias vezes em seu pedido, mas o prefeito esquivou-se sempre de remeter o documento ao legislativo. A matéria comenta ainda que, segundo o vereador, o relatório da CODEAMA evidenciava que o prefeito estava protegendo os responsáveis pelo boicote de fornecimento de animais ao matadouro e pela consequente crise de carne que se verificou

²⁰⁶ Fonte: Jornal A CRÍTICA, 6 de novembro de 1974. P. 03. Título: Henocho e Bosco pelo ARENA, Fábio e Queiroz pelo MDB. Da esquerda para a direita: Henocho Reis, João Bosco, Fábio Lucena e Francisco Queiroz.

²⁰⁷ Fonte: Jornal A CRÍTICA, 8 de novembro de 1974. "Fábio Lucena pede na Câmara a prisão para Frank Lima". P. 03.

em Manaus durante o ano de 1974 e que inclusive foi tema humorístico de Miranda nos mês de março²⁰⁸.

No dia 12 de novembro, o A CRÍTICA publicou na primeira página de sua edição a matéria “*Fábio e Queiroz não falam na TV*”, curiosamente proibidos pelo próprio MDB²⁰⁹. A resenha da capa ainda comenta que por decisão do partido, Fabio Lucena e Francisco Queiroz seriam estrategicamente substituídos no debate por Evandro das Neves Carreira e Joel Ferreira, respectivamente candidatos ao Senado e a Câmara municipal. Diante da evolução dos acontecimentos, é no mínimo estranho o fato de emergir da oposição esse recuo às vésperas do evento público.

Mesmo que não fossem candidatos, pois estavam impugnados desde agosto de 1974²¹⁰, era possível que Fábio Lucena e Francisco Queiroz, segundo a opinião do Editorial do dia 13 de novembro, pudessem juntos angariar mais votos do que os candidatos Evandro Carreira e Joel Ferreira. O título deste editorial foi publicado como “*Frustração eleitoral*”, sendo no mínimo intrigante questionar, neste momento, quem realmente frustra quem? A população ou o jornal? Cabe então fazer uma breve análise sobre um recorte desta publicação:

O anúncio da presença de Fábio e Queiroz despertou na população de Manaus justificada expectativa, eis que ambos se viram impedidos de concorrer e ninguém duvida que tinham eleição garantida e por larga margem de votos. Quanto as razões que determinaram o impedimento de ambos, nada há a considerar, porque toda população acompanhou atenciosamente os acontecimentos, até a medida proibitiva final. O que intriga os eleitores, porém, é o cancelamento da fala de Fábio e Queiroz que todos tinham certeza, concorreria para angariar significativa soma de votos para os candidatos da legenda oposicionista. Por melhor que tenha sido a apresentação dos senhores Joel Ferreira e Evandro Carreira, no último dia de campanha, frente as câmeras, é indiscutível que não terão colhido o mesmo numero de votos que Fabio e Queiroz poderiam obter para seu partido. Menos porque faltem qualidades para os candidatos que encerraram a campanha do MDB, o momento se prestava muito mais ao pronunciamento dos dois ex-candidatos, não só pela expectativa reinante entre o eleitorado,

²⁰⁸ Ver página 40, capítulo I.

²⁰⁹ Fonte: Jornal A CRÍTICA, 12 de novembro de 1974. P. 01.

²¹⁰ Ver página 94. Ambos os políticos estavam proibidos de se candidatar nesta eleição em virtude da primeira acusação feita ao prefeito Frank Lima

como pelos fatos que culminaram com a eliminação de sua concorrência às eleições. Será muito difícil admitir que Evandro e Joel estiveram presentes em decorrência do seu desejo de assumir o estrelato. Afinal de contas, o primeiro depende do esforço de todos os demais políticos de seu partido, para alcançar resultados satisfatórios – mesmo que não consideremos válido incluir a possibilidade de ser eleito entre tais resultados. E o Sr. Joel Ferreira tem sua escolha assegurada graças a bem montada máquina de que dispõe, arregimentando votos no interior²¹¹.

Deduz-se junto às expressões adotadas no editorial que a possibilidade de vitória do MDB neste pleito era supostamente grande. Mesmo que levássemos em consideração o perfil narrativo do jornal que conduz a um claro apoio ao partido de sustentação do governo, percebeu-se que a citada existência desse forte apoio popular a Fábio Lucena, naquele contexto, também pode ser encarada como uma tendência de abertura aos temas que justificam o partido de oposição. Se o A CRÍTICA pode ser considerado como o jornal de maior circulação do Estado em 1974, seu encaminhamento ao público também nos fornece uma dimensão do seu alcance e influência. É possível que o momento estivesse mais favorável à oposição, e o Jornal, atravessando um momento de adaptação ao novo contexto emergente, concedia pequenos espaços àqueles que, possivelmente, teriam a capacidade de sustentá-lo em sua posição caso a política do governo fosse alterada. Novamente é perceptível que o A CRÍTICA possuía uma incrível habilidade de se situar com bastante cuidado entre os mais diversos contextos. Reitero que não podemos encará-lo como um jornal contra a ditadura, entretanto seu comportamento contra o sistema já se apresenta como uma alternativa diante dos novos tempos.

Quanto aos candidatos, apesar de elogiados, segundo o mesmo editorial citado, Joel Ferreira e Evandro Carreira exibiram papéis de meros atores coadjuvantes, tanto no debate, quanto na própria visão do jornal. É previsível, diante da matéria, que nada se esperava, principalmente, quanto ao nome de Evandro Carreira.

Vale reiterar que o jornal A CRÍTICA continuava expondo seu posicionamento oficial ao partido ARENA, tanto que no dia da eleição publicou na capa do dia 15 de novembro o nome do candidato arenista ao senado Flávio Brito, sob a legenda “*suporte*

²¹¹ Fonte: Jornal A CRÍTICA, 14 de novembro de 1974, P. 04.

civil da revolução que impulsionou a grandeza do Amazonas”²¹². O conteúdo do título e o local reservado para esta publicação nos permitem deduzir claramente sua posição oficial diante deste pleito, mesmo que entre os editoriais, determinados argumentos nos encaminhem para outro direcionamento.

Apesar destes comentários, é possível imaginar ainda a hipótese de que o MDB tenha silenciado objetivamente seus dois maiores políticos como estratégia de expor aos eleitores a sua própria condição diante daquele modelo de “democracia” divulgada pelo regime. Analisando por esse lado, os silenciados não seriam os parlamentares e sim o povo amazonense, em virtude do crescimento do apoio a oposição naquele ano.

Neste feriado, selecionado justamente para reforçar um modelo de memória²¹³, no caso o golpe militar que instaurou o sistema republicano no Brasil, o desembargador Paulo Feitosa conclamou aos eleitores de Manaus que comparecessem novamente as urnas para dar sua contribuição “*visando à manutenção do sistema democrático*”²¹⁴. Na mesma edição, Miranda lançava mais uma vez seu olhar sobre o comportamento popular, publicando uma charge que nos ajuda a tatear aquele curioso cenário político em transformação.

²¹² Fonte: Jornal A CRÍTICA, 15 de novembro de 1974. P. 01

²¹³ POLLACK. Michel. *Memória e Identidade social*. In Estudo Históricas, Rio de Janeiro, vol. 5, n° 10, 1992. Conferência traduzida por Monique Augras e edição de Dora Rocha. Na perspectiva deste sociólogo, existem designações que aludem mais os fatos de memória do que os fatos históricos em si. Exemplo: *Os anos sombrios*. São noções distintas de memória e acabam relatando percepções diferentes da realidade. Assim, o trabalho da memória está mais em selecionar e organizar do que em registrar um acontecimento. Ela está intimamente ligada à identidade pela relação de pertencimento que ela propõe, sendo então um elemento construído e modificado ao longo dos registros.

²¹⁴ Fonte: Jornal A CRÍTICA, 15 de novembro de 1974. P. 01

Fig. 19²¹⁵



- Ei, meu, não sei se voto no Aureo ou no Frota, ou se no...

(PDF, ARENA, MDB, OCP, CDF, CPF, CBD...)

- Na mãe!

A confusão do eleitor já era esperada. Os diversos elementos que convergiram para este espaço e tempo redirecionavam o caminho de uma opinião pública que, desde o golpe militar, parecia ter no partido de apoio ao governo uma indiscutível confiança quanto a quem responderia melhor aos anseios da coletividade. Na charge foi citado os nomes de Áureo Melo e Mario Frota, este último candidato que substituiu Fábio Lucena por indicação pessoal²¹⁶. Como visto na charge, a indecisão que caracteriza os eleitores nos serve como mais um indicativo possível para tatear essa ambiência, pois de franco favorito, o ARENA sentiu, depois de quase 10 anos de hegemonia política, uma ameaça real do MDB. Sendo os dois candidatos citados na charge membros do partido de oposição, é possível que a expressão “vota na mãe” represente tanto uma referência de apoio ao partido conservador, quanto uma simples negação, que em tom de repúdio ao MDB, ironizasse o estado de indignação dos simpatizantes ao partido situacionista.

Percebe-se então que muitos casos dentro deste pleito colaboraram, direta ou indiretamente, com a derrota do ARENA. Entretanto, se for possível elencar um grupo de fatores principais, a ausência dos presidentes do partido de oposição no último debate, o impacto da televisão como modelo de representação política, os escândalos envolvendo o prefeito Frank Lima e as brigas de auditório com intervenção policial talvez justifiquem bem o processo de desgaste que a imagem do partido sofreu durante esse processo eleitoral.

²¹⁵ Fonte: Jornal A CRÍTICA, 15 de novembro de 1974, P. 04.

²¹⁶ Em artigo publicado em seu site mariofrota.com.br, o ex-deputado comenta que, após declarada a impugnação, Lucena fez um telefonema a sua residência revelando a escolha do partido em fazer dele o candidato a deputado federal em substituição a Fábio na chapa do MDB. Mario comenta que naquele momento aceitou o desafio, mesmo sem experiência alguma.

Desenvolvida em relativo clima de “liberdade” política pelo país, as eleições de novembro de 1974 anunciavam, sobretudo, o primeiro passo de uma ideia que seria amplamente divulgada nos anos posteriores. A abertura política do país pode até ser encarada como uma expressão histórica dessa necessidade de uma distensão social e cultural, germinada nos costumes desde o final da década de 60. Vale ressaltar um cuidado em pensar essa tal “liberdade” divulgada, pois ela foi plenamente inscrita e exercida de acordo com os limites impostos pelo governo. Não obstante, é possível pensar que esta eleição represente também um anseio de grande parte da coletividade e não apenas uma estratégia verticalizada pelo governo. Se o MDB era o melhor caminho, talvez essa não seja a questão. Porém podemos supor que ele fosse o caminho possível, não a favor do partido, mas sim contra a ditadura.

Segundo o editorial concluiu²¹⁷, a probabilidade de que o MDB ganhasse, em nível nacional, cadeiras importantes do poder legislativo já era prevista por alguns líderes do governo, como Célio Borja, ARENA do Rio de Janeiro, que confessava não temer que tais acontecimentos desviassem gravemente os rumos traçados pelo poder central. O editorial do jornal ainda complementa o fato com uma breve conclusão, reafirmando novamente o argumento de que essa eleição decidiu-se mais pelos acidentes de campanhas do que pelas propostas dos candidatos:

Resultados favoráveis à oposição devem ser recebidos como consequência natural de uma pugna política travada nas urnas, após campanha eleitoral que fez voltar ao país o clima de debate e discussão que as gerações mais novas pela primeira vez experimentam²¹⁸.

É possível que o comentário do deputado Célio Borja não seja um simples blefe de campanha. O projeto de Ernesto Geisel foi um risco calculado que o governo quis assumir deliberadamente. Em virtude de um crescente desgaste ocorrido durante a gestão Garrastazu Médici, o novo presidente parece usar uma estratégia política perigosa, priorizando certamente dois pontos: Medir o apoio popular ao regime e, internamente, reajustar o controle das forças políticas de seu próprio governo, como comentado no capítulo anterior. O que iria ocorrer no final deste dia, apesar das abstenções já

²¹⁷ Fonte: Jornal A CRÍTICA, 15 de novembro de 1974, P. 04.

²¹⁸ Fonte: Jornal A CRÍTICA, 15 de novembro de 1974. P. 04.

registradas em outros pleitos, surpreenderia até mesmo o mais otimista dos políticos e simpatizantes da situação.

Fig. 20²¹⁹



- Começou a contagem de votos!!!
- Sendo assim muitos candidatos já estão tomando... pontinhos...

A abstenção no pleito eleitoral em todo o Amazonas foi estimada em cerca de 50%, segundo fontes do Tribunal Regional Eleitoral, divulgadas pelo jornal²²⁰ no dia seguinte da eleição. A medida a ser tomada, caso isso ocorresse ao final da contagem dos votos, era convocar eleições suplementares. Com uma grande quantidade de ausências e considerável margem de votos em trânsito, o que pode evidenciar uma dimensão do fluxo migratório deliberado para a região nesta década, as eleições de novembro estamparam no domingo seguinte o seu primeiro resultado parcial, que dizia ter:

No primeiro dia de apurações, o Movimento Democrático Brasileiro estava ganhando, disparado, as eleições em todo o país. Em São Paulo, como aqui no Amazonas, a diferença entre os candidatos dos dois partidos era de quase a metade²²¹.

Com grande surpresa, Evandro Carreira angariou, nesta primeira parcial, 14.147 votos, pouco mais que o dobro do candidato da situação, Flavio Brito, que registrou 6.270 até aquele momento. Apesar de esperada a vitória do MDB em algumas cadeiras do legislativo, era pouco provável que para o Senado a oposição tivesse uma margem tão grande de votos.

²¹⁹ Fonte: Jornal A CRÍTICA, 17 de novembro de 1974. P. 04.

²²⁰ Fonte: Jornal A CRÍTICA, 16 de novembro de 1974. P. 01

²²¹ Fonte: Jornal A CRÍTICA, 17 de novembro de 1974. P. 01

“Os pontinhos” que o texto registrou na charge de Domingo, podem ter, no olhar desta pesquisa, uma dupla possibilidade de leitura: Antes de tudo, ressalta-se o fato de que a maior tiragem de qualquer jornal de grande porte circula nos finais de semana, principalmente no domingo²²². Portanto, não podemos destacar a hipótese de que o chargista pudesse ter certa noção dos dias onde sua audiência era maior ou menor. Em outros termos, é possível a existência de um eufemismo que remeta a situação que determinados políticos se encontravam diante da derrota, pois se não estavam tomando a vitória para si, talvez estivessem tomando outros rumos menos prazerosos.

Em uma descrição mais objetiva, os “pontinhos” de Miranda podem estar também relacionados ao grande nível de abstenção que, como comentado, foi registrado nesta eleição de 1974. Repassada via “boca a boca”, a notícia caricaturada permite ainda a leitura de um possível impacto popular, visto que a ansiedade do personagem “chargeado”, apresenta uma extrema necessidade em transmitir, o mais rápido possível, a surpresa de tal notícia. Entretanto, particularmente, a primeira opção de leitura seja a com maior possibilidade.

O desejo de que houvesse eleições suplementares, em virtude da quantidade de votos nulos e abstenções, era possivelmente um desejo latente dos candidatos da situação, em virtude também dos irônicos resultados. Os vencedores, entre eles aqueles que conseguiram, literalmente²²³, levar seus eleitores para as urnas, temiam uma possível reviravolta nos resultados, que apesar de retardados em nível de Brasil, foram obtidos e oficializados na última sexta-feira, dia 15 de novembro.

Nos grandes Estados brasileiros como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, o MDB continuava vencendo, disparado, as eleições para o Senado. Vale adiantar que uma possível maioria no congresso era vista com tanta ameaça pelo

²²² A base dessa constatação se ampara no estudo *“Redução do Encalhe de Jornais Impressos – Como transformar informação em resultado”* encaminhado pela Igenesis. A empresa desenvolveu o sistema IDATA, uma tecnologia de análise de dados que auxilia no planejamento do reparte diário, dimensionando remessas de forma a reduzir o encalhe sem prejudicar as vendas. A IDATA foi aplicada a um jornal de grande circulação no país, simulando o cálculo de reparte ao longo do ano de 2008.

²²³ O Editorial do jornal *A crítica* de 17 de novembro registrou a seguinte notícia: *“A ameaça de eleições suplementares deve deixar preocupados, sobretudo, os candidatos que, sexta-feira, conseguiram levar as seções eleitorais os seus votantes, aproveitando-se dos inúmeros carros colocados à sua disposição. Apesar de a justiça eleitoral ter proibido o transporte de eleitores – na esperança de que isso eliminasse a influência do poder econômico na decisão eleitoral – o que mais se viu, durante todo o dia 15 foi o tráfego incessante de veículos cheios de eleitores, no rumo das seções receptoras.*

governo que foi necessário ampliar, nas eleições de 1978, também para os senadores, a figura do político “biônico”, antes aplicado apenas sobre os poderes executivos.

Possivelmente no sentido de “falha”, Miranda satiriza, na primeira edição da semana, dia 18 de novembro de 1974, o grande “chabú” que representou, para o partido ARENA, as eleições de novembro. Além dessa questão, é considerável a análise de que este diálogo registrou também o possível choque de duas gerações distintas. À esquerda, temos um sorridente rapaz questionando, talvez em possível tom de ironia, o senhor da direita, que em aparente descontentamento responde sinteticamente a “desagradável” situação dos fatos. Representando ou não eleitores dos partidos de esquerda e direita, o que nos importa para esta pesquisa é perceber que a derrota do governo não é vista como um tema justo, e sim como um malogro, um erro que jamais deveria ser cometido novamente por Instituições que outrora controlavam tão seguramente o esquema de sucessões políticas do país.

Fig. 21²²⁴



Nesta mesma segunda feira, dia 18 de novembro, o A CRÍTICA divulgou parcialmente um placar eleitoral. Para ilustrar esse panorama em discussão, a tabela a baixo registra apenas os dados fornecidos pelo periódico. A consubstancialidade dos registros pode ser, como qualquer outro dado, questionável. Entretanto, como nas charges, a atenção a ser direcionada a eles deve também contentar-se em nível de representação.

²²⁴ Fonte: Jornal A CRÍTICA, 18 de novembro de 1974, P. 04.

Fig. 22. RESULTADO PARCIAL DAS ELEIÇÕES DE 1974 - AMAZONAS²²⁵

SENADO			
Movimento Democrático Brasileiro - MDB		Aliança Renovadora Nacional – ARENA	
Candidato	Votos	Candidato	Votos
Evandro Carreira	36.298	Flávio Brito	17.865

DEPUTADOS FEDERAIS			
Movimento Democrático Brasileiro - MDB		Aliança Renovadora Nacional – ARENA	
Candidato	Votos	Candidato	Votos
Joel Ferreira	13.406	R. Faraco	5.129
José M. Frota	13.113	R. Parente	4.369
Antunes de Oliveira	1.782	Abraão Sabbá	3.575
Áureo Mello	1.728	Vivaldo Frota	2.354

DEPUTADOS ESTADUAIS			
Movimento Democrático Brasileiro - MDB		Aliança Renovadora Nacional – ARENA	
Candidato	Votos	Candidato	Votos
Natanael Rodrigues	4.777	Gláucio Gonçalves	2.599
José C. Dutra	4.459	José B. Ferreira	1.733
Farias de Carvalho	3.536	Domingos Sávi	1.478
Damião Ribeiro	2.958	Eunice Michiles*	1.213
Aloísio Oliveira	2.459	Cleuter Mendonça	959

Em referência ao desenho animado “Road Runner”, criado em 1949 por Chuck Jones, as léguas de distância do candidato arenista Flávio Brito, Evandro Carreira foram certamente as maiores “zebras” da eleição de 1974 no Amazonas. Com mais do que o dobro de votos, o político foi parte integrante de um conjunto de candidatos da oposição que conseguiram uma cadeira no senado nacional. Outra vitória que merece um rápido destaque foi a da candidata Eunice Michiles, do partido ARENA. Até este momento da pesquisa, sequer nas charges a figura da mulher apareceu como personagem de discussão política, geralmente surgindo como mera coadjuvante nos temas sobre família.

²²⁵ Dados fornecidos pelo Jornal A CRÍTICA de 18 de novembro de 1974. Pg. 01. A tabela apresentada é apenas um recorte da original. Estão apresentados apenas os primeiros colocados de cada categoria.

Mais tarde, em 1979, Eunice, como 1ª suplente do Senador João Bosco de Lima, assumiria uma cadeira no Senado após a morte do político, tornando-se assim uma das primeiras mulheres brasileiras a assumir um cargo público desse porte no Brasil²²⁶.

Fig. 23²²⁷



(Senado)

- Bip! Bip! (Evandro Carreira)

Um fato curioso que o jornal A CRÍTICA levantou nesta segunda feira, dia 18 de novembro de 1974, foi a possível reação de “desolação” que o então Senador e presidente nacional do ARENA Petrônio Portela apresentou diante daqueles surpreendentes resultados. A capa do jornal A CRÍTICA estampou a notícia “*Derrota surpreende comando arenista*”, e logo abaixo se publicou a seguinte resenha:

O presidente nacional do ARENA, senador Petrônio Portela declarou-se ontem surpreso e desolado com a derrota do ARENA, inclusive em estados onde ele esperava a vitória do seu partido. No Recife o sociólogo Gilberto Freire disse que a derrota do governo não significa que o povo esteja conscientizado. Para ele tudo não passa de consequências do momento, que estão a merecer estudo sociológico²²⁸.

A citação do nome de Gilberto Freire na capa do periódico emergiu para reforçar mais uma vez o impacto deste acontecimento na sociedade. É importante destacar a

²²⁶ BARBOSA, Henriane. *Eunice Michiles, a primeira senadora do Brasil*. Arthur Nogueira: Ed. Autora, 2006.

²²⁷ Fonte: Jornal A CRÍTICA, 19 de novembro de 1974, P. 04.

²²⁸ Fonte: Jornal A CRÍTICA, dia 18 de novembro de 1974. P. 01.

leitura intelectual de Freyre, pois este fala externamente as manipulações mais evidentes conduzidas pelo regime Militar. É importante destacar que meu intuito neste trabalho não está em oferecer um olhar maniqueísta sobre os partidos, sejam eles vencedores ou derrotados. A briga política entre os representantes da sociedade neste contexto só evidencia uma luta por modelos diferentes de Estado, e não por convicções que prezem o bem estar social na sua ideal plenitude. A matéria capa do A CRÍTICA²²⁹ intitulada “*Lição nas urnas*” traz um comentário bastante pertinente a este argumento:

A luz destes fatos, os resultados finais têm menos importância, até porque a sua interpretação pode ser feita em termos subjetivos ou de mera projeção partidária. Convém lembrar no entanto que ARENA e MDB são as duas faces de uma mesma situação, criada a partir do AI-2. Como lembrou o senador Franco Montoro, reiteradas vezes. O MDB não se propõe contestar o regime, mas criticá-lo e contribuir para o seu aperfeiçoamento. Não é outro, aliás o objetivo do ARENA, apesar de todo o seu aparato de sustentação direta da política governamental. As diferenças residem substancialmente no caráter mais estrito de oposição, que informa os princípios do MDB, dentro da dicotomia partidária que a Revolução de março concebeu e pôs em prática para não banir, de sua ação saneadora, o sopro estimulante da confrontação democrática²³⁰.

Portanto, não é a intenção dessa pesquisa propor valores a visão política dos atores sociais de oposição. O objetivo central está em fornecer outras possibilidades de leitura desse mesmo recorte histórico, observados através do olhar de um artista que, por mais que seja tangencial qualquer análise desse objeto, permite certa abertura para compreender seu tempo através de sua arte. Reitero também que meu objetivo não foi apenas narrar um episódio eleitoral. Minha intenção esteve, sobretudo, em utilizá-lo enquanto espaço social para discutir temas a partir do olhar humorístico, tentando utilizá-lo enquanto ferramenta para tatear uma parcela da opinião pública e dos valores deste tempo.

Apesar do clima de contradição que envolveu o período, é possível constatar que o projeto do presidente Ernesto Geisel, no Amazonas, e na maioria dos Estados

²²⁹ Fonte: Jornal A CRÍTICA, terça-feira, 19 de novembro de 1974. Fragmento “*Lição nas urnas*” P. 01.

²³⁰ Fonte: Jornal A CRÍTICA, terça-feira, 19 de novembro de 1974. P. 01

brasileiros, foi o grande vitorioso deste processo eleitoral. As eleições de 1974 representaram, para o Brasil, um marco no processo de transição política, embora, ironicamente, a vitória do MDB no Senado tenha servido muito bem aos propósitos do Estado Militar. Era certamente preferível que esse primeiro passo da abertura, manifestado na liberdade eleitoral ocorrida, fosse concedido e encabeçado através do governo, e não pela sociedade civil.

Outro fator que certamente colaborou nesta conjuntura de fatos foi a incrível revolução dos meios de comunicação que, expandindo-se desde o final da década de 60, possibilitou o contato com alternativas diferentes de vida social no Brasil e no mundo. Apesar de não hegemônica, a experiência da televisão na campanha eleitoral foi certamente um marco publicitário, na medida em que reduziu as barreiras existentes entre a capital e as cidades do interior.

Nas charges, o sentimento de insatisfação é mais transparente nos candidatos situacionistas do que nas matérias que envolvem a opinião do governo federal sobre o episódio. Aparentemente, não seria o ARENA que iria modificar os rumos do país. A abertura já estava iniciada e a eleição foi apenas um processo de legitimação deste projeto. Miranda ainda reporta uma situação curiosa que o próprio Valdick condescende: *Como o personagem poderia saber que o voto da sua mulher não apareceu na urna?* O cão em pensamento observa o fracasso de uma possível tentativa de fraude, o que reafirma mais uma vez que a abertura foi certamente um projeto muito maior do que os acasos de uma eleição no norte do país.

Fig. 23²³¹



- Pra mim chega, chega!

Nem o voto da minha mulher apareceu na Urna

Valdik: Ué, e o voto que a Odaisa prometeu?

Fig. 24²³²



- Deputados que foram derrotados agora estão começando a ter razões para ficar alegres: Lembraram que daqui a quatro anos eles é que vão ser oposição...

Anexo 1: Abração pro Gil, regressando de Paris...

Anexo 2: Amanha é dia de peladonas em Januarylândia

Personificada através do diálogo comum, a opinião pública sobre os candidatos continuou sendo um assunto rico para as charges, merecendo atenção até mesmo depois de uma semana. Embora derrotado e tema de chacota para os leitores do A CRÍTICA, foi perceptível que o crescimento súbito do MDB serviu também como um método de fortalecimento do diálogo entre governo e sociedade. Quase inexistente até aquele momento, o rompimento com o monólogo político foi uma estratégia de adaptação, talvez

²³¹ Fonte: Jornal A CRÍTICA, 21 de novembro de 1974, P. 04.

²³² Fonte: Jornal A CRÍTICA, 23 de novembro de 1974, P. 04.

necessária em virtude do rumo encaminhado pelo projeto de abertura política e social do país.

A título de curiosidade, não resisti em deixar registrado que a vitória da oposição nas eleições foi assunto até mesmo nos jornais europeus. A reportagem do jornal francês “Le monde”, também publicada no dia 20 novembro - relatou que:

As eleições de 15 de novembro no Brasil têm tido repercussões favoráveis em muitos países da europa. Em Paris, o jornal “Le monde”, de tendencia esquerdista, comentando os resultados do pleito, disse que “o Brasil se encontra numa situação política que não conhece há muito tempo” e que ela “é devida, sem dúvida alguma, ao clima de liberdade que se desenrolou a campanha eleitoral”. Depois de falar sobre o “êxito sem precedentes” da oposição brasileira, o jornal revela que “na maior parte dos Estados, os resultados, embora parciais, demonstram uma verdadeira arrancada do MDB, que culmina com o triunfo em São Paulo, que tem aproximadamente a quarta parte dos 36 milhões de eleitores”. “Os tempos mudaram – conclui “Le Monde” – e se a direita existe ainda está claro que as intenções de abertura política do General Geisel refletem as grandes preocupações das forças armadas de outorgar ao país a a estabilidade institucional”. Em Roma, portavoz do Ministério das relações Exteriores italiano disse que as eleições valeram também como a maior confirmação das intenções e dos compromissos assumidos pelo presidente Geisel, favorável a uma gradual e positiva “descompressão”, anunciada em seguida à sua posse²³³.

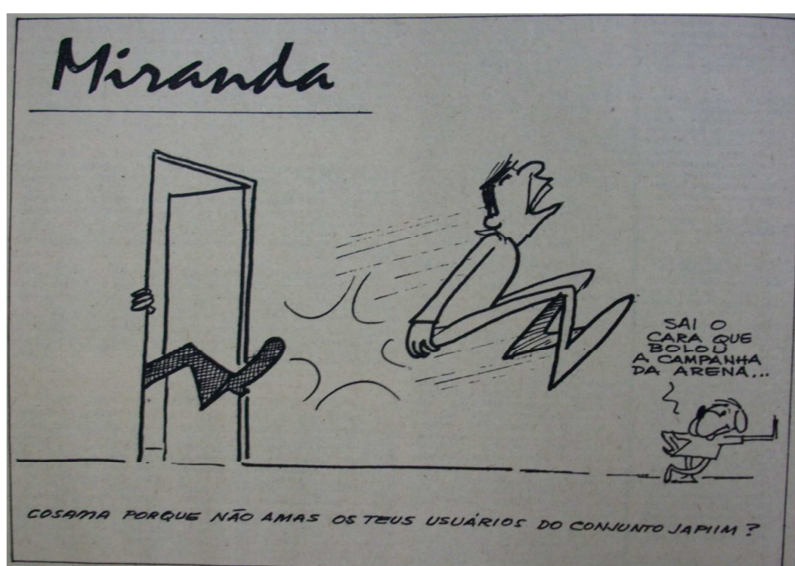
O processo era possivelmente irreversível. Não para o governo, e sim para a maioria dos setores sociais que até aquele momento sustentavam o regime. A conduta e contexto do Estado Militar no período Garrastazu Médici, colocou em xeque as suas principais instituições de base. Igreja, imprensa e empresários certamente já enxergavam com descontentamento a representação Militar, em virtude das crises, casos de tortura e censura desmesurada. Faltava apenas o apoio popular, comprovado nas urnas.

Para Geisel e seus consultores cabia apenas o papel de projetar um olhar sobre o tempo e adaptá-lo de acordo com os moldes possíveis do governo. Diante da emergência de uma nova geração de eleitores, certamente contestadora do regime, a representação

²³³ Fonte: Jornal A CRÍTICA, 20 de novembro de 1974, P. 03.

política substituiria não apenas os seus candidatos, mas também os seus discursos. A expulsão registrada na charge abaixo (Fig. 25) talvez indique quem seja o dono do pé que expulsa, à base de chutes, o publicitário arenista. Talvez não seja um funcionário que esteja sendo demitido: É possível que um modelo de governo esteja sendo mandado embora, talvez por não mais responder às demandas de seus representantes anônimos. Assim, diante da charge, é possível deduzir a leitura de que o Estado expelia, após a experiência desse pleito, uma imagem de governo em desgaste e que merecia, naturalmente, iniciar um processo de reciclagem para a sua própria manutenção.

Fig. 25²³⁴



Valdik: Sai o cara que bolou a campanha do ARENA

Anexo 1: COSAMA, porque não amas os teus usuários do conjunto Japiim?

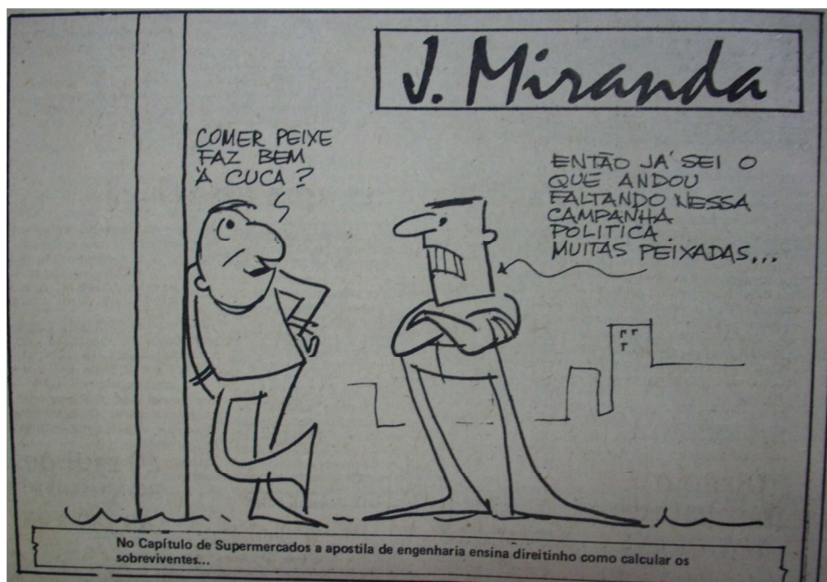
Em particular, a vitória de Evandro Carreira neste pleito, considerado pelo jornal na época como um dos “mais livres” desde o implantação do Estado republicano, provocou o surgimento de várias teses que justificavam a derrota do partido. O próprio Miranda encarregou-se de desenhar o chute nas nádegas do “incompetente publicitário” como um possível motivo para a derrota. Trabalho mais difícil foi encaminhado para o presidente do partido ARENA, Petrônio Portela, eleito pelos seus partidários como “bode expiatório” e responsável direto pela derrota, que somente se pronunciou ao fim da contabilidade dos votos, mesmo que naquele instante o T.R.E já anunciasse publicamente a vitória de Carreira com mais de 27.000 votos de diferença²³⁵. O governador do Estado do Amazonas, Henocho da Silva Reis foi, no dia 20 de novembro, matéria de capa do A

²³⁴ Fonte: Jornal A CRÍTICA, 4 de dezembro de 1974. P. 04.

²³⁵ A tabela com os resultados finais da eleição se encontra em anexo no final deste capítulo. P. 164.

CRÍTICA, onde se publicou o silêncio que este fez diante das questões sobre como ele se relacionaria com uma banca composta pela maioria de parlamentares da oposição²³⁶.

Fig. 26²³⁷



- Comer peixe faz bem à cuca?

- Então já sei o que andou faltando nessa política. Muitas peixadas

Anexo: No capítulo de supermercados a apostila de engenharia ensina direitinho como calcular os sobreviventes.

A ideia de “derrota” em circulação, e que pelo humor se divulgou, não parecia constatar, ou mesmo ser aceita, como uma vitória independente do MDB. Na charge, a chacota transparece talvez que a conquista da oposição foi um acidente, onde certamente o ARENA perdeu por algum motivo qualquer relacionado a sua própria competência. Outra leitura que pode ser feita é que as “peixadas”, enquanto expressão de fraude onde o sujeito é beneficiado sem justiça pública, representam mais do que “o alimento que traria inteligência”. Ela pode ser um indício de que, para uma parte da população, as eleições de 1974 foram visualizadas como um evento fraudulento, o que justificava assim seu resultado.

Sobre a questão da emergência de um novo eleitorado, o A CRÍTICA publicou no editorial de sábado, dia 30, uma resenha sobre o título de “Renovação oportuna”. Nela comentou-se a visita que o presidente Ernesto Geisel fez aos estudantes universitários paranaenses, poucos dias antes da eleição, onde se registrou, segundo o jornal, que:

Procurava, sua excelência, motivar os representantes das gerações mais novas à participação na vida política do país, pois de algum tempo pra cá,

²³⁶ Fonte: Jornal A CRÍTICA, 20 de novembro de 1974, P. 01.

²³⁷ Fonte: Jornal A CRÍTICA, 30 de novembro de 1974, P. 04.

estavam afastados das hostes partidárias e eram comumente repelidos pelas velhas raposas que desservem os varios governos²³⁸.

Como analisado anteriormente, o projeto do governo Geisel foi bastante conveniente com a situação política do país. Era necessário preparar, se não um novo eleitorado de sustentação ao regime, uma boa saída, visando talvez um grande retorno ou pelo menos a permanencia de algumas regalias.

A vitória do governo federal não foi um conquista do seu partido. Muitos políticos do ARENA, como o paulista Hebert Levi, jogaram sobre o presidente Emilio Garrastazu Médici, da gestão anterior, a responsabilidade pelo inexistente arenista. Comenta o editorial que, segundo o deputado, a política econômica do ex político teria sido a causadora direta da derrota, em virtude das crises herdadas pela gestão seguinte²³⁹. Culpado ou não, o que se percebeu foi que, na visão de alguns parlamentares, o governo Geisel colheu os “frutos podres” do regime anterior e como estratégia organizou para seu mandato os métodos que mais se aplicavam a situação política do país, independente das estruturas partidárias estabelecidas.

Contudo, é certo que a eleição de 1974 deixou marcado na História um momento de transição, apenas legitimado, naquele instante, pelo evento oficial. Existia uma tendência quase que universal por mudanças econômicas, políticas e sociais. O gesto expressado pelo brasileiro, que em sua maioria preferiu os candidatos da oposição, não foi reflexo de uma situação meramente interna. Esteve certamente vinculado à fatos como à crise mundial do petróleo, à espiral que caracterizava a inflação da época, as desmesuras do regime anterior e é claro, com as mudanças de comportamento que anunciavam a crise de uma geração em decadência moral.

A abertura política do Estado pode ser considerada também como uma dissidência das distensões culturais experimentadas por uma grande parcela de indivíduos, que diante da conjuntura de convergentes acontecimentos, infectavam, como um vírus, o corpo social de um novo e imprevisível modelo de sociedade. Apesar de algumas derrotas, o que se mostrou bastante evidente naquele ano foi que as vitórias da oposição, em quase todos os centros urbanos desenvolvidos, representavam um novo

²³⁸ Fonte: Jornal A CRÍTICA, 30 de novembro de 1974. P. 04 (Editorial).

²³⁹ Fonte: Jornal A CRÍTICA, 29 de novembro de 1974. Pg. 4. “cobrança Indevida”.

comportamento, um novo posicionamento político, uma visão inédita que com novas lentes, saiu da miragem do “milagre econômico” e aproveitou-se da conjuntura para fortalecer não apenas um partido de oposição, mas um sentimento de resistência ao sistema. Se não é possível localizar uma mudança imediata, cabe destacar que esta expressão popular, visualizada de certa forma neste evento, pode ter evidenciado uma vontade comum que, gradualmente, se estendeu até a abertura efetiva em 1985.

Para René Remond²⁴⁰, uma eleição é também um indicador do espírito público, um revelador da opinião e de seus movimentos internos. A nova historiografia já estabeleceu que as escolhas políticas dos indivíduos não lhes são imperativamente ditadas pelo seu status sócio-profissional, pois, em muitos casos, elas tomam partido que não coincidem com seus interesses materiais. Se assim fosse, tal pensamento estabeleceria uma relação reducionista na medida em que retira do indivíduo a clareza de seus interesses diversos. A política é, para Remond uma das expressões mais altas da identidade coletiva, pois um povo se revela, muitas vezes, a partir das suas práticas, onde o político é o seu local de arbitragem pessoal que define seu status e regulamenta o seu exercício²⁴¹.

Miranda, nesta pesquisa, nos serve como um portal capaz de captar a sensibilidade de uma época. Representada através de suas charges, a história desse cotidiano pode ser traduzida, em parte, pelo possível olhar com que estes receptores lançaram sobre a piada, legitimada e descarregada, na mesma medida, em formato de riso.

Para tatear uma abertura vivenciada pelos indivíduos dessa época, foi necessário compreender em que contexto histórico, ou melhor, em que “espírito” estes personagens se enquadravam. As expressões dessa transição de discussos, posturas e comportamentos foram alvos de crítica e temas de chacota para um público leitor, e sobretudo pagante, que sob um olhar de distanciamento²⁴², revelava na contradição do riso algumas ideias em circulação.

²⁴⁰ REMOND. René. *Por uma História política* / (Direção de) René Remond; tradução Dora Rocha. – 2. Ed. – Rio de Janeiro : Editora FGV, 2003.

²⁴¹ REMOND. René. *Do político* In *Por uma História Política*.

²⁴² BERGSON. Henri. *O riso: ensaio sobre a significação do cômico*. Op. Cit.

Passado o evento, no mês seguinte, o A CRÍTICA continuou publicando matérias relacionadas a curiosa derrota do ARENA na cidade, expondo inclusive uma grande ansiedade em notificar definitivamente o corpo de deputados que, naquele contexto, foram encaminhados para compor a assembléia legislativa do Estado. Aguardando a contagem final, o candidato Evandro Carreira, pelas parciais, já se apresentava, segundo o jornal²⁴³, eleito por unanimidade, apenas aguardando sua homologação.

Segundo o jornal, Evandro Carreira foi o primeiro senador eleito pelo MDB do Amazonas desde o golpe de abril de 1964. Evandro, como vários membros da oposição neste ano, fez parte deste complexo projeto de abertura política e social que, dentre vários fatores, teve certamente no fenômeno da comunicação um grande aliado político junto a este pleito. Outro candidato eleito neste ano, Paulo Brossard, comentou, em matéria publicada pelo A CRÍTICA²⁴⁴, que o uso da televisão neste evento foi *decisivo para a formação de uma educação política* do país neste contexto. Após assumir o mandato, o senador riograndense publicou nota onde expôs, com muita veemência, que um dos seus grandes objetivos durante este mandato seria *manter a voz da oposição* junto aos meios de comunicação. Ao que se percebe, os candidatos eleitos já iniciavam sua preparação, visando a manutenção partidária no poder e certificando-se que, no próximo pleito, o uso dessa ferramenta estivesse disponível da mesma maneira, o que não ocorreu em virtude da lei Falcão de 1976.

Ministro da Justiça, Armando Ribeiro Falcão²⁴⁵ antecipou, no dia 5 de dezembro, o resultado da lista oficial de eleitos do pleito deste ano, reafirmando aquilo que já era esperado: O MDB e a conqusita majoritária da assembléia no Amazonas²⁴⁶. Apesar de minoria no Brasil, o que em números não apresentava disparidades tão

²⁴³ Fonte: Jornal A CRÍTICA, 2 de dezembro de 1974. P. 02. Matéria: TRE fornece listão daqui a 5 dias.

²⁴⁴ Fonte: Jornal A CRÍTICA, 2 de dezembro de 1974. P. 02. Matéria: Oposição no rádio e televisão.

²⁴⁵ Vale registrar que Armando Falcão substituiu o Senador Petrônio Portela como Ministro da Justiça logo após o vexame partidário diante das eleições de 1974.

²⁴⁶ Fonte: Jornal A CRÍTICA, 5 de dezembro de 1974. P. 01. Capa: Falcão antecipa resultados do pleito no AM: MDB faz maioria.

distantes, pois só evidenciava o crescimento do partido²⁴⁷, o MDB venceu em grandes capitais, como São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Em termos demográficos, vencer nessas capitais representava um grande resultado partidário, sobretudo em virtude da localização desse eleitorado junto ao centro econômico e político do país.

Em matéria especial²⁴⁸, intitulada *Os fatos que mudaram o mundo em 74*, o jornal A CRÍTICA dedicou um espaço para dissertar sobre o efeito da eleição junto aos brasileiros. Segundo a matéria:

Dos Estados da federação, a ARENA ficou minoritária nas Assembléias Legislativas de São Paulo, Rio Grande do Sul, Amazonas Acre, e no futuro Estado do Rio de Janeiro. Nunca os eleitores brasileiros correram tão pressurosamente às urnas para demonstrar sua insatisfação com a política econômica vigente no país²⁴⁹.

A lista definitiva foi publicada, através do jornal A CRÍTICA, apenas no dia 15 de dezembro²⁵⁰. Em seu conteúdo uma surpresa, novamente favorável a oposição: O candidato Antunes de Oliveira, do MDB, em virtude da votação extensiva do partido, conseguiu ser eleito através do coeficiente partidário, derrubando assim o candidato Vivaldo Frota, que apesar de superior na contagem dos votos, perdeu a vaga em virtude do voto de legenda²⁵¹.

Por fim, no dia 18 de dezembro, o TRE publicou nota onde convocou os candidatos eleitos para uma solenidade de proclamação de seus cargos públicos. Tal convocação foi adiantada, em virtude da existência de um requerimento, assinado por ambos os partidos, que admite não haver necessidade de revisão dos votos pela comissão, o que gerava um prazo de 48 horas. Tal requerimento antecipou tanto a proclamação quanto a diplomação dos candidatos, o que, em outras circunstâncias, levaria mais de 4 dias para se oficializar. Segundo o advogado do TRE, Wilson Zuaani, nunca, em toda a

²⁴⁷ Fonte: Jornal A CRÍTICA, 5 de dezembro de 1974. P. 05. Segundo o jornal publicou, até aquele instante de apuração, nacionalmente o ARENA contava com 198 candidatos contra 166 da oposição. Quanto ao senado, o ARENA angariava 46 membros ativos e a oposição apenas com 20.

²⁴⁸ Fonte: Jornal A CRÍTICA, 16 de dezembro de 1974. P. 05.

²⁴⁹ Fonte: Jornal A CRÍTICA, 16 de dezembro de 1974. P. 05. Vale ressaltar que o comentário tenta localizar a derrota do partido como um resultado da crise econômica do país, e não como uma vontade do eleitorado em reciclar a política de Estado.

²⁵⁰ A lista definitiva com os números finais está anexada no final desta dissertação.

²⁵¹ Fonte: Jornal A CRÍTICA, 16 de dezembro de 1974. Matéria: Antunes, vitória veio pela Legenda.

história política do Amazonas este requerimento foi assinado²⁵². Tal acontecimento inédito na política local é fruto da esmagadora vitória da oposição neste ano, o que evidencia novamente que este pleito foi, se não o mais democrático, aquele onde a oposição teve um dos seus melhores resultados na História política do Amazonas.

Quanto aos candidatos da situação, cabia ainda uma última atitude, que representa tanto um sentimento de derrota, quanto uma modelo de comportamento político. O não comparecimento a solenidade (Fig. 27) talvez traduza como a quebra hierárquica de um modelo de política responde ao momento em que seus recursos não podem ser acionados. De maneira antiética e arbitrária, talvez seja possível deduzir que o caráter desse comportamento representava também uma maneira de ver o mundo, pois se o povo não pode ter razão quanto aos seus representantes, quem deveria ter?

Fig. 27²⁵³



²⁵² Fonte: Jornal A CRÍTICA, 18 de dezembro. P. 02. Matéria: TRE proclama eleitos em reunião extraordinária.

²⁵³ Fonte: Jornal A CRÍTICA, 19 de dezembro de 1974. P. 01.

REFERÊNCIAS

- ABREU. Alzira Alves de. *A modernização da Imprensa, (1970-2000)* / Alzira Alves de Abreu. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002 (Descobrimos o Brasil).
- ARAUJO, Maria Celina Soares; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Visões do Golpe* – Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.
- BAKHTIN. Mikhail. *A cultura popular na idade média e no renascimento; o contexto de François Rabelais*. Tradução de Yara Frateschi Vieira – São Paulo: HUCITEC (Brasília): Editora da universidade de Brasília. 1987.
- BARBOSA, Henriane - *Eunice Michiles, a primeira senadora do Brasil*. Arthur Nogueira: Ed. Autora, 2006.
- BERGSON, Henri. *O Riso: ensaio sobre a significação do cômico*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1983.
- FONSECA, Joaquim. *Caricatura, a imagem gráfica do humor*. Porto Alegre, Artes e Ofícios, 1999.
- GASPARI. Elio. *Introdução IN A ditadura envergonhada*. / Elio Gaspari. – São Paulo : Companhia das letras, 2002. P 31 – 35
- GRAFF, Marília G. *A propaganda de lá pra cá*. Marília G. Graff, São Paulo: IBRASA, 2003. P. 107.
- LIBEL, Vinicius. *Humor, Propaganda e Persuasão: A charge e seu lugar na propaganda Nazista*. Vinicius Libel. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná. 2006.
- MATHIAS, Suzeley Kalil. *A militarização da burocracia: A participação militar na administração federal das comunicações e da educação, 1963 – 1990*. Suzeley Kalil Mathias. – São Paulo: Editora UNESP, 2004. P. 176.
- PIETROFORTE. Antonio Vicente. *“Marcatti ao ataque”* in *Semiótica Visual: Os percussos do olhar*. 2 ed. - São Paulo: Contexto, 2007.
- POLLACK. Michel. *Memória e Identidade social*. In *Estudo Históricas*, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992.
- REIS, Henocho da Silva. *Discursos e metas no governo do Amazonas 1975-1976*. Henocho da Silva Reis. Manaus. Imprensa Oficial. 1978.

- RETONDAR, Jeferson José Moebus. *Teoria do jogo: A dimensão lúdica da existência humana* / Jeferson José Moebus Retondar. – Petropolis, RJ: Vozes, 2007. Página 12.
- REMOND. René. *Por uma História política* / (Direção de) René Remond; tradução Dora Rocha. – 2. Ed. – Rio de Janeiro : Editora FGV, 2003.
- SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do riso : A representação humorística nas história brasileira : da Belle Epoque aos primeiros tempos do rádio* / Elias Thomé Saliba. – São Paulo : Companhia das Letras, 2002.
- SILVA, Marcos A. *Caricata República: Zé Povo e o Brasil*. São Paulo, Editora Marco Zero, 1990.

OUTRAS FONTES

- VEJA. Revista. 13 de outubro de 1993. Reportagem de Rinaldo Gama.
- Documentário “*O dia que durou 21 anos*”. Coprodução: TV Brasil e Pequii filmes. Direção: Camilo Tavares. Roteiro: Flávio Tavares e Camilo Tavares. 2011.

FONTES DOCUMENTAIS

- Fonte: Jornal A CRÍTICA. 28 de setembro de 1974. P. 01 (Capa)
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 28 de Setembro de 1974. P. 04. (Editorial)
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 2 de outubro de 1974. P. 04. (A charge do Miranda).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 3 de outubro de 1974. P. 04. (A charge do Miranda).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 4 de outubro de 1974. P. 04. (A charge do Miranda).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 5 de outubro de 1974. P. 04. (A charge do Miranda).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 22 de outubro de 1974. P. 04. (Editorial)
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 07 de outubro de 1974. P. 04. (A charge do Miranda).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 12 de outubro de 1974. P. 04. (A charge do Miranda).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 13 de outubro de 1974. P. 04. (A charge do Miranda).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 14 de outubro de 1974. P. 04. (A charge do Miranda).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 25 de agosto de 1974. P. 01. (Capa).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 25 de agosto de 1974. P. 04. (Editorial).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 4 de outubro de 1974. P. 01. (Capa).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 6 de outubro de 1974. P. 01. (Capa).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 10 de outubro de 1974. P. 01. (Capa).

- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 11 de outubro de 1974. P. 01 (Capa).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 3 de outubro de 1974. P. 03. (Matéria).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 2 de outubro de 1974. P. 03 (Matéria).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 2 de outubro de 1974. P. 03. (Matéria).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 5 de outubro de 1974. P. 04 (Editorial).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 10 de outubro de 1974. P. 04. (A charge do Miranda).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 11 de outubro de 1974. P. 04. (A charge do Miranda).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 27 de outubro de 1974. P. 04. (A charge do Miranda).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 25 de outubro de 1974. P. 01. (Bom dia leitor).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 27 de outubro de 1974. P. 01. (Capa).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA. 13 de outubro de 1974. P. 04. (Editorial).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 27 de outubro de 1974. P. 01. (Capa).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 7 de novembro de 1974. P. 04. (A charge do Miranda).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 5 de novembro de 1974. P. 01. (Capa).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 5 de novembro de 1974. P. 04 (Editorial).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 8 de novembro de 1974. P. 04. (Charge do Miranda).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 9 de novembro de 1974. P. 04. (A charge do Miranda).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 10 de novembro de 1974. P. 04. (A charge do Miranda).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 13 de novembro de 1974. P. 04. (A charge do Miranda).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 14 de novembro de 1974, P. 04. (A charge do Miranda).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 6 de novembro de 1974. P. 03. (Matéria).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 8 de novembro de 1974. P. 03. (Matéria).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 12 de novembro de 1974. P. 01. (Capa).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 14 de novembro de 1974, P. 04. (A charge do Miranda).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 15 de novembro de 1974. P. 01. (Capa).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 15 de novembro de 1974. P. 01. (Capa).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 15 de novembro de 1974, P. 04. (Editorial).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 15 de novembro de 1974. P. 04. (A charge do Miranda) .
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 17 de novembro de 1974. P. 04. (A charge do Miranda).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 16 de novembro de 1974. P. 01. (Capa).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 17 de novembro de 1974. P. 01. (Capa).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 18 de novembro de 1974, P. 04. (A charge do Miranda).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 18 de novembro de 1974. P. 01 (Placar eleitoral).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 19 de novembro de 1974. P. 04. (A charge do Miranda).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 18 de novembro de 1974. P. 01. (Capa).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 19 de novembro de 1974. P. 01 (Fragmento “Lição nas urnas”).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 19 de novembro de 1974. P. 01. (Capa).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 21 de novembro de 1974. P. 04. (A charge do Miranda).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 23 de novembro de 1974. P. 04. (A charge do Miranda).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 20 de novembro de 1974. P. 03. (Matéria).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 4 de dezembro de 1974. P. 04. (A charge do Miranda).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 20 de novembro de 1974. P. 01. (Capa).

- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 30 de novembro de 1974, P. 04. (A charge do Miranda).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 30 de novembro de 1974. P. 04 (Editorial).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 29 de novembro de 1974. Pg. 4. (Editorial).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 2 de dezembro de 1974. P. 02. Matéria.
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 5 de dezembro de 1974. P. 01. Matéria.
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 15 de dezembro de 1974. P. 05. Matéria.
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 19 de dezembro de 1974. P. 01. Matéria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi exposto, espero que esta pesquisa venha colaborar junto ao esforço de resgate deste passado histórico, que apesar de recente, ainda continua bastante “nebuloso” para a historiografia amazonense. O movimento de abertura dos arquivos militares intitulado como “Comissão da Verdade”, exercido nos últimos anos, certamente trará a margem novos documentos e informações que complementarão o mosaico deste recorte temporal, embora deva-se tomar cuidado com o tipo de seleção que será levantada e registrada, evitando assim que regimes de memória sejam instaurados e que determinados atores sejam ovacionados em detrimentos de outros esquecimentos.

Com relação a pesquisa, além de propor um caminho para o estudo deste tema, procurei também oferecer uma visão da cidade de Manaus a partir de uma perspectiva humorística, que, produzida e distribuída por um jornal de grande alcance popular, nos ajudou a tatear um pouco da dimensão social das ideias que circularam por esse espaço e tempo. Apesar de distante dos grandes centros, o Amazonas teve, junto aos grandes projetos de desenvolvimento e integração, um papel fundamental diante dos governos militares. Manaus, como centro econômico e político do Estado, já recebia, deste 1967 um grande direcionamento de verbas da união para que o projeto de integração econômica fosse efetivado a partir da Zona Franca. Entretanto, mais do que concluir um desenvolvimento econômico, a política militar procurou, através dos meios de comunicação, expandir sua influência ideológica pela região. O projeto de estimular a produção de aparelhos e de estender as linhas de recepção do sinal UHF pelo Estado certamente trazia junto de si uma política de governo e um conjunto de ideias que, fundamentada pela ESG, pretendia estender sua influência pela região e assim justificar os projetos desencadeados pelo governo como uma medida relacionada ao progresso.

Quanto a João Miranda, dentro deste recorte levantado, é possível compreendê-lo como uma extensão do olhar da opinião pública do jornal sobre este episódio eleitoral. Se ela não correspondia a totalidade do público leitor, podemos então apenas entendê-lo como uma ferramenta de longa dimensão, onde o riso, caso este fosse conquistado, serviria como um fenômeno de integração, compartilhando assim um conjunto de ideias comuns.

Mas Miranda não produziu apenas temas políticos. Este foi escolhido apenas como um requisito de ordem narrativa para esta pesquisa. Entre vários temas que tecem comentários sobre o cotidiano, a cultura e os costumes da cidade, pude encontrar na perspectiva desse modelo de fonte um material rico que certamente será diluído em outros trabalhos, e que, em virtude dos múltiplos temas, devem servir de auxílio para outros pesquisadores dentro deste modelo de abordagem. Acredito que meu trabalho de apresentar sua produção enquanto objeto histórico alcançou sucesso e atingiu sua meta principal: *Disponibilizar a proposta de uso deste material*.

Observando os resultados dessa pesquisa, foi possível visualizar que a derrota política do ARENA em Manaus, como em grande parte das capitais do país, não foi fruto apenas de uma estratégia publicitária. Circunscrito a Manaus, a derrota se apresentou mais como o indício de um processo em transição do que com uma causa objetiva. A televisão foi apenas mais um elemento que colaborou junto ao esforço de desmascarar não apenas um candidato, mas também um modelo de política e de político.

Como comentado, Miranda não foi o criador dos temas humorísticos. Ele talvez tenha sido aquele que teve, naquele contexto, a sensibilidade de traduzir a piada ao público através de seu ofício. A piada existe por si só, pois em certa medida nasce de uma circunstância. Entretanto, o esforço de traduzi-la em formato de linguagem visual revela o real desafio do humorista, que, através da comicidade, expõe a informação através de um caminho possivelmente retornável a dimensão séria: O jogo. Em outras palavras, Miranda apenas deu formato a opinião daqueles que riram destes conteúdos. Sendo assim, a piada não estava em Miranda, e sim na cidade, na política, na sociedade e na cultura.

Os grandes projetos direcionados a Amazônia podem servir aqui como um exemplo a este argumento. Na medida em que Miranda ilustrou o caos urbano que Manaus atravessou na passagem para os anos 70, acabava estendendo também um modelo de opinião, ora pessoal, ora institucional, a aqueles que, na identificação com o tema, imediatamente compartilharam a informação a partir da descarga risível. Entretanto, rir do caos, da poluição, da urbanização sem planejamento, talvez fosse uma atitude trágica e, certamente, questionadora sobre o modo como estes projetos estavam sendo executados.

A eleição de 1974 em Manaus também se encaixa dentro dessa perspectiva, pois revelava a decadência de determinadas estratégias políticas e o nascimento de uma nova forma publicitária de angariar votos: *A televisão*. A partir do erro público de vários candidatos, como comentado, os partidos reorganizaram-se e, na eleição seguinte, a publicidade eleitoral via televisão foi proibida com a lei Falcão de 1976, o que permitiu que o ARENA recuperasse suas cadeiras políticas dentro do Congresso.

Sobre os perfis de candidato que Miranda expos, podemos imaginar ainda que a visão de representante político, além de um perfil ético, carregava um requisito muito maior que a sua própria qualificação: *A moralidade*. A moral, aqui entendida como um modelo de opinião que defende determinados costumes, se encaixa junto ao humor por essa capacidade de revelar um caminho, por traduzir uma vontade crítica sobre um tema em detrimento de outros. Miranda, como qualquer sujeito dentro do seu tempo, fala a partir de seu local de produção, articulando-se a várias forças que o intermediam até a publicação final do seu conteúdo proposto. Dessa forma, o denominei como “Humoral” por exercer, através da piada, um modelo de opinião que fala mais do seu tempo, do seu local, do seu emprego e de seus valores, do que propriamente sobre o tema.

Contudo, além desses resultados, ficou evidente que o trabalho junto a esse modelo de fonte está apenas no começo. Em relação ao periódico onde exercia o ofício de desenhista, Miranda, ao iniciar oficialmente sua coluna em 1973, acompanhou o desenvolvimento do Jornal A CRÍTICA mesmo com o fim dos governos militares, estendendo seu ofício até 1995, quando aposentou-se logo após a morte do seu editor chefe, Humberto Calderaro Filho (Fig. 01).

Fig 01.²⁵⁴



Entretanto, com o fim da Ditadura, a liberdade de imprensa foi ampliada e assim novas parcerias políticas foram elencadas. Na medida em que novos atores sociais foram emergindo, Miranda continuou oferecendo seus serviços, tanto para a política do jornal, variante de acordo com os seus interesses, quanto para criticar os costumes e valores que se apresentavam a sociedade a partir dos avanços sociais que emergiram após a abertura política. Vale registrar que esse aspecto “crítico” é o que nos possibilita, a partir da visão tradicionalista e conservadora do autor e do jornal, acessar as contradições que se apresentavam a sociedade, e que através do sucesso dessa coluna, nos fornece uma dimensão do imaginário social manauara na segunda metade do século XX.

Sobretudo, observou-se ainda que os temas criticados, dentro do recorte estudado, como a tanga, a homossexualidade ou o movimento hippie, foram assuntos que representam não apenas a perspectiva do construtor, pois revelam, a partir da classificação como tema cômico, evidenciado a partir de uma constante publicação, o tipo de leitor que se identificava com a postura e o conteúdo do jornal A CRÍTICA. Da mesma forma, rir é, na maioria dos casos, uma atitude de compartilhamento de ideias, cabendo ao chargista apenas o papel de traduzi-las de maneira sintética ao olhar daqueles que já sabem o que querem ver. Não podemos esquecer que um jornal é, sobretudo, uma empresa, e sem público não há recursos. Se de alguma forma o conteúdo de Miranda não

²⁵⁴ Miranda (à esquerda) e a seu editor-chefe Humberto Calderaro. Acervo pessoal.

obtivesse sucesso, seu afastamento seria inevitável, o que não ocorreu, em virtude dos seus quase 30 anos de serviço.

Com a liberdade de imprensa, outros modelos de censura foram instalados, estabelecendo assim regimes de memória que, se falam do passado, estabelecem objetivamente seleções e esquecimentos de vários atores e fatos sociais. Evitando que haja um retorno da política militar sobre o país, observa-se, tanto na publicidade quanto nas produções atuais relativas a este recorte, uma tentativa de massificar a opinião pública a fim de torná-la impermeável a qualquer discurso que não valorize a democracia e a liberdade de expressão, que apesar de louvável, deve ser analisada com cuidado, buscando identificar a quem realmente serve estes discursos.

Embora seja possível comprovar nitidamente os crimes cometidos pela ditadura militar e evidenciar seus defeitos enquanto modelo de Estado, é necessário atentar a que tipo de “liberdade” estamos condicionados hoje dentro do Estado “democrático”, visto que os meios de comunicação em massa possuem o poder de moldar sensibilidades, reconstruir passados, projetar futuros, dar vida a personagens mortos e enterrar aqueles que ainda estão vivos. Diante deste episódio político, o regime militar se tornou inclusive, após a abertura política e social, a base que sustenta e valoriza atualmente o perfil de vários políticos contemporâneos, que utilizando-se do discurso moral de “combatente da ditadura”, justificam seus valores e atraem com isso diversos eleitores. Vale ressaltar que, em muitos casos, esse modelo é apropriado sem fundamento empírico, servindo apenas como instrumento de legitimação simbólica, extremamente funcional em tempos de eleição.

Seja como desenhista ou como publicitário, o trabalho de resgate da vida e obra de João Miranda foi iniciado. Com a já citada abertura, novos atores sociais possivelmente efetuaram suas alianças com o jornal A CRÍTICA (Fig. 02), e, diante da influência e dimensão deste veículo de informação, será interessante estudar, em outra oportunidade, quais foram as parcerias e articulações que este meio de comunicação exerceu nos anos posteriores ao fim do regime militar, e que, da mesma forma, podem ser acessadas através desta “janela temporal” oferecida pelas charges de Miranda.

Fig. 02.²⁵⁵



Fig. 03.²⁵⁶



²⁵⁵ Miranda (À esquerda) e o futuro prefeito e governador do Estado Amazonino Mendes. 1985. Acervo pessoal.

²⁵⁶ Acervo pessoal.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Alzira Alves de. *A modernização da imprensa, (1970 – 1980)* / Alzira de Abreu. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2002 (Descobrimos o Brasil).
- ARAUJO, Maria Celina Soares; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Visões do Golpe* – Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.
- AGUIAR. José Vicente de Souza. *Manaus, Praça, Café, Colégio e Cinema nos anos 50 e 60.* / José Vicente de Souza Aguiar. – Manaus: Editora Valer / Governo do Estado do Amazonas, 2002.
- ANDERSON. Benedict R. Memória e esquecimento. In *Comunidades imaginadas* / Benedict Anderson; tradução Denise Bottman. – São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BAKHTIN. Mikhail. *A cultura popular na idade média e no renascimento; o contexto de François Rabelais.* Tradução de Yara Frateschi Vieira – São Paulo: HUCITEC (Brasília): Editora da universidade de Brasília. 1987.
- BARBOSA. Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil, 1800 a 1900* / Marialva Barbosa. – Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.
- BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa : Brasil, 1900 – 2000* / Marialva Barbosa. – Rio de Janeiro : Mauad X, 2007.
- BARBOSA, Henrienne - *Eunice Michiles, a primeira senadora do Brasil.* Arthur Nogueira: Ed. Autora, 2006.
- BATISTA. Djalma. *O complexo da Amazônia – Análise do processo de desenvolvimento.* Djalma Batista. 2.ª Ed. – Manaus: Editora Valer, Edua e Inpa, 2007.
- BENTES, Rosineide. *Um novo estilo de ocupação econômica da Amazônia: os grandes projetos.* In: Estudos e problemas amazônicos: história social e econômica e temas especiais. Belém: Secretaria de Estado de Educação/CEJUP. 1992.
- BERGSON, Henri. *O Riso: ensaio sobre a significação do cômico.* 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1983.

- BEZERRA. Cleber de Lima. *A Imprensa amazonense: Dos preparativos do golpe à instituição do AI-5 (1963-1968)*. Dissertação – (Mestrado em História). Universidade Federal do Amazonas. 2010.
- BURKE. Peter. *Testemunha Ocular : História e Imagem / Peter Burke ; tradução Vera Maria Xavier dos Santos ; revisão técnica Daniel Aarão Reis Filho. – Bauru, SP : EDUSC, 2004.*
- CABRAL. Eula Dantas Taveira. *História da televisão amazonense*. Artigo publicado no primeiro encontro nacional da Rede Alfredo Carvalho. UMESP. 1999.
- CHARTIER. Roger. *O mundo como representação*. In A Beira da Falésia. A história entre certezas e inquietudes. Porto Alegre, Editora Universidade UFRGS, Tradução de Patrícia Chittoni Ramos, 2002.
- COSTA, Patrícia de Fátima Abreu Costa. *Os Contos de Fadas: de narrativas Populares a Instrumentos de intervenção*. 2006.73p. (Dissertação – Mestrado em Letras). Universidade Vale do Rio Verde – UNINCOR – Três Corações – MG.
- DARNTON, Robert. *O Grande Massacre dos Gatos*. E outros episódios da História Cultural da França. 4ª Edição. SP: Graal, 1986.
- D’ONOFRIO, Salvatore. *Teoria do texto I – prolegômenos e teoria Narrativa*. São Paulo: Ática, 1995.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. – 12. Ed., 2. Reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007. – (Didática I).
- FREUD. Sigmund. *O chiste e sua relação com o inconsciente*. Obras Psicológicas completas de Sigmund Freud Vol. VIII. Rio de Janeiro. IMAGO 1977.
- FICO. Calos. *Além do golpe: Além do Golpe: A tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar / Carlos Fico. – Rio de Janeiro: Record, 2004*
- FONSECA, Joaquim. *Caricatura, a imagem gráfica do humor*. Porto Alegre, Artes e Ofícios, 1999.
- GASPARI. Elio. Introdução IN *A ditadura envergonhada*. / Elio Gaspari. – São Paulo : Companhia das letras, 2002.
- GRAF. Marília G. *Propaganda de lá para cá*. Marília G. Graf, São Paulo: IBRASA, 2003.

- JOLY, Martine. *Introdução a análise da imagem*. Lisboa. Edições 70. 2001.
- LIBEL, Vinicius. *Humor, Propaganda e Persuasão: A charge e seu lugar na propaganda Nazista*. Vinius Libel. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná. 2006.
- LOBO, Narciso. J. Freire. *A tônica da Descontinuidade – Cinema e política em Manaus na década de 60*. Manaus: Edua, 1994.
- MATHIAS, Suzeley Kalil. *A militarização da burocracia: A participação militar na administração federal das comunicações e da educação, 1963 – 1990*. Suzeley Kalil Mathias. – São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi L. de. *Contra os inimigos da ordem: a repressão política da ditadura militar (1964-1985)* / Marco Aurélio Vannucchi L. de Mattos, Walter Cruz Swersson Jr. – Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- MATTOS, Sérgio Augusto Soares. *História da televisão brasileira: Uma visão econômica e política*. Sérgio Mattos – Petropolis : Editora Vozes, 2 edição, 2002.
- MORIN, Edgar. *Cultura de massas no século XX: Neurose*. Edgar Morin: Tradução de Maura Ribeiro Sardinha – 9. Ed – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- PIETROFORTE. Antonio Vicente. *“Marcatti ao ataque”* in *Semiótica Visual: Os percussos do olhar*. 2 ed. - São Paulo: Contexto, 2007.
- POLLACK. Michel. *Memória e Identidade social*. In *Estudo Históricas*, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992.
- PORTO, Arlindo. *Umberto Calderaro Filho: Legenda de trabalho e amor pelo Amazonas*. / Arlindo Porto e Outros. – Manaus: editora Valer / Governo do Estado do Amazonas, 2007.
- REIS, Henocho. *Discursos e Metas no governo do Amazonas 1975-1976*, por Henocho Reis. Manaus, Imprensa Oficial, 1978.
- RETONDAR, Jeferson José Moebus. *Teoria do jogo: A dimensão lúdica da existência humana* / Jeferson José Moebus Retondar. – Petropolis, RJ: Vozes, 2007.

- REMOND. René. *Por uma História política* / (Direção de) René Remond; tradução Dora Rocha. – 2. Ed. – Rio de Janeiro : Editora FGV, 2003.
- RIANI, Camilo. *Tá rindo do quê?* (Um mergulho nos salões de humor de Piracicaba). Piracicaba: UNIMEP, 2002. In GAWRYSZEWSKI, Alberto. *Conceito de Caricatura: Não tem graça nenhuma*. Artigo publicado em Domínios da imagem, Londrina, Ano I, número 2, página 7-26, maio de 2008.
- SILVA, Marilene Corrêa da. *Metamorfoses da Amazônia*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2000.
- SILVA, Marcos A. *Caricata República: Zé Povo e o Brasil*. São Paulo, Editora Marco Zero, 1990.
- SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do riso : A representação humorística nas história brasileira : da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio* / Elias Thomé Saliba. – São Paulo : Companhia das Letras, 2002.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: De Castelo a Tancredo (1964-1985)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- STEPAN. Alfred C. *Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.
- SILVA, Solange Teles da; DANTAS, Fernando A. de Carvalho (Coord.). *Poluição sonora no meio ambiente urbano* / Solange Teles da Silva / Fernando Antonio de Carvalho Dantas (Coord). – Manaus: EDUA/UEA, 2004.
- SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do Riso : A representação humorística na história brasileira : da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio* / Elias Thomé Saliba. – São Paulo : Companhia das Letras, 2002.
- SOUZA, Leno José Barata. *“Cidade Flutuante” Uma Manaus sobre as águas*. Tese de doutorado em História social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2010.
- SOUZA, Márcio. *A expressão amazonense: do colonialismo ao neocolonialismo* (por) Márcio Souza. São Paulo, Alfa-Omega, 1977.
- TAVARES. Aurélio de Lyra. *O Brasil de minha geração: Mais dois decênios de lutas*. Biblioteca do Exército. 1977.

- VENTURA. Zuenir. *Os anos 60: A década que mudou tudo*. 146 pgs./ formato 21X27, 5cm/ Publicação especial da revista Veja. 1970.
- ZAMITH. Carlos. *Baú velho*. / Carlos Zamith. – Manaus: Editora Valer, 2008.
- ZANOTTO, Giselle. *Tradição, Família e Propriedade: Cristianismo, Sociedade e Salvação*. In: CONGRESSO LATINO AMERICANO SOBRE RELIGIÃO, ETNICIDADE – MUNDOS RELIGIOSOS: IDENTIDADES E CONVERGENCIAS, 2006, São Bernardo do Campo/São Paulo. Anais do XI encontro Latino-Americano sobre Religião, Etnicidade – Mundos Religiosos: Identidades e convergências. São Bernardo do Campo/SP: UMESP / ALER, 2006. v. 1.

OUTRAS FONTES

- VEJA. Revista. 13 de outubro de 1993. Reportagem de Rinaldo Gama sobre a guerrilha no Araguaia.
- Documentário “*O dia que durou 21 anos*”. Coprodução: TV Brasil e Pequi filmes. Direção: Camilo Tavares. Roteiro: Flávio Tavares e Camilo Tavares. 2011.
- Entrevista: Maria da Conceição Rocha de Queiroz.

FONTES CONSULTADAS

FONTE: Jornal A CRÍTICA (1949)

SUBTÍTULO: De mãos dadas com o povo

FORMATO: 36X54 cm.

PERIODICIDADE: Diário/Matutino

DIREÇÃO: Humberto Calderaro Filho

CAPÍTULO I

- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 24 de outubro de 1967. Charge esportiva.
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 5 de dezembro de 1967. P.04. Recorte.
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 10 de dezembro de 1967. P.04. Recorte.
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 5 de setembro de 1968. P.06. Recorte.
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 10 de outubro de 1968. P.06. Recorte.
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 10 de outubro de 1968. (Coluna “sim e não”)
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 5 de setembro de 1971. P.03. (Matéria)
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 2 de janeiro de 1973. P. 07. Charge esportiva.
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 2 de janeiro de 1973. P. 04. (Editorial)
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 13 de setembro de 1973. P.04. (Charge do Miranda)
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 15 de junho de 1973. P.06. (Matéria)
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 14 de setembro de 1973. P.04. (Miranda e o copão)
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 17 de setembro de 1973. P.04. (Miranda e a cidade)
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 20 de setembro de 1973. P.04. (Miranda e a tanga)
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 31 de outubro de 1973. P.01. A ilustração faz parte da capa do jornal desta edição.
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 4 de novembro de 1973. Edição especial de 25 anos do periódico. P.06.
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 4 de novembro de 1973. Edição especial de 25 anos do periódico. P.08.
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 4 de novembro de 1973. Edição especial de 25 anos do periódico. Foto do chargista. P.08.
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 4 de novembro de 1973. Edição especial de 25 anos do periódico. P.02.
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 4 de novembro de 1973. Edição especial de 25 anos do periódico. Foto da sede na Lobo D`Almada. P.11.
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 4 de novembro de 1973. Edição especial de 25 anos do periódico. P.11
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 4 de novembro de 1973. Edição especial de 25 anos do periódico. P.08.
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 4 de novembro de 1973. Edição especial de 25 anos do periódico. P.06

- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 13 de dezembro de 1973. P.04.
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 26 de Fevereiro de 1974. P.04. (Editorial)
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 7 de março de 1974, P.04. (Editorial)
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 9 de março de 1974. P.04. (Charge do Miranda)
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 18 de abril de 1974. P.05. (Matéria)
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 25 de Abril de 1974. P.04. (Editorial)
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 14 de maio de 1974. P.04. (Editorial)
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 2 junho de 1974. P.04. (Editorial)
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 8 junho de 1974. P.04. (Editorial)
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 4 de julho de 1974. P.04. (Editorial)
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 4 de julho de 1974. P. 04. (Notícia)
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 06 de fevereiro de 1977. P.01. (Anúncio)

CAPÍTULO II

- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 11 de janeiro de 1967. Recorte publicitário
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 26 de janeiro de 1968. Matéria: A Zona Franca modificou a cidade.
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, As cores da TV Amazonas no desenvolvimento de Manaus. 2 de agosto de 1972. P. 03
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 7 de julho de 1973. P. 04 (Coluna opinião)
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 27 de julho de 1973. P. 04 (Coluna opinião)
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 28 de Julho de 1973.
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 18 de agosto de 1973. P. 04 (Coluna opinião)
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 6 de outubro de 1973. P. 04 (Coluna opinião)
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 19 de novembro de 1973. P. 04 (A charge do Miranda)
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 2 de junho de 1974. P. 01 (capa)
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 13 de julho de 1974. P 01 (capa)
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 22 de agosto de 1974. P. 04 (A charge do Miranda)
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 27 de setembro de 1973. P. 03.
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 3 de outubro de 1975. P. 04 (A charge do Miranda)
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 16 de junho de 1977. P 01 (capa)

CAPÍTULO III

- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 28 de setembro de 1974. P. 01 (Capa)
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 28 de Setembro de 1974. P. 04. (Editorial)
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 2 de outubro de 1974. P. 04. (A charge do Miranda).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 3 de outubro de 1974. P. 04. (A charge do Miranda).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 4 de outubro de 1974. P. 04. (A charge do Miranda).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 5 de outubro de 1974. P. 04. (A charge do Miranda).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 22 de outubro de 1974. P. 04. (Editorial)
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 07 de outubro de 1974. P. 04. (A charge do Miranda).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 12 de outubro de 1974. P. 04. (A charge do Miranda).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 13 de outubro de 1974. P. 04. (A charge do Miranda).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 14 de outubro de 1974. P. 04. (A charge do Miranda).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 25 de agosto de 1974. P. 01. (Capa).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 25 de agosto de 1974. P. 04. (Editorial).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 4 de outubro de 1974. P. 01. (Capa).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 6 de outubro de 1974. P. 01. (Capa).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 10 de outubro de 1974. P. 01. (Capa).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 11 de outubro de 1974. P. 01 (Capa).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 3 de outubro de 1974. P. 03. (Matéria).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 2 de outubro de 1974. P. 03 (Matéria).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 2 de outubro de 1974. P. 03. (Matéria).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 5 de outubro de 1974. P. 04 (Editorial).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 10 de outubro de 1974. P. 04. (A charge do Miranda).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 11 de outubro de 1974. P. 04. (A charge do Miranda).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 27 de outubro de 1974. P. 04. (A charge do Miranda).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 25 de outubro de 1974. P. 01. (Bom dia leitor).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 27 de outubro de 1974. P. 01. (Capa).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 13 de outubro de 1974. P. 04. (Editorial).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 27 de outubro de 1974. P. 01. (Capa).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 7 de novembro de 1974. P. 04. (A charge do Miranda).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 5 de novembro de 1974. P. 01. (Capa).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 5 de novembro de 1974. P. 04 (Editorial).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 8 de novembro de 1974. P. 04. (Charge do Miranda).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 9 de novembro de 1974. P. 04. (A charge do Miranda).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 10 de novembro de 1974. P. 04. (A charge do Miranda).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 13 de novembro de 1974. P. 04. (A charge do Miranda).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 14 de novembro de 1974, P. 04. (A charge do Miranda).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 6 de novembro de 1974. P. 03. (Matéria).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 8 de novembro de 1974. P. 03. (Matéria).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 12 de novembro de 1974. P. 01. (Capa).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 14 de novembro de 1974, P. 04. (A charge do Miranda).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 15 de novembro de 1974. P. 01. (Capa).

- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 15 de novembro de 1974. P. 01. (Capa).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 15 de novembro de 1974, P. 04. (Editorial).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 15 de novembro de 1974. P. 04. (A charge do Miranda) .
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 17 de novembro de 1974. P. 04. (A charge do Miranda).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 16 de novembro de 1974. P. 01. (Capa).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 17 de novembro de 1974. P. 01. (Capa).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 18 de novembro de 1974, P. 04. (A charge do Miranda).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 18 de novembro de 1974. P. 01 (Placar eleitoral).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 19 de novembro de 1974. P. 04. (A charge do Miranda).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 18 de novembro de 1974. P. 01. (Capa).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 19 de novembro de 1974. P. 01 (Fragmento).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 19 de novembro de 1974. P. 01. (Capa).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 21 de novembro de 1974. P. 04. (A charge do Miranda).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 23 de novembro de 1974. P. 04. (A charge do Miranda).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 20 de novembro de 1974. P. 03. (Matéria).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 4 de dezembro de 1974. P. 04. (A charge do Miranda).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 20 de novembro de 1974. P. 01. (Capa).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 30 de novembro de 1974, P. 04. (A charge do Miranda).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 30 de novembro de 1974. P. 04 (Editorial).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 29 de novembro de 1974. Pg. 4. (Editorial).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 2 de dezembro de 1974. P. 02. (Matéria).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 5 de dezembro de 1974. P. 01. (Matéria).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 15 de dezembro de 1974. P. 05. (Matéria).
- Fonte: Jornal A CRÍTICA, 19 de dezembro de 1974. P. 01. (Matéria).

ANEXO – RESULTADOS FINAIS DA ELEIÇÃO DE 1974 NO AMAZONAS²⁵⁷

SENADO			
Movimento Democrático Brasileiro - MDB		Aliança Renovadora Nacional – ARENA	
Candidato	Votos	Candidato	Votos
Evandro Carreira	87.103	Flávio Brito	57.411

DEPUTADOS FEDERAIS			
Movimento Democrático Brasileiro - MDB		Aliança Renovadora Nacional – ARENA	
Candidato	Votos	Candidato	Votos
Joel Ferreira da Silva	32.605	Raimundo Parente	13.296
José Mario Frota	27.965	Rafael Faraco	12.929
Antunes Frota	4.154		

DEPUTADOS ESTADUAIS			
Movimento Democrático Brasileiro - MDB		Aliança Renovadora Nacional – ARENA	
Candidato	Votos	Candidato	Votos
Natanael Rodrigues	12.998	Gláucio Gonçalves	4.827
José Cardoso Dutra	8.655	Domingos Sávio	4.657
Damião Ribeiro	8.079	Cleuter Mendonça	4.615
Farias de Carvalho	6.413	Homero de Miranda Leão	4.581
Aloísio Oliveira	5.333	José Belo Ferreira	4.352
Manuel Diz	4.460	Eunice Michiles	4.172
José Costa de Aquino	4.279	Socorro Dutra	3.954
Paulo Sampaio	4.040		

²⁵⁷ Fonte: Jornal A CRÍTICA, 15 de dezembro de 1974. P. 05.